



MANUAL

# BASES, DIRETRIZES E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS NA FORMAÇÃO NA ÁREA DA **SEXUALIDADE**

um manual voltado para programas  
de pós-graduação *lato sensu*



Comissão da Iniciativa Curricular e  
Parâmetros de Formação e Educação  
em Sexualidade Humana — SBRASH

2026

**BASES, DIRETRIZES E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS NA FORMAÇÃO NA ÁREA DA SEXUALIDADE:**  
um manual voltado para programas de pós-graduação *lato sensu*

**BASES, DIRETRIZES E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS NA FORMAÇÃO NA ÁREA DA SEXUALIDADE:**  
um manual voltado para programas de pós-graduação *lato sensu*

Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)

1ª edição – Rio de Janeiro – 2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bases, diretrizes e avaliação de aspectos na formação na área da sexualidade [livro eletrônico] : um manual voltado para programas de pós-graduação lato sensu / Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana ; elaboração Ana Larissa Marques Perissini...[et al.]. -- Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana - SBRASH, 2026.  
PDF

Outros elaboradores: Ítor Finotelli Junior, Julia Vidal Medeiros, Vanessa Albuquerque Neves.

Bibliografia.

ISBN 978-85-94462-05-3

1. Educação 2. Ensino superior (Pós-graduação)  
3. Formação profissional 4. Gênero e sexualidade  
5. Sexualidade I. Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. II. Perissini, Ana Larissa Marques. III. Junior, Ítor Finotelli. IV. Medeiros, Julia Vidal. V. Neves, Vanessa Albuquerque.

26-351591.0

CDD-379

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Gênero e sexualidade : Educação 379

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## **FICHA TÉCNICA / CRÉDITOS INSTITUCIONAIS<sup>1</sup>**

### **Elaboração**

Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)

- Ana Larissa Marques Perissini Borges
- Itor Finotelli Junior
- Julia Vidal Medeiros
- Vanessa Albuquerque Neves

### **Colaboração**

Diretoria da SBRASH – Gestão 2023-2024 e 2025-2026

Conselho Científico da SBRASH – Gestão 2025-2026

Conselho Deliberativo da SBRASH – Gestão 2025-2026

Participantes do 19º Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana (XIX CBSH)

### **Revisão Técnica**

André Henrique dos Santos Francisco

Fernanda Rafaela Cabral Bonato

Henrique Ciabotti Elias

Hugues Costa de Franca Ribeiro

Jéssica Mayra Ferreira

Mariana Pereira Maldonado

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes

### **Diagramação e Organização**

Rogério Tadeu Curtt

### **Projeto Gráfico**

Ana Larissa Marques Perissini Borges

Itor Finotelli Junior

Julia Vidal Medeiros

Vanessa Albuquerque Neves

### **Revisão Gramatical e Estilística**

Rogério Tadeu Curtt

### **Apoio à Revisão Textual**

Partes deste documento tiveram apoio de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para revisão gramatical, clareza e organização de texto. Todo conteúdo final foi verificado e

---

<sup>1</sup> Nota: os nomes estão listados em ordem alfabética, refletindo o caráter coletivo da elaboração.

aprovado pela Comissão, que assume integral responsabilidade pelas ideias e análises apresentadas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

### **Apresentação**

A Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH), por meio do trabalho diligente da Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana, apresenta este manual como um marco de referência para a formação e educação em sexualidade humana no Brasil. O documento reúne reflexões, bases e critérios de avaliação destinados a orientar instituições, coordenações, docentes e discentes no aprimoramento de programas de pós-graduação *lato sensu*.

Este manual expressa o compromisso contínuo da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana em liderar transformações no campo, promovendo discussões amplas e integrativas e fomentando práticas profissionais coerentes com a formação no ensino superior, pautadas na ética, inclusivas, integrais e sintonizadas com a realidade brasileira.

Seu objetivo é oferecer um material aberto, acessível e aplicável, que estimule a qualidade acadêmica e a responsabilidade social. Trata-se de um convite à construção coletiva e ao fortalecimento do campo, reafirmando o compromisso da SBRASH com a ciência, a ética e os direitos humanos.

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”*

Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996)  
capítulo 2, *“Ensinar não é transferir conhecimento”*.

Paulo Reglus Neves Freire

## RESUMO EXECUTIVO

Este manual consolida um percurso em quatro etapas: diagnóstico crítico do cenário formativo em sexualidade humana no Brasil; análise documental em bases oficiais; consulta à comunidade profissional; formulação de referenciais operativos para qualificação de cursos *lato sensu*. O objetivo é oferecer parâmetros claros, aplicáveis e auditáveis para instituições, coordenações, docentes e discentes, alinhados à ética, aos direitos humanos e à responsabilidade social. A etapa diagnóstica descreve lacunas estruturais que afetam a qualidade formativa, como fragmentação curricular, banalização do tema, uso de titulações sem lastro acadêmico, ausência de padronização conceitual e insuficiência de supervisão de práticas. A análise no e-MEC mapeia a oferta e indica tendências e assimetrias relevantes, como predominância de cursos privados, crescimento recente e maior presença de EaD, além de forte heterogeneidade de títulos e cargas horárias. A consulta realizada no 19º Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana (XIX CBSH) valida a necessidade de formação de pós-graduação, prática supervisionada, interdisciplinaridade efetiva, atualização contínua, definição de papéis profissionais e critérios de qualidade e legitimidade. Como resposta, este manual organiza um inventário avaliativo em quatro bases: Corpo Docente e Coordenação, Responsabilidade Social, Grade e Conteúdo Curricular e Suporte Formativo. Cada base inclui critérios, níveis de medida e evidências requeridas, permitindo autoavaliação institucional e comparabilidade entre programas. Complementam esse inventário um conjunto de princípios formativos, um modelo de avaliação por competências e uma arquitetura educacional em camadas que articula fundamentos comuns, trilhas de especialização coerentes com a formação de origem e aplicação em contextos reais com devolutiva social. O documento encerra com desafios institucionais a endereçar e com encaminhamentos práticos: transparência curricular e de resultados, governança pedagógica ativa, políticas de inclusão e acessibilidade, fortalecimento de práticas supervisionadas, acervos institucionais com identificadores, capacitação docente contínua e cooperação interinstitucional para credenciamento e melhoria contínua. Trata-se de um marco de referência para elevar padrões de qualidade, ampliar segurança e impacto social e proteger a legitimidade da formação em sexualidade humana no país.

## EXECUTIVE SUMMARY

This manual consolidates a four-stage process: a critical diagnosis of the training scenario in human sexuality in Brazil; documentary analysis based on official data; consultation with the professional community; and the formulation of operational benchmarks for the qualification of lato sensu postgraduate programs. Its objective is to provide clear, applicable, and auditable parameters for institutions, program coordinators, faculty, and students, aligned with ethics, human rights, and social responsibility. The diagnostic stage describes structural gaps that affect training quality, such as curricular fragmentation, trivialization of the subject, the use of academic titles without scientific basis, lack of conceptual standardization, and insufficient supervision of professional practices. The e-MEC analysis maps program offerings and indicates relevant trends and asymmetries, such as the predominance of private institutions, recent growth, the greater presence of distance learning, and strong heterogeneity in titles and workloads. The consultation held at the 19th Brazilian Congress of Human Sexuality (XIX CBSH) validates the need for postgraduate training, supervised practice, effective interdisciplinarity, continuous updating, clearer definition of professional roles, and consistent criteria of quality and legitimacy. In response, the manual organizes an evaluative inventory structured into four bases: Faculty and Coordination, Social Responsibility, Curriculum and Content, and Institutional Support. Each base includes criteria, levels of measurement, and required evidence, allowing for institutional self-assessment and comparability across programs. Complementing this inventory are a set of guiding principles, a competency-based evaluation model, and an educational architecture in layers that articulates common foundations, specialization tracks coherent with prior training, and contextual applications with social return. The document concludes by addressing institutional challenges and offering practical recommendations: curricular and outcome transparency, active pedagogical governance, policies of inclusion and accessibility, strengthening of supervised practice, institutional repositories with identifiers, continuous faculty development, and inter-institutional cooperation for accreditation and continuous improvement. This constitutes a reference framework to raise quality standards, expand safety and social impact, and safeguard the legitimacy of professional training in human sexuality in Brazil.

## RESUMEN EJECUTIVO

Este manual resume un proceso de cuatro pasos: primero, un diagnóstico crítico sobre la educación en sexualidad humana en Brasil; segundo, un análisis de documentos en fuentes oficiales; tercero, una consulta a profesionales del área; y cuarto, la creación de pautas prácticas para mejorar los programas de posgrado lato sensu. Su objetivo es ofrecer parámetros claros, aplicables y auditables para instituciones, coordinaciones, docentes y estudiantes, en consonancia con la ética, los derechos humanos y la responsabilidad social. La etapa de diagnóstico señala problemas importantes que afectan la calidad de la formación. Estos problemas incluyen la falta de coherencia en los planes de estudio, la simplificación excesiva del tema, el uso de títulos que no tienen respaldo académico, la falta de definiciones explícitas y la escasa supervisión de las prácticas profesionales. El análisis del e-MEC mapea la oferta e indica tendencias y asimetrías relevantes, como la predominancia de instituciones privadas, el crecimiento reciente y la mayor presencia de la educación a distancia, además de una marcada heterogeneidad en títulos y cargas horarias. La consulta hecha en el 19.º Congreso Brasileño de Sexualidad Humana (XIX CBSH) confirma que es importante tener formación de posgrado, práctica supervisada, trabajo en equipo entre diferentes disciplinas, actualización constante, una definición detallada de los roles profesionales y criterios de calidad y legitimidad. Como respuesta, el manual organiza un inventario evaluativo en cuatro bases: Docencia y Coordinación, Responsabilidad Social, Plan de Estudios y Contenido, y Apoyo Institucional. Cada base incluye criterios, niveles de medida y evidencias requeridas, permitiendo la autoevaluación institucional y la comparabilidad entre programas. Este inventario incluye un grupo de principios de enseñanza, un modelo de evaluación basado en competencias y una estructura educativa en niveles. Esta estructura conecta conceptos comunes, caminos de especialización que son coherentes con la formación inicial y aplicaciones en situaciones reales que tienen un impacto social. El documento concluye abordando desafíos institucionales y presentando recomendaciones prácticas: transparencia curricular y de resultados, gobernanza pedagógica activa, políticas de inclusión y accesibilidad, fortalecimiento de prácticas supervisadas, repositorios institucionales con identificadores, capacitación docente continua y cooperación interinstitucional para acreditación y mejora ininterrumpida. Se trata de un marco de referencia para elevar los estándares de calidad, ampliar la seguridad y el impacto social, y proteger la legitimidad de la formación profesional en sexualidad humana en el país.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>Sigla/ Abreviatura</b>	<b>Descrição Completa</b>
APS	Atenção Primária à Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBSH	Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana
CNE	Conselho Nacional de Educação
CF/88	Constituição Federal de 1988
CRC/CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
DNEDH	Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos
DOI	Digital Object Identifier
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
e-MEC	Plataforma do MEC para regulação e consulta de cursos e IES
IA	Inteligência Artificial
IES	Instituições de Ensino Superior
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde (World Health Organization – WHO)
MEC	Ministério da Educação
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNAISAJ	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens
PNSI-LGBT	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PPCs	Projetos Pedagógicos de Cursos
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PY/YP	Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta Principles), atualização YP+10
SBRASH	Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana
SLA	Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço)
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Trabalho de Conclusão de Estágio
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund)
WAS	Associação Mundial para a Saúde Sexual (World Association for Sexual Health)
XIX CBSH	19º Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO À COMISSÃO DA INICIATIVA CURRICULAR E PARÂMETROS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE HUMANA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA (SBRASH)</b>	
1.1 Problematização e Contexto da Atuação Profissional na área da sexualidade...	13
1.2 Contextualização sobre a sexualidade humana na sociedade atual, com ênfase na interdisciplinaridade do tema.....	14
1.3 Importância da formação contínua de profissionais nas áreas de saúde, educação, social e outras áreas correlatas.....	14
1.4 O que é um programa de pós-graduação <i>lato sensu</i> e como ele contribui para a melhoria das práticas profissionais .....	16
1.5 Breves exemplos em estudos que evidenciam deficiências no processo educacional sobre sexualidade a partir da graduação.....	18
<b>2 EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: DADOS DO e-MEC</b> .....	22
2.1 Introdução ao e-MEC e à Relevância dos Dados .....	22
2.2 Dados Quantitativos: Panorama Atual .....	22
2.3 Considerações alcançadas pela Comissão .....	30
2.4 Considerações finais e ações da Comissão .....	32
<b>3 LEVANTAMENTO SOBRE OS PONTOS RELEVANTES A SEREM CONSIDERADOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM SEXUALIDADE HUMANA</b> .....	35
3.1 Introdução ao Levantamento.....	35
3.2 Pontos relevantes identificados na Roda de Conversa no XIX CBSH .....	36
3.3 Resultados e Discussão do Formulário.....	37
<b>4 DIRETRIZES E REFERENCIAIS PARA PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEXUALIDADE HUMANA</b> .....	4
8	
4.1 Introdução às Bases como Referenciais.....	48
4.2 Bases Identificadas .....	49
4.3 Bases Sugeridas .....	50
4.4 Desafios da aplicação dessas bases na formação.....	53
4.5 Princípios Orientadores Fundamentais para o Ensino em Sexualidade .....	59
4.6 Modelo de Avaliação do Programa de Pós-Graduação na utilização dessas Bases.....	60
4.7 Corpo Docente e Coordenação .....	61
4.8 Responsabilidade Social .....	67
4.9 Grade e Conteúdo Curricular .....	72
4.10 Suporte Formativo (Institucional e Infraestrutura).....	79
<b>5 CONCLUSÕES E FUTUROS DIRECIONAMENTOS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	88
<b>ANEXOS</b> .....	91
<b>Anexo A</b> Arquitetura Educacional em Sexualidade Humana em Camadas de	

Conhecimento.....	91
<b>Anexo B</b> Formulário sobre pontos relevantes a serem considerados na formação de profissionais que atuam com sexualidade humana.....	95

# **1 INTRODUÇÃO À COMISSÃO DA INICIATIVA CURRICULAR E PARÂMETROS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE HUMANA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA (SBRASH)**

## **1.1 Problematização e Contexto da Atuação Profissional na área da sexualidade**

A atuação profissional na área da sexualidade humana é frequentemente marcada pela falta de compreensão abrangente sobre o tema, o que pode comprometer a qualidade do trabalho realizado. Simultaneamente, observa-se uma banalização do tema, com sua abordagem frequentemente reducionista, superficial e vinculada a aspectos estéticos e midiáticos, desprovida da fundamentação ética, social, profissional, acadêmica e científica necessária. É comumente reforçada por profissionais e instituições que propagam de maneira mercadológica cursos genéricos sobre a sexualidade, sem direcionar o ensino para compreensão ética e científica dos papéis que abrangem o campo de estudo. Assim como o uso da titulação em sexualidade de maneira generalista e sem fundamentação acadêmica. Nesse sentido, muitas atuações não refletem adequadamente o seu papel na área, e essa realidade contribui para o aumento do preconceito e da desinformação, dificultando o avanço de práticas profissionais efetivas, éticas e respeitadas.

Além disso, a falta de tato, tanto nas abordagens individuais quanto coletivas, reflete-se em intervenções que desconsideram a diversidade de experiências, crenças e contextos culturais das pessoas, prejudicando a qualidade dos serviços prestados, a ética das práticas profissionais e a adequação das intervenções, especialmente em relação às especificidades regionais das populações atendidas. Estimulando um espaço polarizado em que algumas pessoas conseguem receber uma intervenção adequada, porém outras ficam desassistidas na qualidade dos serviços recebidos.

Dessa forma, é visível que a atuação profissional na área da sexualidade é marcada por nuances que se atrelam à banalização do tema, a falta de regulamentação na titulação e ausência de aprimoramento e formação adequada dos profissionais, e carência de supervisão dos cursos regulamentados. Sendo um desafio e objetivo institucional o fortalecimento de medidas e práticas capazes de suprir essas faltas, a fim de que atuação em sexualidade seja compreendida como um campo da ciência que visa oferecer intervenções e produções efetivas atreladas à prática profissional.

## **1.2 Contextualização sobre a sexualidade humana na sociedade atual, com ênfase na interdisciplinaridade do tema**

A sexualidade humana transcende a mera fisiologia dos órgãos reprodutivos ou não reprodutivos, envolvendo uma complexa interação de aspectos emocionais, psicológicos, culturais e sociais. Há muito tempo, reconhece-se que a sexualidade não pode ser compreendida apenas sob uma perspectiva biológica, embora seja necessário que conteúdos relacionados a ciências biológicas e fisiológicas façam parte desse conglomerado de conhecimentos.

No contexto atual, elementos como corporalidade, identidade de gênero, diversidade sexual, direitos reprodutivos e saúde devem ser analisados em conjunto com os aspectos históricos, sociais e culturais, pois ajudam a compreender tanto as experiências individuais quanto as coletivas de aspectos da sexualidade. Esse cenário exige uma abordagem integrada, multi e interdisciplinar, que vá além desses pontos e inclua uma constante ampliação de questões e perspectivas, garantindo uma atuação profissional plural, efetiva e contextualizada, pautada pelos direitos humanos em sua totalidade.

A crescente visibilidade de diferentes expressões da sexualidade, gênero, corpos e afetos exige um olhar atento à diversidade de experiências humanas, livre de preconceitos e reducionismos. A sexualidade não é uma vivência similar e universal, mas, sim, atravessada por questões interseccionais, como raça, classe, gênero, orientação sexual, crenças e contextos socioculturais.

Isso significa que as demandas profissionais relacionadas à sexualidade precisam considerar o impacto das normas sociais e culturais sob uma perspectiva ecológica, reconhecendo as desigualdades e os desafios de acesso que moldam essa experiência. Ao mesmo tempo, torna-se essencial garantir espaços seguros para a escuta, a expressão e o fortalecimento da autonomia de cada pessoa, promovendo um equilíbrio entre a liberdade individual e o respeito às necessidades coletivas.

## **1.3 Importância da formação contínua de profissionais nas áreas de saúde, educação, social e outras áreas correlatas**

O ensino sobre sexualidade humana precisa ser contínuo e atualizado, acompanhando as transformações sociais e científicas que impactam a compreensão do tema. A formação de profissionais deve ir além do conhecimento técnico, promovendo o desenvolvimento de competências emocionais, éticas e culturais, permitindo que atuem de

maneira sensível e empática em diferentes contextos. Essa qualificação contínua é essencial para evitar abordagens limitadas ou desatualizadas que reforcem estereótipos, preconceitos e práticas inadequadas.

O ensino pode estar inserido em diferentes níveis, da graduação à pós-graduação, uma vez que aspectos da sexualidade estão presentes em praticamente todas as ciências e áreas de atuação. Profissionais que atuam em áreas sociais, da saúde, da educação e outras áreas correlatas se deparam com demandas ligadas à sexualidade em suas práticas diárias. Em nível de graduação, as formações ainda negligenciam ou abordam de maneira superficial a complexidade do tema, deixando lacunas que impactam diretamente a qualidade da atuação profissional e das intervenções realizadas.

Em nível de pós-graduação, há ausência significativa de definição estabelecida, conteúdos adequados e orientação de campo para práticas profissionais, seja para atuação especializada, ou não, na área. Paralelamente, surge a preocupação com a qualidade e o propósito dos cursos oferecidos. No que diz respeito à qualidade, é fundamental garantir que as abordagens adotadas sejam tanto técnicas e científicas quanto críticas, com uma compreensão ética e socialmente sensível da experiência humana na sexualidade.

Quanto ao propósito, as especializações oferecidas em cursos de pós-graduação *lato sensu* deveriam estar diretamente alinhadas às competências adquiridas na graduação. A graduação deve fornecer os conhecimentos fundamentais e as habilidades essenciais para uma atuação prática competente, de forma que a pós-graduação seja uma continuidade natural, voltada ao aprofundamento e à especialização em uma área específica de atuação.

No entanto, o que se observa atualmente na área da sexualidade é que muitas pós-graduações *lato sensu* surgem em resposta à falta de abordagens sobre o tema durante a formação na graduação. Esses cursos, embora importantes, frequentemente estruturam seus conteúdos de forma genérica, ou seja, não especificam o manejo profissional de aspectos da sexualidade, ou não consideram as competências adquiridas durante a formação inicial, por estar aberta a pessoas com diferentes formações universitárias. Além disso, há cursos em pós-graduação *lato sensu* que oferecem a possibilidade de especialização em áreas como clínica, sem que o profissional tenha tido a experiência prática necessária durante a graduação, o que pode comprometer a efetividade e a ética da atuação.

Todo esse contexto exposto não levou em consideração as formações em nível de pós-graduação *stricto sensu*, como mestrados e doutorados, que, por sua natureza, exigem um aprofundamento acadêmico rigoroso e um maior investimento de recursos, com forte ênfase na pesquisa e no desenvolvimento de novos conhecimentos. No entanto, mesmo nesses programas, é fundamental que exista uma integração entre a teoria acadêmica e as demandas práticas e sociais, para que o conhecimento gerado possa ser efetivamente aplicado na atuação profissional, impactando positivamente a vida das pessoas e da sociedade. A própria formação *stricto sensu* deveria capacitar profissionais para atuarem como discentes nesses cursos *lato sensu*.

#### **1.4 O que é um programa de pós-graduação *lato sensu* e como ele contribui para a melhoria das práticas profissionais**

As formações em nível de pós-graduação *lato sensu* são uma ferramenta essencial para promover a especialização e a atualização profissional, especialmente para aquelas pessoas que atuarão de forma específica e especializada. Programas de pós-graduação em sexualidade humana, ao integrar teoria e prática, permitem que profissionais aprofundem seus conhecimentos e adquiram habilidades que impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados nas diversas áreas de atuação. Ao oferecer uma formação especializada, esses programas preparam profissionais para lidar com a complexidade de aspectos da sexualidade, proporcionando uma compreensão mais holística da experiência humana nesse campo.

Cada curso oferecido e cada ciência estabelecem diferentes expectativas sobre a contribuição que pretendem dar para as práticas profissionais. Enquanto algumas áreas priorizam o desenvolvimento de competências técnicas e a aplicação direta dos conhecimentos na prática, outras enfatizam a pesquisa, a reflexão crítica e a construção de novas abordagens conceituais e metodológicas. Nesse sentido, a estrutura e o propósito da especialização devem estar alinhados tanto com as demandas do campo profissional quanto com a formação prévia de discentes, garantindo que os conteúdos abordados sejam complementares às suas habilidades e coerentes com as competências adquiridas durante a graduação.

Além disso, específica para área da sexualidade, a interdisciplinaridade é um elemento mandatário para as formações desses cursos. A sexualidade atravessa múltiplos campos do conhecimento, exigindo uma abordagem que seja capaz de dialogar com diversas

ciências e áreas do conhecimento. Dessa forma, um programa bem estruturado deve possibilitar não apenas a especialização dentro de um campo específico, mas também uma visão ampliada que incentive interações com outros saberes e práticas profissionais.

Outro aspecto relevante é a necessidade de adaptação dos programas às transformações sociais e científicas. As percepções sobre sexualidade evoluem constantemente, e a formação profissional deve acompanhar essas mudanças, garantindo que os conteúdos estejam atualizados e promovendo a mentalidade da continuidade na busca por conhecimento, incentivando que os profissionais continuem se aprofundando mesmo após a conclusão desse tipo de curso.

Não existe um único modelo ou estrutura de programa de pós-graduação *lato sensu* que seja superior aos demais. O que se faz necessário, pensando em um modelo cooperativo, é que esses programas compartilhem currículos estruturados, ementários bem definidos e referenciais teóricos sólidos para garantir a qualidade da formação. Também é fundamental contar com docentes qualificados, metodologias eficazes e experiências práticas supervisionadas, pois esses elementos contribuem para um ensino relevante e capacitador. Dessa maneira, as especializações não apenas aprimoram a prática profissional, mas também fortalecem o campo da sexualidade humana como uma área de conhecimento respeitada, ética e em constante evolução.

A modalidade *lato sensu*, tal como estruturada no Brasil, não encontra correspondência direta em muitos sistemas internacionais de ensino superior. Em outros países, formações equivalentes ocorrem em programas de mestrado profissional, diplomas de especialização ou certificações profissionais, com requisitos, cargas horárias e *status* acadêmico diferentes. Essa singularidade dificulta a comparação internacional e limita a realização de pesquisas que sistematizam ou revisem o impacto dos cursos brasileiros em sexualidade humana. A ausência de equivalência formal também gera desafios de reconhecimento acadêmico e profissional fora do país, reforçando a necessidade de clareza e consistência na definição dos objetivos e parâmetros formativos dessas especializações.

Este manual concentra-se na análise de programas de pós-graduação *lato sensu*, mas vale destacar que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é a instituição federal responsável pela regulação e avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, que abrange mestrados e doutorados. Apesar de não incidir diretamente sobre os cursos *lato sensu*, alguns princípios de qualidade consolidados pela CAPES, como a

valorização da qualificação docente, a coerência curricular, a produção técnico-científica e a inserção social podem servir de referência inspiradora para a melhoria contínua das especializações em sexualidade humana, adaptados às suas especificidades profissionais e pedagógicas.

### **1.5 Breves exemplos em estudos que evidenciam deficiências no processo educacional sobre sexualidade a partir da graduação**

Apesar do avanço científico no campo da sexualidade, persiste um descompasso entre o acúmulo de conhecimento e a formação no ensino superior. Os conteúdos costumam aparecer de forma irregular, pontual e muitas vezes optativa, o que compromete a preparação de profissionais para lidar com dimensões clínicas, comunicacionais e culturais da prática (Beraldi et al., 2024; Rizza; Ribeiro; Mota, 2016). Além disso, cresce nas mídias sociais a atuação de profissionais e leigos sem formação adequada, que abordam a sexualidade de modo equivocado ou descontextualizado, com risco de produzir impactos negativos na vida das pessoas. No plano normativo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a informação e a educação em sexualidade como dimensões estruturantes do direito à saúde, reforçando a urgência de rever currículos e práticas institucionais (OMS, 2015).

Esse quadro se evidencia também na análise de cursos específicos da área da saúde. Em Enfermagem, um mapeamento de 110 cursos em universidades públicas identificou desvalorização institucional, baixa sistematização e oferta instável do tema, quando presente de forma pontual e superficial (Beraldi et al., 2025). Revisões recentes confirmaram a heterogeneidade de carga horária e métodos, além de lacunas relevantes em competências de comunicação e acolhimento à diversidade (Beraldi et al., 2024). O estudo identificou que uma abordagem contínua e integrada, em disciplinas gerais ou específicas, poderia ampliar competências de cuidado e conhecimento cultural, contribuindo para a redução de problemas de saúde (Beraldi et al., 2025).

Na Medicina, resultados semelhantes têm sido descritos. Estudos em escolas brasileiras revelaram uma abordagem fragmentada, organicista e muitas vezes patologizante, com menor atenção às dimensões psicossociais, aos direitos e à diversidade (Raimondi et al., 2020). Mesmo quando o tema aparece, como em disciplinas de Ginecologia, a exposição não se traduz em competência: apenas 16,8% de internos de duas escolas catarinenses declararam-se preparados para lidar com demandas ligadas à

sexualidade (Klein et al., 2025). Esse cenário reitera padrões históricos já apontados em levantamentos anteriores (Rufino; Madeiro; Girão, 2014). Apesar de avanços pontuais, como a inclusão de conteúdos voltados à população idosa, persistem *deficit* importantes, sobretudo na ampliação das competências clínicas, ainda muitas vezes pautadas em um modelo heteronormativo. Experiências do Nordeste têm se destacado, possivelmente pela influência de movimentos sociais, mas a transversalização sistemática de gênero e de sexualidade ainda precisa ser expandida para combater preconceitos e promover uma formação médica mais crítica, humanista e equânime (Raimondi et al., 2020).

Em perspectiva internacional, nos Estados Unidos e no Canadá, embora a carga horária dedicada a conteúdos LGBT+ tenha aumentado de cinco para onze horas em média, entre 2011 e 2024, ainda há grande variação de qualidade, baixa experiência prática e conhecimento insuficiente em saúde sexual (Obedin-Maliver et al., 2011; Streed Jr. et al., 2024; Warner et al., 2018). Amostras globais reforçaram que, quando a sexualidade é abordada, o foco recai sobre aspectos biomédicos e reprodutivos, enquanto direitos, políticas, violência e diversidade permanecem marginalizados (Endler et al., 2022; Ozan; Timbil; Aras, 2010). Essa limitação também se reflete na ausência de espaços e discursos inclusivos capazes de reconhecer as múltiplas vivências da sexualidade, o que contribui para situações de preconceito e discriminação, em especial contra pessoas LGBTQIAPN+.

Do ponto de vista normativo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Medicina enfatizam a comunicação, o cuidado integral e a postura ética, mas não apresentam menção explícita à sexualidade e gênero, delegando aos projetos pedagógicos a decisão sobre sua inclusão, ou não (Brasil, 2014). No plano internacional, a Organização Mundial da Saúde sustenta que informação e educação em sexualidade constituem dimensões estruturantes do direito à saúde, assinalando que leis e políticas impactam diretamente a garantia de direitos e o acesso à saúde (OMS, 2015).

Na Saúde Coletiva, embora gênero e sexualidade estejam presentes em diversos projetos pedagógicos, prevalece uma lente biologizante, pouco consistente com a expectativa de abordar determinantes sociais em profundidade (Silva; Paulino; Raimondi, 2020). Situação semelhante aparece fora do eixo da saúde, em áreas como Educação e Psicologia.

Em cursos de Pedagogia, a análise de 118 cursos em 93 universidades federais identificou 64 cursos com componentes curriculares ligados à sexualidade/educação sexual e

54 sem oferta, sinalizando um quadro de silenciamento em cerca de metade dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e de inclusão ainda desigual do tema (*Malagi; Slongo, 2024*). Em diagnóstico mais amplo do ensino superior federal, registrou-se a emergência de disciplinas sobre sexualidade, mas de modo fragmentado e majoritariamente não obrigatório, com alcance limitado sobre a formação (*Rizza; Ribeiro; Mota, 2016; Rizza, 2015*).

Na Psicologia, mapeamentos interdisciplinares indicaram que a abordagem tende a ser episódica e eletiva, sem ancoragem em competências específicas nem articulação consistente com direitos humanos, o que compromete o atendimento qualificado e a atuação educacional e psicossocial nas temáticas da sexualidade (*Rizza; Ribeiro; Mota, 2016; Rizza, 2015*). Estudo mais recente identificou que, embora 75,4% dos estudantes de Psicologia de Curitiba relatem contato com conteúdos sobre gêneros e sexualidades, apenas duas IES analisadas possuem disciplina obrigatória específica. A formação ocorre principalmente de forma difusa, em componentes de outras áreas ou em atividades extracurriculares, com lacunas quanto a conteúdos clínicos normativos e ausência de sistematização curricular (*Baccarim; Bonato; Mussi; Ferrarini, 2023*).

Em Educação Física, levantamento em 51 universidades federais identificou apenas 16 disciplinas específicas sobre gênero e sexualidade, concentradas em 13 instituições (25%). As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram a maioria das ofertas, enquanto o Norte não apresentou nenhum registro. Os autores concluem que a presença dessas temáticas ainda é tímida e marginalizada no currículo, restrita a uma pequena porcentagem de cursos, o que reforça lacunas na formação inicial de docentes e profissionais da área (*Silva; Marani, 2022*).

No Direito, análise de sete universidades federais do Sul mostrou presença muito reduzida de disciplinas com recorte de gênero: oito em um universo de 1.025 componentes curriculares. Além de majoritariamente optativas, algumas apresentavam títulos que não correspondiam ao conteúdo de suas ementas, como a disciplina “Sistema Penal e Gênero”, que não fazia referência explícita ao tema na descrição. Esse cenário revela a hierarquização de saberes no currículo jurídico e os silenciamentos que mantêm gênero como tema periférico (*Henning; Collares; Boeira, 2023*).

Esse breve conjunto de evidências revelou um padrão convergente. A capacitação em questões da sexualidade mostra-se insuficiente no nível de graduação já persistente, marcada pela ausência de disciplinas obrigatórias, pela falta de coerência curricular e

longitudinalidade e pela escassa ênfase em competências técnicas, éticas e comunicacionais. Tal configuração compromete a prática profissional já no início da carreira e, para aquelas pessoas que buscam suprir essa lacuna posteriormente, agrava-se pelo deslocamento desse preparo para a pós-graduação, que acaba assumindo um papel compensatório no manejo de questões humanas fundamentais.

Essa inversão da lógica formativa é ainda mais grave porque priva a população de receber atenção adequada desde o primeiro contato com os serviços de saúde, educação e assistência, perpetuando lacunas históricas no cuidado e na promoção de direitos. A formação básica deveria assegurar que todas as pessoas profissionais saiam da graduação com preparo mínimo para lidar com questões da sexualidade, diversidade e direitos sexuais e reprodutivos, garantindo equidade no atendimento e também na atuação docente.

Ainda, considera-se que esse preparo deve estar articulado às leis, diretrizes e normativas sociais como as do Sistema Único de Saúde (SUS), à Constituição Federal de 1988 (CF/88), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), às políticas nacionais de saúde integral das mulheres (PNAISM), de adolescentes e jovens (PNAISAJ) e da população LGBTQIAPN+ com base na Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI-LGBT), bem como às Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH). No plano internacional, deve alinhar-se a referências como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC/CRC), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), os Princípios de Yogyakarta (PY ou YP, incluindo a atualização YP+10) e às diretrizes sobre saúde sexual e reprodutiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Associação Mundial para a Saúde Sexual (WAS).

Sem a integração dos conceitos normativos e sociais aos aspectos técnicos ensinados sobre sexualidade, organizados em uma perspectiva ecológica mais ampla, a formação corre o risco de fragmentar dimensões que são indissociáveis, muitas vezes transformando a pessoa ou uma comunidade em um fragmento. A sexualidade só pode ser compreendida e ensinada de forma consistente quando situada no interior de sistemas interdependentes sociais, culturais, jurídicos e de saúde, que lhe conferem sentido e sustentação.

## **2 EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: DADOS DO e-MEC**

## 2.1 Introdução ao e-MEC e à Relevância dos Dados

O e-MEC é a plataforma digital do Ministério da Educação (MEC) que gerencia e regulamenta os processos administrativos das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Essa plataforma é responsável pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e funciona ainda como um sistema de consulta e acompanhamento para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos, além de processos de supervisão e regulação. O objetivo do e-MEC é garantir transparência e controle sobre a qualidade da educação superior, permitindo que tanto as instituições quanto o público em geral possam acessar informações atualizadas sobre a situação dos cursos e faculdades.

Para uma compreensão atual sobre a oferta de cursos em nível pós-graduação *lato sensu* oferecidos na área da sexualidade, uma busca foi realizada na plataforma do *website* do e-MEC ([emec.mec.gov.br/emec/nova](http://emec.mec.gov.br/emec/nova)) no dia 11 de fevereiro de 2025, utilizando três palavras-chave (*sexualidade, sexual e sexologia*). No entanto, durante a extração, observou-se que apenas a palavra-chave 'sex' conseguiu recuperar todos os resultados desejados, sem gerar duplicatas na busca.

## 2.2 Dados Quantitativos: Panorama Atual

No total, foram encontrados 509 cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* cadastrados, dos quais 392 (77%) estão ativos e 117 (23%) estão desativados. A maioria desses cursos é oferecida por entidades privadas com fins lucrativos, abrangendo todas as vinte e sete (27) unidades federativas do Brasil (Estados e Distrito Federal). Os dados descritivos segundo as variáveis oferecidas pela plataforma podem ser observados na Tabela 1:

**Tabela 1 Dados Descritivos dos Cursos Oferecidos no Brasil que abordam aspectos da Sexualidade, de acordo com variáveis extraídas da Plataforma e-MEC.**

Variáveis descritivas extraídas e-MEC	Ativo (N=392)		Desativado (N=117)		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>Presença nas unidades federativas Brasileiras</b>						
Oferecido em uma única unidade	361	92	85	73	446	88
Oferecido em múltiplas unidades	31	8	32	27	63	12
<b>Categoria Administrativa</b>						
Privada com fins lucrativos	338	86	93	79	431	85
Privada sem fins lucrativos	46	12	23	20	69	14

Pública Estadual	3	1	1	1	4	1
Pública Federal	5	1	0	0	5	1
<b>Modalidade de Ensino</b>						
Educação a Distância	276	70	47	40	323	63
Educação Presencial	116	30	70	60	186	37

No cenário geral, os dados evidenciam que a maioria dos cursos ativos (70%) é ofertada na modalidade a distância (EaD), enquanto apenas 30% permanecem no formato presencial. Essa proporção confirma uma tendência estrutural de deslocamento para o ensino remoto na formação em sexualidade.

No que se refere à categoria administrativa, observa-se que mais de 80% dos cursos ativos são ofertados por instituições privadas com fins lucrativos. As instituições privadas sem fins lucrativos respondem por aproximadamente 12% da oferta, e as públicas, somadas, não chegam a 2%. Esse cenário confirma a centralidade do setor privado comercial na formação, com implicações diretas para o equilíbrio entre interesses pedagógicos, sociais e mercadológicos.

A análise também permite identificar estados que concentram a maior parte da oferta. Minas Gerais e São Paulo, juntos, reúnem mais de 200 cursos ativos, configurando-se como polos dominantes no cenário nacional. Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal aparecem em seguida com presença expressiva. Em contrapartida, vários estados das regiões Norte e Nordeste registram presença muito reduzida, em alguns casos com apenas uma ou duas ofertas locais, ou dependência quase exclusiva de cursos a distância. Essa concentração territorial aprofunda desigualdades no acesso e evidencia a necessidade de políticas de interiorização e equidade regional.

A plataforma não fornece informações sobre os motivos para o desativamento dos cursos e as datas que foram desativados. Ao que parece, quando se buscam tendências, conforme descrito na variável modalidades de ensino, na Tabela 2, notavelmente, a maioria dos cursos desativados são da modalidade de ensino presencial, enquanto a maioria dos cursos ativos são da modalidade de ensino a distância, o que pode representar que os cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* que abordam aspectos da sexualidade estão seguindo uma tendência de migração para o ensino a distância, possivelmente em resposta a demandas e preferências atuais das pessoas que buscam esse tipo de formação e do mercado educacional.

Considerando somente as informações dos cursos ativos, no que diz respeito à carga horária dos cursos, a média de horas de ensino é superior a 550 horas (M=576,6; DP=389,50; Min=360; Max 4320). Contextualizando, 53% dos cursos têm carga horária igual ou superior a 550 horas de ensino. A maioria desses cursos é recente, com uma idade média de existência de três (3) anos. Em termos numéricos, a quantidade de vagas disponíveis ofertadas pelos cursos ativos possui a capacidade de formar pouco mais de 189 mil profissionais a cada dois anos, considerando a carga horária média estimada. Sobre os dados de egressos, desta vez considerando cursos ativos e desativados e considerando ainda que a

informação esteja correta e atualizada, 259 cursos registraram números de pessoas egressas superiores a zero. A soma das pessoas egressas desses cursos indicou que pouco mais de 23 mil profissionais foram formados em cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, que abordam conteúdos em aspectos da sexualidade.

**Tabela 2 Estatísticas Descritivas dos Cursos Ativos no Brasil que abordam aspectos da Sexualidade, segundo variáveis numéricas extraídas e computadas da plataforma e-MEC.**

Variáveis numéricas extraídas e-MEC	descrição estatística				
	M	DP	Min	Max	Total dos Cursos (soma)
Idade dos Cursos (anos)	3,6	3,3	0	32	-
Idade dos Cursos (meses)	46,8	38,9	1	388	-
Carga Horária dos Cursos	576,63	389,50	360	4320	-
Número de Vagas	484	867,83	2	5000	189.851
Total de Egressos nos Cursos*	45,8	167,24	0	3500	23.333

\*considerando nessa soma cursos ativos e desativados

A análise do número de vagas ofertadas revela disparidades extremas: alguns cursos registram apenas duas (2) vagas, enquanto outros chegam a disponibilizar até 5.000. A mediana encontrada foi de 200 vagas por curso, o que significa que metade dos cursos oferece turmas até esse tamanho. Esse contraste suscita dúvidas sobre a coerência entre o número de vagas, a infraestrutura disponível e a capacidade de acompanhamento docente, especialmente em formações que envolvem dimensões éticas e relacionais complexas como a sexualidade.

A distribuição das cargas horárias e do número de vagas também varia regionalmente. Em estados com maior concentração de cursos, observa-se a presença tanto de formações mínimas (360h) quanto de programas muito extensos, além de turmas com milhares de vagas. Já em estados com pouca oferta, predominam cursos com carga horária próxima ao mínimo regulatório e turmas reduzidas. Esses contrastes indicam que não apenas a quantidade de cursos como também o perfil de suas propostas formativas estão diretamente associados ao território em que se concentram.

Não apenas pela idade média dos cursos mas também conforme demonstrado na Tabela 3 e na Figura 1 associada, observa-se que a maioria dos cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* que abordam aspectos da sexualidade foram lançados nos últimos cinco anos (71,5%, considerando 2025). Até 2014, havia apenas 16 cursos de especialização no Brasil que tratavam de aspectos da sexualidade, o que hoje representa aproximadamente 2,95% do total de cursos disponíveis. A curva de crescimento sobre o lançamento desses cursos foi observada *antes, durante e depois* da pandemia da COVID-19, o que possivelmente reforça a suposição da tendência de migração para o ensino a distância.

**Tabela 3 Distribuição de Cursos de Especialização em Nível de pós-graduação *lato sensu* em aspectos da Sexualidade Humana por Ano de Lançamento, segundo informações da plataforma e-MEC.**

Cursos por Ano	N	%
1992	1	0,20
2004	1	0,20
2006	2	0,39
2007	0	0,00
2012	7	1,38
2013	4	0,79
2015	12	2,36
2016	13	2,55
2017	35	6,88
2018	32	6,29
2020	74	14,54
2021	69	13,56
2022	67	13,16
2023	77	15,13
2024	69	13,56
2025	8	1,57

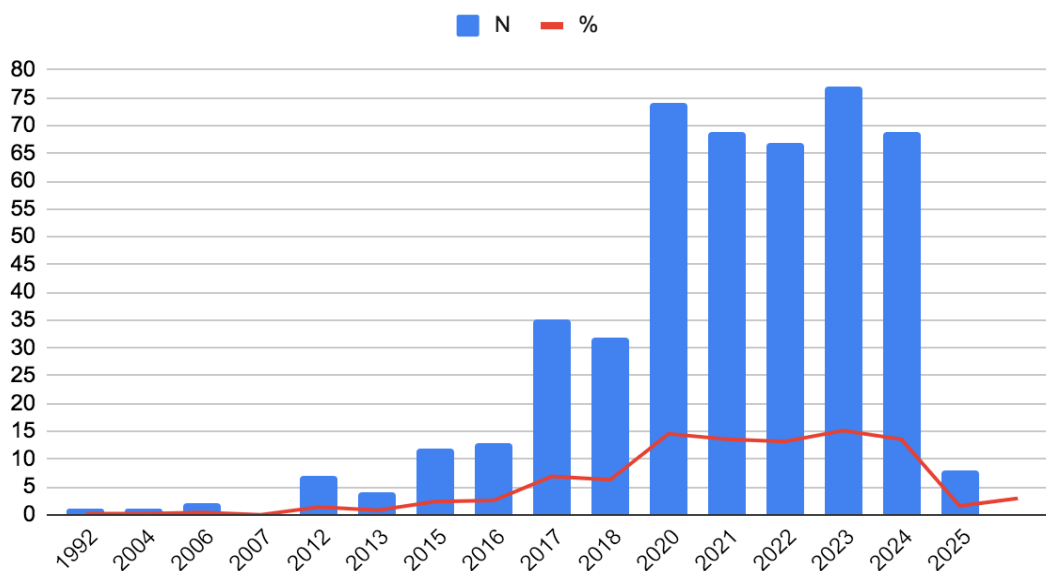


Figura 1. Números de Lançamentos de Cursos por Ano

Outro aspecto relevante é a recente expansão da oferta. Aproximadamente 70% de todos os cursos mapeados foram criados nos últimos cinco anos (2020-2024). O ano de

2023, isoladamente, concentrou 77 novos registros, o maior volume anual já registrado. Esse crescimento acelerado pode indicar tanto o aumento da demanda social pelo tema quanto a mercantilização da oferta, já que a multiplicação de cursos não garante, por si só, consistência pedagógica ou consolidação institucional.

A expansão mais recente dos cursos também ocorreu de maneira desigual entre regiões. Entre 2020 e 2024, o Sudeste concentrou a maior parte dos novos registros, seguido pelo Sul e Centro-Oeste. No Norte e Nordeste, o crescimento foi tímido e pulverizado, sem formar polos consistentes. Isso sugere que o dinamismo observado nacionalmente não se traduz em interiorização e democratização regional, mas em fortalecimento de polos já consolidados.

#### Áreas e Instituições e Títulos da formação dos Cursos

Quanto às características dos cursos, observa-se que há uma predominância de cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* que abordam aspectos da sexualidade, os quais estão principalmente inseridos nas áreas de Educação e Saúde e Bem-Estar (Tabela 4). Além disso, a plataforma não fornece informações adicionais sobre os tipos de público-alvo ou tipo de formação em nível de graduação que se destina a esses cursos.

**Tabela 4 Distribuição de Cursos de pós-graduação *lato sensu* em aspectos da Sexualidade Humana por Área e Status de Atividade segundo informações da plataforma e-MEC.**

Variáveis descritivas extraídas e-MEC	Ativo (N=392)		Desativado (N=117)		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>Área</b>						
01 - Educação	106	27,2	22	18,8	128	25,1
02 - Artes e humanidades	15	3,8	4	3,4	19	3,7
03 - Ciências sociais, comunicação e informação	15	3,8	1	0,9	16	3,1
04 - Negócios, administração e direito	13	3,3	7	6,0	20	3,9
09 - Saúde e bem-estar	242	61,7	82	70,1	324	63,7
10 - Serviços	1	0,3	1	0,9	2	0,4

Tanto para cursos ativos quanto para desativados, o total de instituições que ofereceram esses cursos foi de 194 Instituições de Ensino Superior (IES), com 235 coordenadores diferentes. Isso indicou que as IES oferecem mais de um tipo de curso de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* que aborda aspectos da sexualidade. Além disso, foram encontrados casos em que uma única pessoa coordenadora estava à frente de diferentes cursos, seja dentro da mesma instituição ou em instituições distintas, com casos em que uma mesma pessoa coordena cursos em áreas diferentes.

Como não há informações descritivas sobre os conteúdos, disciplinas e ementas desses cursos na plataforma do e-MEC, e assumindo que os títulos refletem abordagens semelhantes em termos de formação desses cursos, os cursos foram agrupados por título e estimou-se que existem 146 cursos com títulos diferentes (Tabela 5). Foi observado que 11

títulos de cursos concentraram cerca de 60% da oferta total de cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* que abordam aspectos da sexualidade.

**Tabela 5 Distribuição de Cursos de pós-graduação *lato sensu* em aspectos da Sexualidade Humana por Título, Frequência e informações descritivas de Carga Horária, segundo informações da plataforma e-MEC.**

Título dos Cursos	N	%	Descritivo de Carga Horária por curso			
			M	DP	Min	Max
Sexualidade Humana	55	10,8	602,8	135,6	360	750
Sexologia	47	9,2	856,9	984,5	360	4032
Psicologia Sexual	43	8,4	660,5	112,5	360	750
Sexualidade e Psicologia	43	8,4	614,9	130,2	360	750
Gênero e Sexualidade	32	6,3	654,8	120,5	360	750
Educação, Gêneros e Sexualidade	22	4,3	565,5	83,1	360	720
Sexologia Clínica	16	3,1	526,1	110,7	360	720
Educação Sexual	15	2,9	584,9	100,7	360	720
Aspectos Diagnósticos e Terapêuticos das Disfunções Sexuais	13	2,6	646,2	143,2	360	720
Gestão de Educação Sexual	12	2,4	559,2	123,0	360	640
Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade	11	2,2	374,5	48,2	360	520
Terapia Sexual Analítico Comportamental	7	1,4	560,0	97,3	420	640
Psicosexologia Clínica	5	1,0	518,8	135,3	420	667
Sexologia Humana	5	1,0	360,0	0,0	360	360
Terapia Sexual	5	1,0	504,0	131,5	360	600
Educação, Gênero e Sexualidade	4	0,8	520,0	93,8	380	580
Especialização em Sexologia e Sexualidade Humana	4	0,8	397,5	45,0	360	450
Gênero e Sexualidade na Escola	4	0,8	565,0	122,6	420	720
Orientação Sexual	4	0,8	565,0	122,6	420	720
Políticas Públicas, Direitos Humanos e Diversidade Sexual e de Gênero	4	0,8	360,0	0,0	360	360
Psicanálise e Sexologia	4	0,8	422,5	18,9	410	450
Direitos Humanos nas Relações Étnico-raciais, Gênero, Sexualidade, Diversidade e Inclusão	3	0,6	420,0	0,0	420	420
Educação Afetivo Sexual	3	0,6	446,7	46,2	420	500
Gênero, Corpo e Sexualidade	3	0,6	360,0	0,0	360	360
Gênero, Sexualidade e Diversidade	3	0,6	360,0	0,0	360	360
Sexologia Humana e Terapia Sexual	3	0,6	540,0	0,0	540	540
Sexualidade	3	0,6	480,0	207,8	360	720
Sexualidade Humana: Clínica e Educação	3	0,6	360,0	0,0	360	360

Andrologia - Medicina Sexual e Infertilidade Masculina	2	0,4	1184,0	0,0	1184	1184
Direito da Diversidade Sexual, Racial e Religiosa	2	0,4	360,0	0,0	360	360
Direito Homoafetivo e Diversidade Sexual	2	0,4	407,0	9,9	400	414
Educação Afetiva e Sexual	2	0,4	495,0	0,0	495	495
Fisioterapia Pélvica Internacional - Urologia, Uroginecologia, Coloproctologia e Sexualidade Funcional	2	0,4	456,0	8,5	450	462
Gênero e sexualidade em contextos clínicos e educativos	2	0,4	360,0	0,0	360	360
Gênero, Sexualidade e Educação	2	0,4	460,0	113,1	380	540
Gênero, Sexualidade e Saúde	2	0,4	750,0	0,0	750	750
Sexologia Clínica e Sexualidade Humana (Medicina Sexual)	2	0,4	1100,0	0,0	1100	1100
Sexualidade Humana e Contemporânea	2	0,4	452,0	0,0	452	452
Sexualidade Humana e Psicanálise	2	0,4	750,0	0,0	750	750
Terapia de Casal e Sexualidade	2	0,4	504,0	203,6	360	648
Terapia de Família, Casal e Sexual	2	0,4	360,0	0,0	360	360
Terapias Integrativas com ênfase em Sexualidade Humana	2	0,4	479,0	55,2	440	518
Transtornos da Sexualidade	2	0,4	360,0	0,0	360	360
Outros com diferentes nomes	103	20,6	602,8	135,6	360	750

Existe uma grande diversidade de cursos relacionados à sexualidade. Mesmo quando apresentam o mesmo título, esses cursos diferem em carga horária, possivelmente em estrutura curricular. A situação se torna ainda mais complexa ao observar que os 11 títulos principais extraídos aparecem classificados em diferentes áreas de atuação na plataforma analisada. Esses dados foram exemplificados na Tabela 6.

**Tabela 6 Distribuição de Títulos de Cursos de pós-graduação *lato sensu* em aspectos Sexualidade Humana por Área de Conhecimento segundo informações da plataforma e-MEC.**

Título dos Cursos	01 – Educação	02 – Artes e humanidades	03 – Ciências sociais, comunicação e informação	04 – Negócios, administração e direito	09 – Saúde e bem-estar	10 – Serviços
Sexualidade Humana	7	0	1	0	47	0
Sexologia	4	0	2	1	38	2
Sexualidade e Psicologia	0	0	1	1	41	0
Psicologia Sexual	2	2	1	0	38	0
Gênero e Sexualidade	10	2	1	0	19	0

Educação, Gêneros e Sexualidade	22	0	0	0	0	0
Sexologia Clínica	1	0	0	1	14	0
Educação Sexual	9	1	0	0	5	0
Aspectos Diagnósticos e Terapêuticos das Disfunções Sexuais	1	0	1	0	11	0
Gestão de Educação Sexual	6	0	0	3	3	0
Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade	5	5	0	0	1	0

Apesar de títulos idênticos, os mesmos cursos aparecem classificados em áreas distintas do e-MEC, o que indica fragmentação e falta de coerência entre nomenclatura, escopo formativo e área de conhecimento. Esse descompasso dificulta a comparação entre propostas, influi na expectativa de competências e reforça a necessidade de critérios mínimos de padronização descritiva (título, área e objetivos) para dar transparência e permitir escolhas mais informadas.

### 2.3 Considerações alcançadas pela Comissão

A análise dos dados extraídos da plataforma e-MEC possibilitou uma série de considerações relevantes sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu* em aspectos da Sexualidade Humana, sem a necessidade de realizar uma coleta de dados direta com as Instituições de Ensino Superior (IES). A partir dos dados disponíveis, foi possível identificar e organizar diversas preocupações em relação à oferta, estrutura e conteúdo desses cursos. Essas observações refletem a complexidade e diversidade do campo da sexualidade humana e foram agrupadas em tópicos específicos que buscaram esclarecer as principais características e desafios encontrados na análise das informações dos cursos listados:

i. **Distribuição Geográfica e Acessibilidade:** a grande maioria dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em sexualidade está concentrada em unidades específicas, com 88% dos cursos oferecidos em uma única unidade federativa. Isso pode indicar que as instituições de ensino superior (IES) preferem centralizar sua oferta, possivelmente devido a questões logísticas e de demanda regional. Por outro lado, uma parcela menor dos cursos (12%) é ofertada em múltiplas unidades federativas, o que poderia ampliar o acesso, especialmente em estados que carecem de opções de formação especializada. A concentração da oferta em uma única unidade pode dificultar o acesso para profissionais de outras regiões, pois essas pessoas precisariam se deslocar ou optar por modalidades de

ensino a distância, enquanto a oferta em múltiplas unidades pode ser uma estratégia para promover maior inclusão e acessibilidade. A distribuição territorial não é apenas desigual em números absolutos. Quando ajustamos por população, Sudeste e Sul concentram a maior oferta por milhão de habitantes, enquanto vários estados do Norte e do Nordeste praticamente não contam com opções presenciais. Em parte das unidades da federação, a única via de acesso é a EaD. Essa geografia da oferta impacta a equidade formativa e sugere a necessidade de interiorização com qualidade e de redes colaborativas sensíveis às realidades regionais.

ii. **Modalidade de ensino e acesso à Formação:** a distribuição entre as modalidades de ensino (Educação a Distância (EaD) e Educação Presencial) destaca uma predominância de cursos oferecidos a distância. Essa tendência pode ser explicada pela flexibilidade e acessibilidade que a EaD proporciona, permitindo que profissionais de diferentes regiões do Brasil acessem a formação sem a necessidade de deslocamento. No entanto, a predominância da EaD também levanta questionamentos sobre a qualidade do aprendizado, especialmente em um campo tão complexo como a sexualidade, que exige uma abordagem prática e muitas vezes sensível ao contexto do discente. EaD é conhecida por suas diversas limitações que precisam ser ponderadas nesses cursos. Adicionalmente, a menor oferta de cursos presenciais pode limitar o acesso para aquelas pessoas que preferem ou necessitam de um ensino mais interativo e supervisionado. Esse cenário também pode impactar a profundidade do aprendizado e a preparação prática desses profissionais.

iii. **Sobreposição de conteúdos:** o uso de títulos semelhantes em diferentes áreas pode sugerir que, embora os cursos tratem de tópicos relacionados à sexualidade, o conteúdo específico e as metodologias de ensino podem variar consideravelmente. Além do título, essas diferenças também foram observadas na carga horária. Dessa forma, a ausência de descrições detalhadas sobre esses cursos (disciplinas, ementas, objetivos) pode gerar confusão sobre o que realmente é ensinado em cada curso, mesmo que mantenha título semelhante a outros cursos ofertados, dificultando a escolha mais adequada para profissionais que buscam se especializar.

iv. **Ausência de padronização:** outro desafio identificado é a possível falta de consenso e uniformidade, tanto nas nomenclaturas quanto nos objetivos e conteúdos de cada curso. Um exemplo simples disso pode ser observado em um curso denominado "*Doenças Sexualmente Transmissíveis*", oferecido por uma IES Pública Federal. Há anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) adotaram a terminologia "*Infecções Sexualmente Transmissíveis*" (IST), refletindo uma atualização conceitual importante. Isso demonstra que a falta de padronização pode ser ainda mais complexa em aspectos específicos da sexualidade, afetando a precisão e a consistência das abordagens nos cursos de pós-graduação.

v. **Demanda crescente:** a diversidade de títulos pode refletir uma crescente demanda por formações especializadas na área da sexualidade, que se adaptam a diferentes necessidades e contextos profissionais. Isso pode indicar um reconhecimento cada vez maior

da importância da sexualidade humana em diversas áreas do conhecimento e em práticas profissionais.

vi. **Mercantilização do ensino e banalização do tema:** a grande oferta de cursos e o crescimento exponencial podem estar relacionados à mercantilização do ensino superior, em que a criação de especializações, certificações e títulos rebuscados se torna uma estratégia lucrativa para muitas IES. Foi observado um número significativo de cursos oferecidos por instituições privadas com fins lucrativos, o que pode gerar barreiras de acesso, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Essa lógica mercadológica pode contribuir para a banalização de um tema tão relevante, transformando a sexualidade em um campo de estudo complexo e multifacetado, em um produto de mercado, sem a devida profundidade, reflexão crítica ou rigor acadêmico necessário.

vii. **Falta de regulamentação e supervisão:** a ausência de uma regulamentação e fiscalização adequadas sobre esses cursos pode resultar na proliferação de programas que, embora atendam aos requisitos formais e portarias exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*, não cumprem os padrões em conteúdos, estrutura e qualidade essenciais. Isso pode levar à formação de profissionais com uma capacitação insuficiente, especialmente em áreas sensíveis como a sexualidade, comprometendo não apenas a segurança mas também a eficácia das intervenções realizadas, com possíveis riscos para as pessoas envolvidas e para sociedade de maneira geral.

viii. **Fragmentação do conhecimento:** a grande variedade de títulos e abordagens pode gerar uma fragmentação do conhecimento, em que diferentes cursos tratam a sexualidade de maneiras distintas, dificultando a construção de uma visão integrada e holística sobre o tema. Isso pode resultar em lacunas na formação de profissionais, impedindo a articulação eficaz entre as diversas ciências que envolvem a sexualidade e as diferentes áreas de atuação. A falta de uma base conceitual unificada sobre a sexualidade compromete a compreensão global do tema e a aplicação de intervenções mais completas e efetivas.

ix. **Desconexão com as necessidades sociais e culturais:** a diversidade de cursos pode refletir uma desconexão com as necessidades reais da sociedade em relação à sexualidade. Cursos que não se alinham com as questões sociais e culturais contemporâneas, como o respeito às diferentes expressões de afeto, corporalidade, diversidade sexual, identidade de gênero e direitos humanos, podem resultar em uma formação desatualizada e não sensível às mudanças sociais e culturais.

## 2.4 Considerações finais e ações da Comissão

A análise dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em aspectos da sexualidade humana cadastrados na plataforma e-MEC permitiu mapear dados relevantes sobre a oferta, a distribuição e as características gerais dessas formações. Contudo, é importante destacar que os dados disponíveis, embora abrangentes em algumas dimensões, não foram

suficientes para uma avaliação completa da qualidade e dos projetos pedagógicos desses cursos. Há aspectos fundamentais para a formação de profissionais que transcendem as informações quantitativas e documentais fornecidas pelo sistema.

Entre as limitações identificadas, destaca-se a ausência de informações sobre conteúdos programáticos, disciplinas, ementas, objetivos, planos político-pedagógicos, metodologias de ensino, modalidades de interação, formatos de aula, abordagens pedagógicas, adoção de perspectivas interdisciplinares, aplicação prática dos conhecimentos e periodicidade de atualização dos cursos. Esses elementos são essenciais para uma avaliação mais precisa da extensão e da profundidade das formações e, especialmente em um campo em constante transformação como a sexualidade humana, são fundamentais para assegurar o alinhamento com avanços científicos, normativos e com as demandas sociais, culturais e profissionais.

Adicionalmente, os dados disponíveis não permitiram verificar a formação, as características e a qualificação dos corpos docentes, aspectos que exercem influência direta na experiência formativa. A ausência de informações atualizadas dificulta a análise das competências técnicas e didáticas das pessoas envolvidas no ensino, além de impossibilitar a verificação de sua atuação ativa na área. Considerado um fator especialmente relevante, dado o dinamismo do campo da sexualidade, que exige atualização e engajamento contínuos por parte das pessoas responsáveis pela formação.

Outro ponto de atenção é a desativação de cursos sem informações sobre os motivos e o período exato de encerramento, o que impede análises mais aprofundadas sobre a sustentabilidade dessas formações e a real demanda da sociedade por especializações na área. Essa lacuna dificulta a identificação de possíveis padrões relacionados à baixa procura, inadequação curricular, problemas de gestão ou alterações nas regulamentações educacionais.

Paralelamente, a existência de cursos de pós-graduação *lato sensu* não registrados no MEC é motivo de preocupação. Essa situação compromete a transparência e a rastreabilidade das formações ofertadas, gerando dúvidas sobre a qualidade, a regularidade e a validade dos certificados emitidos. A falta de registro no sistema oficial de regulação educacional pode expor não apenas profissionais e estudantes a formações que não atendem aos parâmetros mínimos exigidos, mas também a população em geral, que pode ser submetida a práticas profissionais inadequadas, criando consequências em múltiplas esferas sociais, especialmente comunidades que vivem riscos sociais constantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a criação de parâmetros orientadores que sirvam de referência para os cursos de pós-graduação *lato sensu* na área da sexualidade. Para além de medidas regulatórias, recomenda-se a promoção de processos colaborativos entre as instituições de ensino, com a formação de coletivos, consórcios ou redes de cooperação que estimulem a troca de experiências e a construção de diretrizes comuns. Essas iniciativas podem contribuir para a elevação dos padrões de qualidade, fomentar a adoção de boas práticas pedagógicas e fortalecer a atuação profissional ética e responsável.

Organizações da Sociedade Civil (OSCs), como a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH), juntamente com outras entidades de classe e organizações interessadas, podem desempenhar um papel relevante nesse processo, oferecendo apoio técnico e gerencial, promovendo espaços de intercâmbio e articulando ações que incentivem a autoavaliação e a melhoria contínua das formações. A cooperação entre as instituições, respaldada por organizações de referência, poderá não apenas qualificar a oferta dos cursos mas também assegurar que a população tenha acesso a serviços baseados em conhecimentos atualizados, seguros e socialmente responsáveis.

Nesse contexto, a comissão recomenda que futuras investigações avancem para além dos dados disponíveis na plataforma e-MEC. Isso pode ser realizado por meio de contato direto com as instituições ofertantes, visando levantar informações detalhadas sobre ementas, planos político-pedagógicos, qualificação docente e avaliação de egressos, com foco em aspectos qualitativos que reflitam melhor a experiência formativa. É igualmente recomendável que esses cursos sejam avaliados quanto à adoção de abordagens interdisciplinares e multidisciplinares, integrando conhecimentos de diversas áreas como saúde, educação, ciências sociais e outras. Tal perspectiva é essencial para refletir a complexidade da sexualidade humana e assegurar que a formação seja ampla, diversificada e adequada às diferentes realidades e contextos de atuação profissional.

Por fim, embora os números apresentados forneçam uma visão panorâmica sobre a oferta e expansão dos cursos, é imprescindível considerar que a qualidade da formação não pode ser mensurada apenas pela quantidade de vagas, carga horária ou número de cursos disponíveis. A formação ética, crítica, inclusiva e socialmente responsável de profissionais que atuarão em um campo tão sensível e complexo, exige um olhar atento e criterioso para além do que os dados quantitativos podem revelar. Assim, reforça-se a necessidade de que as instituições, os órgãos reguladores e a sociedade mantenham um diálogo contínuo, pautado na ética e na responsabilidade social, para promover avanços significativos e sustentáveis na formação em sexualidade humana no Brasil.

### 3 LEVANTAMENTO SOBRE OS PONTOS RELEVANTES A SEREM CONSIDERADOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM SEXUALIDADE HUMANA

#### 3.1 Introdução ao Levantamento

A qualidade da formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* depende de diretrizes bem estruturadas que garantam coerência acadêmica e alinhamento com as demandas da área. No entanto, as normativas existentes, como as diretrizes do MEC (Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018), estabelecem apenas requisitos gerais, sem detalhar parâmetros específicos que orientem a construção curricular e metodológica desses cursos. Isso evidencia a necessidade de referenciais mais claros e adaptados às exigências da prática profissional.

Nesse contexto, estabelecer tais referenciais torna-se uma tarefa desafiadora, especialmente em um campo interdisciplinar como o da sexualidade humana. A diversidade de abordagens teóricas, metodológicas e profissionais dificulta a definição de um conjunto unificado de parâmetros que contemple as diferentes áreas do conhecimento envolvidas. Assim, é fundamental encontrar um equilíbrio entre a flexibilidade necessária para abarcar múltiplas perspectivas e a estruturação de diretrizes que garantam coerência, qualidade e aplicabilidade na formação de especialistas.

Com o objetivo de aprofundar essa discussão e reunir percepções fundamentadas sobre os referenciais necessários na formação em sexualidade humana, a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH), por meio da Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana, desenvolveu duas iniciativas para coleta de informações junto a profissionais da área.

A primeira iniciativa consistiu em uma roda de conversa, que possibilitou a coleta de percepções de forma mais espontânea e interativa, explorando como as pessoas se aproximaram desse campo de conhecimento e como compreendem sua formação na área. A segunda foi um levantamento estruturado, realizado por meio de um formulário, com o objetivo de mapear os aspectos considerados essenciais na formação de especialistas que atuam, de forma direta ou indireta, com questões da sexualidade.

Ambas as iniciativas ocorreram durante o 19º Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana (XIX CBSH), entre os dias 5 e 7 de setembro de 2024. Essas coletas foram fundamentais para a construção deste manual, contribuindo para a identificação de aspectos relevantes que possam orientar a estruturação curricular de cursos *lato sensu* e outras iniciativas formativas.

No caso específico do questionário, as perguntas foram elaboradas a partir de discussões conduzidas pela Comissão, com base na experiência prévia da condução de uma pesquisa realizada na plataforma e-MEC. A participação no questionário foi voluntária e anônima, garantindo a coleta de contribuições de maneira ética e segura. Disponibilizado *online* por meio da plataforma *Google Forms*, o questionário foi lançado alguns dias antes do início do Congresso e permaneceu aberto até o último dia do evento. Esse formato

assegurou a possibilidade de participação espontânea, a interrupção do preenchimento a qualquer momento e a transparência quanto ao uso dos dados, que foram destinados exclusivamente à SBRASH para embasar futuras ações voltadas à qualificação da formação profissional na área da sexualidade humana.

A análise dos resultados obtidos nessas iniciativas permitiu identificar os aspectos que essa população de profissionais considera mais relevantes, bem como as diferentes perspectivas dentro do campo. Para a SBRASH, esses achados reforçam a importância da construção de referenciais formativos pautados em bases curriculares democráticas, inclusivas, atualizadas e realistas, que atendam às necessidades da sociedade e de profissionais que lidam com questões da sexualidade, direta ou indiretamente.

### **3.2 Pontos relevantes identificados na Roda de Conversa no XIX CBSH**

A Roda de Conversa realizada no 19º Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana (XIX CBSH) proporcionou um espaço de inclusão, reflexão e consciência sobre as percepções das pessoas que atuam na área da sexualidade humana. Ao explicarem suas visões e críticas sobre o cenário brasileiro de formação e atuação na área, além de abordarem como se aproximaram desse campo de conhecimento e como compreendem sua formação.

A história sobre como cada profissional se aprofundou no campo da sexualidade humana foi o ponto de partida da discussão. Identificamos um senso de união e cronologia nos relatos das histórias de formação de cada uma das pessoas presentes. Houve uma relação inicial que norteou para chegarem a uma formação contínua e coerente com as necessidades. Surgindo por meio de afinidades com o tema, ou demandas em sexualidade presentes em conjunturas pessoais e profissionais, atreladas com a proximidade e contato com um profissional já inserido na área mostrou caminhos e ofereceu suporte para uma formação ética, comprometida e responsável.

A semelhança cronológica de como se aproximaram da sexualidade foi equivalente ao destacarem um incômodo diante das contradições de atuações no campo. Concordam que a formação em sexualidade deve ser adequada e contínua, atualizada na sua área de atuação e alinhada às competências adquiridas na graduação, integrando uma abordagem ética, técnica, científica, inclusiva e sensível com a sexualidade, e se preocupam com atuação de profissionais que se contradizem.

Prevalece uma insatisfação sobre como a atuação profissional na área da sexualidade tem sido marcada pela banalização do tema, ausência de aprimoramento e de formação adequada dos profissionais, e carência de regulamentação e avaliação dos cursos. Sendo comumente reforçada por profissionais e instituições que frequentemente atrelam a atuação e formação em sexualidade humana a uma abordagem reducionista, superficial e mercadológica, desprovida da fundamentação ética, social, profissional, acadêmica e científica.

### 3.3 Resultados e Discussão do Formulário

A coleta de informações por meio do "[Formulário sobre pontos relevantes a serem considerados na formação de profissionais que atuam com sexualidade humana](#)" reuniu dados de 113 participantes. Entre as características da amostra, observa-se que 97% das pessoas respondentes possuem formação superior, e 88% deram continuidade aos seus estudos em programas de pós-graduação, seja em cursos de especialização (*lato sensu*) ou em programas acadêmicos (*stricto sensu*, como mestrado e doutorado). As principais características da amostra podem ser visualizadas na tabela abaixo:

**Tabela 7 Distribuição das pessoas respondentes segundo o maior nível de escolaridade alcançado.**

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sem formação no Ensino Superior	4	3,5
Graduação no Ensino Superior ou Diploma Universitário ou Bacharelado	10	8,8
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou Programas de Especialização	60	53,1
Mestrado	30	26,5
Doutorado	9	8,0

Os resultados revelaram que as pessoas respondentes possuem alta qualificação acadêmica, com uma expressiva presença de pessoas pós-graduadas. A predominância de indivíduos com formação avançada sugere que o levantamento alcançou profissionais com trajetórias acadêmicas e experiência diversificadas. Além disso, observa-se que **88,5% das pessoas participantes já atuam na área da sexualidade**, o que reforça que a amostra é composta, majoritariamente, por pessoas ativas e diretamente envolvidas profissionalmente no campo. Esse dado é especialmente relevante, pois valida a pertinência das contribuições obtidas e fortalece a confiabilidade dos parâmetros e aspectos fundamentais levantados para a formação e educação de especialistas que trabalham, direta ou indiretamente, com questões da sexualidade humana.

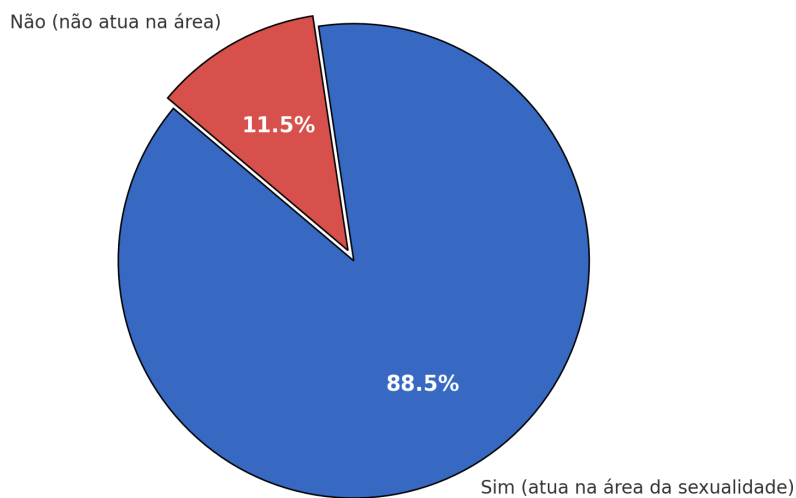


Figura 2 Distribuição das pessoas respondentes quanto à atuação na área da sexualidade.

Você considera necessária uma formação em nível superior de pós-graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu*, para capacitar a atuação específica de profissionais que desejam trabalhar na área da sexualidade?

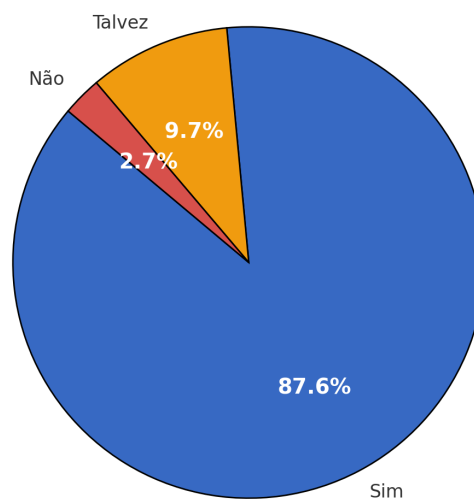


Figura 3 Distribuição das respostas sobre a necessidade de formação em nível de pós-graduação para atuação na área da sexualidade.

A maioria das pessoas participantes (87,6%) considera essencial uma formação em nível de pós-graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu*, para atuar na área da sexualidade. Essa percepção reflete a complexidade do campo, que exige qualificação aprofundada e especializada para lidar com suas múltiplas dimensões. Os comentários indicaram uma necessidade evidente de maior qualificação e, em alguma medida, regulamentação da área. As principais ideias convergem em torno dos seguintes aspectos:

✓ **Necessidade de especialização** – a formação no ensino superior (graduação) é considerada **insuficiente** para lidar com a complexidade da sexualidade. As especializações são vistas como fundamentais para garantir **intervenções eficazes e éticas**.

✓ **Atualização contínua** – a necessidade de manter-se **constantemente atualizado** com mudanças sociais, novas evidências científicas e práticas profissionais foi amplamente mencionada. Isso reflete a percepção de que a sexualidade é um campo em constante evolução, exigindo que profissionais acompanhem suas transformações.

✓ **Integração de disciplinas** – há uma demanda por uma abordagem **interdisciplinar da sexualidade**, envolvendo diversas áreas do conhecimento além da psicologia e da medicina, como educação, direito, antropologia e assistência social, proporcionando uma compreensão mais ampla do tema.

✓ **Inclusão de populações vulneráveis** – existe um consenso sobre a importância de considerar **populações vulnerabilizadas** na formação, visando a uma atuação mais inclusiva e abrangente no campo da sexualidade.

✓ **Ética e regulamentação** – a falta de regulamentação formal na área foi destacada como um desafio. Algumas pessoas participantes sugeriram que uma formação mais estruturada, regulamentada e fiscalizada, representaria um avanço, garantindo **segurança e qualidade** nas intervenções clínicas, educacionais e sociais.

✓ **Formação prática** – a necessidade de integrar **mais atividades práticas** na formação foi um ponto recorrente. A falta de experiência prática pode comprometer a capacidade dos profissionais de realizar **diagnósticos diferenciais** e intervenções mais eficazes.

Já os comentários considerados controversos ou divergentes foram organizados em três pontos principais:

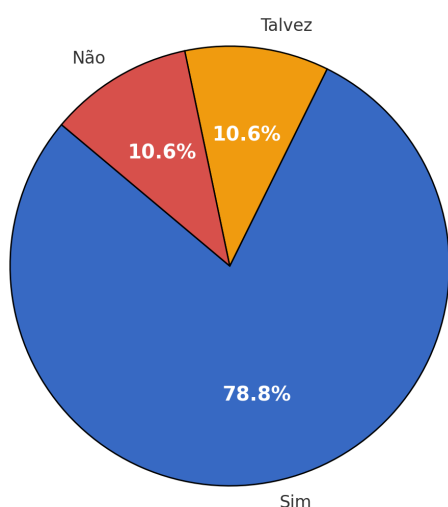
△ **Duração e profundidade das formações** – enquanto algumas pessoas acreditam que **capacitações de curta duração** (imersões, *workshops* ou cursos específicos) podem ser suficientes para determinadas áreas da sexualidade, outras defendem a necessidade de uma

**formação mais abrangente**, como uma pós-graduação. Essa divisão reflete a diversidade de trajetórias profissionais e áreas de atuação dentro do campo.

△ **Eficácia de diferentes abordagens** – algumas pessoas participantes sugeriram a inclusão de **técnicas complementares**, como **Programação Neurolinguística (PNL), Hipnose e Tantra**, nos conteúdos formativos, trazendo uma abordagem menos acadêmica para a formação em sexualidade. No entanto, essa sugestão gera controvérsias, pois nem todas as pessoas concordam com a aplicação dessas técnicas na área.

△ **Flexibilidade nos pré-requisitos para a formação** – há discordâncias sobre os requisitos necessários para iniciar uma formação na área da sexualidade. Algumas pessoas defendem que, **assim como na psicanálise, não seria necessário ter uma formação prévia específica**. Outras consideram essencial uma **base sólida de conhecimentos**, o que gera discussões sobre o ponto de partida ideal para a qualificação na área.

**Considerando as diferentes formações em ensino superior, você concorda que devem existir áreas de atuação específicas para profissionais que atuam com a sexualidade e uma conscientização do papel de cada profissional no campo?**



**Figura 4 Distribuição das respostas sobre a necessidade de áreas de atuação específicas e conscientização do papel profissional na sexualidade.**

Em uma proporção um pouco menor do que na pergunta anterior, a maioria das pessoas participantes (78,8%) concordou que **devem existir áreas de atuação específicas para profissionais que trabalham com a sexualidade**, além da necessidade de uma **conscientização sobre o papel de cada um nesse campo**. Esse resultado sugeriu que a especialização e a definição de responsabilidades são amplamente vistas como

fundamentais para garantir uma **abordagem eficaz e ética**, respeitando as particularidades de cada disciplina. Os comentários foram organizados em três eixos principais:

### 1. Especialização e Delimitação de Áreas de Atuação

Muitas pessoas participantes destacaram a importância de que a sexualidade seja abordada por **profissionais especializados**, com formações direcionadas para suas respectivas áreas, como **psicologia, medicina, fisioterapia pélvica e educação**. A visão predominante é a de que a sexualidade constitui um **campo vasto e interdisciplinar**, demandando que cada profissional se especialize dentro de sua área de atuação para garantir intervenções com maior profundidade de conhecimento e eficácia. A definição de **áreas de atuação estabelecidas e específicas** permitiria que cada profissional **atuasse dentro de suas competências e responsabilidades éticas**, evitando práticas inadequadas, sobreposição de atuações definidas e promovendo atendimentos e ações qualificadas e direcionadas.

### 2. Interdisciplinaridade e Integração de Saberes

Outro ponto enfatizado foi a necessidade de um **trabalho integrado** entre diferentes áreas do conhecimento. As pessoas participantes destacaram que a **colaboração entre disciplinas como psicologia, medicina, pedagogia, direito, entre outras**, permite uma abordagem integral e cooperativa para lidar com questões e demandas na área da sexualidade. Além disso, defendeu-se que **profissionais de diferentes áreas que lidam com questões humanas** deveriam ter **conhecimentos básicos sobre sexualidade**, permitindo abordagens **inclusivas e contextualizadas**. Como exemplo, a interação entre a endocrinologia e a psicologia foi citada como um modelo eficaz, especialmente no acompanhamento de pessoas em terapia hormonal e questões relacionadas à sexualidade.

### 3. Expansão do Campo e Compreensão das Atuações

Alguns participantes argumentaram que a formação em sexualidade **não deve ser restrita apenas às áreas da saúde**, permitindo a inclusão de **profissionais de outras áreas**, como **educação, filosofia, administração, entre outras**. A justificativa para essa ampliação seria a possibilidade de ampliar o campo, incorporando **diferentes perspectivas e abordagens** que complementariam a visão mais tradicional focada em saúde e bem-estar sexual. Embora essa posição não tenha sido unânime, houve consenso de que o aprofundamento em temas específicos deve ser acompanhado por uma formação robusta e sensível, especialmente para demandas de alta complexidade ou de natureza especializada

**Você concorda com que, em termos de estrutura física e virtual, certos requisitos devem ser exigidos e disponibilizados pelos cursos de pós-graduação em questões de sexualidade?**

Em relação aos requisitos propostos no levantamento, era esperado que a maioria dos participantes os considerasse relevantes, uma vez que alguns desses critérios já são aplicados em outras formações, ainda que não estejam diretamente ligados à área da sexualidade. Os itens foram organizados de acordo com as porcentagens de concordância sobre a importância desses requisitos, conforme apresentado na Tabela 8.

**Tabela 8** Frequência de respostas afirmativas sobre a relevância de requisitos necessários para programas de pós-graduação na área da sexualidade.

%			Item indicado
não	talvez	sim	
-	1,8	98,2	Promover a integração interdisciplinar para incentivar a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que discentes explorem a sexualidade em conexão com outras disciplinas como psicologia, sociologia, medicina, educação, entre outras.
0,9	0,9	98,2	Assegurar a diversidade e a inclusão no currículo ao introduzir conteúdos que abordem a sexualidade de forma inclusiva e diversa, considerando aspectos de gênero, corpos, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia e diferentes contextos culturais.
-	1,8	98,2	Promover a ética e a responsabilidade social ao incluir disciplinas e atividades que reforcem a importância da ética profissional e da responsabilidade social no campo da sexualidade.
-	2,7	97,3	Ter metodologias ativas que associem o aprendizado teórico à resolução de problemas sociais, saúde, educação e política cotidiana, com supervisões presenciais ou em salas virtuais.
-	2,7	97,3	Oferecer suporte técnico e infraestrutura digital adequados para garantir que as plataformas virtuais utilizadas para ensino e pesquisa tenham suporte técnico eficiente e estejam atualizadas para atender às necessidades de docentes e discentes, incluindo acessibilidade para pessoas com deficiência.
1,8	2,7	95,6	Oferecer uma biblioteca virtual e acesso a bases de dados de periódicos científicos de relevância. Capacitar docentes e discentes para que possam realizar pesquisas eficazes nessas bases de dados.
0,9	3,5	95,6	Promover a educação intercultural e a conscientização sobre diversidade ao incluir, no currículo e nas atividades extracurriculares, conteúdos e discussões que abordem a diversidade cultural, religiosa, étnica, identitária e de orientação sexual, promovendo o respeito às diferenças e o desenvolvimento de competências individuais.
1,8	3,5	94,7	Incentivar a participação em eventos científicos e outras atividades de

			aprendizagem em questões da sexualidade, estabelecendo uma carga horária mínima de participação nessas atividades extracurriculares.
0,9	4,4	94,7	Implementar um sistema de <i>feedback</i> contínuo para estabelecer mecanismos regulares para que discentes e docentes possam fornecer <i>feedback</i> sobre as disciplinas, metodologias e recursos, promovendo a melhoria contínua do curso.
2,7	4,4	92,9	Disponibilizar um acervo permanente com DOI, ISSN e/ou ISBN para as monografias, dissertações e teses publicadas como resultado da formação acadêmica, técnica e/ou científica dos discentes.
0,9	6,2	92,9	Disponibilizar, além das disciplinas, o conteúdo programático, o projeto político-pedagógico e as ementas para consulta, especialmente para discentes, facilitando a compreensão dos objetivos, metodologias e atividades a serem desenvolvidas.
0,9	6,2	92,9	Garantir a disponibilidade de tutorias e de mentorias ao disponibilizar programas de tutoria e mentoria para apoiar discentes, especialmente em relação à orientação acadêmica e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa.
1,8	7,1	91,2	Ser coordenado e ministrado por um corpo docente com um currículo significativo na área da sexualidade, que esteja atuando ativamente na área e/ou envolvido em projetos de ensino, pesquisa, extensão, estágios e/ou grupos complementares de estudo na área da sexualidade. Esses profissionais devem possuir, no mínimo, pós-graduação <i>lato sensu</i> ou formação <i>stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado), além de comprovar experiência de atuação específica na área da sexualidade por pelo menos dois (2) anos.
0,9	8,8	90,3	Proporcionar acesso a projetos de extensão, oportunidades de pesquisa em nível <i>stricto sensu</i> e estágios práticos.
1,8	8,0	90,3	Seguir parâmetros e estruturas específicas, como uma carga horária igual ou superior à estipulada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (mínimo de 360 horas-aula), com a possibilidade de compartilhar um núcleo comum de conteúdos, direcionando para áreas específicas de atuação e/ou questões relacionadas à sexualidade, como educação sexual, terapia sexual, diversidade/gênero, entre outras, inclusive estágios práticos supervisionados.
2,7	11,5	85,8	Facilitar o acesso a laboratórios e recursos tecnológicos ao disponibilizar laboratórios virtuais ou presenciais equipados com recursos tecnológicos avançados para a realização de pesquisas e práticas relacionadas à sexualidade.

2,7	11,5	85,8	Oferecer oportunidades de internacionalização para facilitar o acesso a intercâmbios, cursos e eventos internacionais que promovam o contato com outras culturas e outras abordagens sobre a sexualidade.
7,1	8,0	85,0	Fornecer acesso a recursos de saúde mental ao disponibilizar apoio psicológico e recursos de saúde mental para docentes e discentes, reconhecendo a importância do bem-estar emocional durante o curso de pós-graduação.
3,5	11,5	85,0	Garantir políticas de inclusão e suporte social para minorias ao desenvolver e implementar políticas que promovam a inclusão e o suporte para estudantes de grupos como pessoas LGBTQIAPN+, pretas, indígenas, pessoas com deficiência e outras comunidades em situação de vulnerabilidade e historicamente excluídas, incluindo a oferta de bolsas de estudo, grupos de apoio, mentorias específicas.
8,8	18,6	72,6	Exigir a elaboração de trabalhos de conclusão, como TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio) para cursos <i>lato sensu</i> , e dissertações e teses para cursos <i>stricto sensu</i> .

**Você concorda com que, no contexto da educação continuada e do suporte necessário para enfrentar os desafios específicos da atuação em questões da sexualidade humana, é fundamental que uma pessoa que atue profissionalmente se mantenha em constante estudo e atualização? Isso inclui a participação em supervisões clínicas, cursos de formação, imersão e extensão, eventos como simpósios, congressos e jornadas, bem como a promoção e a participação em grupos de estudo, além de se credenciar em associações ou sociedades de referência no Brasil e/ou no mundo que representem aspectos importantes da sexualidade.**

A ampla maioria dos participantes, 110 pessoas, concorda plenamente com a necessidade da educação continuada para profissionais que atuam com sexualidade. Apenas 3 participantes demonstraram hesitação (responderam “talvez”), e nenhum considerou a educação continuada desnecessária. Esses dados indicam um consenso quase unânime sobre a importância do aprimoramento constante nessa área de atuação.

A análise das respostas abertas revela um alto grau de comprometimento ético e técnico dos participantes com a qualidade da atuação profissional em sexualidade. As falas destacam que:

- a educação continuada é vista como critério fundamental para qualquer área da saúde, inclusive (e especialmente) para a sexualidade;
- há uma valorização da seriedade científica e do rigor ético, com comparações diretas às exigências feitas a outras áreas da saúde;

- os profissionais reconhecem que a sexualidade é um campo dinâmico, exigindo constante atualização e aprofundamento;
- alguns participantes sugerem a criação de especializações dentro da sexualidade, reconhecendo a diversidade e a complexidade do tema, e a dificuldade de abarcar todos os aspectos apenas sob o título de “terapeuta sexual”.

Apesar da forte concordância, um ponto de atenção surgiu entre os comentários: a necessidade de considerar as realidades financeiras e a disponibilidade de tempo dos profissionais que desejam investir em educação continuada. Esse aspecto levanta uma importante reflexão sobre o acesso democrático à formação de qualidade, mesmo entre os que reconhecem seu valor.

Essa observação não contraria a importância da educação continuada, mas aponta para a necessidade de políticas e estratégias inclusivas, que considerem a pluralidade de contextos profissionais e viabilizem a atualização de forma acessível e sustentável.

**Você acredita ser importante estabelecer um sistema de credenciamento e selos de referência para garantir que as instituições cumpram as diretrizes curriculares e os parâmetros de formação, assegurando a adequação dos processos educativos às necessidades fundamentais, ao mesmo tempo em que permitem flexibilidade na formação e adaptação às realidades de diferentes populações e regiões?**

A maioria expressiva dos respondentes, 95 participantes, considera importante a criação de um sistema de credenciamento e selos de qualidade para cursos e profissionais que atuam com sexualidade. Outros 17 demonstram incerteza (responderam “talvez”), enquanto apenas 1 participante declarou não considerar a proposta necessária.

Esse resultado revela uma forte tendência de valorização por critérios objetivos de qualidade e legitimidade na formação profissional na área da sexualidade.

A análise qualitativa dos comentários reforça a percepção quantitativa e amplia a compreensão da demanda dos participantes. Dentre os principais pontos identificados:

- credibilidade institucional e confiança social: muitos participantes acreditam que sistemas de selos e credenciamentos trariam maior segurança e respaldo, tanto para profissionais em formação quanto para a sociedade. Tais sistemas poderiam atuar como uma garantia da qualidade técnica e ética dos cursos e profissionais;
- alinhamento com diretrizes oficiais: há destaque para a importância de que as instituições formadoras estejam alinhadas com órgãos reguladores, como o MEC, de forma a garantir padrões mínimos de qualidade e reconhecimento;
- responsabilidade social e acesso à informação: alguns comentários abordam a necessidade de educar a população sobre as especialidades existentes, contribuindo para escolhas mais conscientes de profissionais habilitados. Há também menções à

responsabilidade ética das formações quanto à inclusão, diversidade e enfrentamento de discursos excludentes ou repressivos;

- preocupação com critérios éticos e pedagógicos: há uma expectativa de que o sistema de credenciamento não se reduza à lógica mercadológica ou burocrática de cobranças elevadas, mas, sim, que esteja baseado na qualidade dos conteúdos, na certificação de competências e no compromisso formativo.

Apesar do alto índice de concordância, o aspecto controverso gira em torno da viabilidade e do propósito do credenciamento. Alguns participantes demonstram ceticismo quanto à possível mercantilização desse processo, comparando-o a práticas já vistas em conselhos profissionais que exigem pagamentos recorrentes sem retorno claro em termos de qualidade ou fiscalização.

Dessa forma, ainda que a proposta seja bem recebida, ela só será legitimada caso venha acompanhada de critérios justos, transparentes, acessíveis e com real impacto social e profissional. A discussão aponta para a necessidade de um modelo ético, não excludente e centrado na missão educativa e na proteção dos direitos da população.

**Você acredita que a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH) pode desempenhar um papel importante na aproximação de instituições e organizações governamentais e não governamentais, promovendo parâmetros e consensos curriculares no Brasil, além de fortalecer a conexão entre as demandas da sociedade e profissionais que atuam com questões da sexualidade?**

A grande maioria dos respondentes, 104 participantes, acredita que a SBRASH pode desempenhar um papel relevante em parceria com outras instituições. Apenas 9 pessoas manifestaram incerteza (responderam “talvez”), e nenhum participante considerou essa atuação irrelevante.

Esse resultado indica um forte reconhecimento da importância estratégica da SBRASH como articuladora no campo da sexualidade, com potencial para fortalecer a formação, a pesquisa e a atuação pública e institucional.

A análise qualitativa dos comentários revela algumas tendências:

- necessidade de aproximação com os profissionais da área: há uma percepção de que essa articulação é desejada e necessária, sobretudo para ampliar a legitimidade e o alcance da atuação em sexualidade;
- aprovação à gestão atual: alguns respondentes manifestaram surpresa positiva e reconhecimento pela atuação recente da SBRASH, sinalizando avanços na direção certa;
- desconhecimento parcial sobre a instituição: mesmo com forte apoio à ideia de articulação, ao menos quatro participantes relataram não conhecer suficientemente

o trabalho da SBRASH. Isso sugere que a visibilidade da instituição ainda é limitada em alguns círculos profissionais;

- contribuição na formação e na saúde pública: os comentários destacam que o papel da SBRASH não deve se restringir à formação técnica, pois também precisa impactar políticas públicas e o SUS, especialmente na atenção primária à saúde. Há forte menção à importância de ampliar o acesso da população à saúde sexual integral, indo além do foco em ISTs e planejamento familiar;
- combate ao preconceito e valorização da educação em sexualidade: muitos participantes veem na SBRASH um potencial agente de transformação social e educacional, especialmente na redução de tabus e na construção de conhecimento qualificado e acessível;
- demanda por instituições de referência: a SBRASH é percebida como uma das poucas entidades com legitimidade científica e técnica para ocupar esse espaço de liderança, diante da escassez de instituições com essa credibilidade no campo da sexualidade.

Embora os dados revelem forte apoio e expectativa positiva em relação ao papel articulador da SBRASH, a pesquisa também aponta desafios estratégicos importantes como: ampliação da comunicação institucional, de forma que mais profissionais conheçam o trabalho, os projetos e os impactos da Sociedade; atenção à demanda explícita por um maior compromisso com o SUS e a saúde pública, indicando a necessidade de tradução do conhecimento científico em ações de impacto social, especialmente em territórios vulneráveis.

A pesquisa revelou consenso sobre a importância da educação continuada, do credenciamento de qualidade e do protagonismo da SBRASH, evidenciando o desejo por uma atuação ética, reconhecida e socialmente comprometida na área da sexualidade.

## 4 DIRETRIZES E REFERENCIAIS PARA PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEXUALIDADE HUMANA

### 4.1 Introdução às Bases como Referenciais

A construção desta seção decorre de um **processo metodológico próprio**, desenvolvido pela Comissão, que reuniu informações preliminares, apresentadas nas outras seções, com o objetivo de abrir a discussão sobre “*o que*” e “*como*” está sendo ensinado em programas de pós-graduação em sexualidade humana no Brasil. Trata-se de uma **sistematização crítica**, que articula análise documental, observação do cenário educacional, referências a experiências prévias e diálogos com profissionais do campo. Esse itinerário sustenta o trabalho da Comissão ao propor uma formulação preliminar de **Diretrizes e Referenciais para Programas de Pós-Graduação em Sexualidade Humana**, oferecendo subsídios para um debate coletivo que precisa avançar no país.

Diante desse percurso, a presente seção se organiza em torno de eixos analíticos que estruturam a exposição: bases identificadas, bases sugeridas, desafios de aplicação, princípios fundamentais com caixa rápida de competências esperadas e modelo de avaliação. Cada eixo cumpre uma função distinta, seja para sistematizar o que já foi evidenciado nos dados, seja de projetar proposições, tensionar limites ou oferecer instrumentos de acompanhamento.

Além da organização em eixos, a análise se ancora em quatro bases principais, que condensam os pilares reconhecidos como centrais para a formação em sexualidade humana:

1. **Corpo Docente e Coordenação**, voltados ao papel formativo, ético e organizacional da docência;
2. **Responsabilidade Social**, que abrange ética, diversidade, inclusão e suporte em saúde mental;
3. **Grade e Conteúdo Curricular**, que discutem a arquitetura pedagógica, metodologias e parâmetros formativos;
4. **Suporte Formativo (Institucional e Infraestrutura)**, que inclui recursos digitais, bibliotecas, acervos e tutoria.

Essas bases serão discutidas em dois níveis: como **bases identificadas**, quando derivadas diretamente de dados, análises e consensos já evidenciados; e como **bases sugeridas**, quando assumem caráter propositivo, extrapolando os achados para indicar avanços e parâmetros desejáveis de qualidade.

Ao articular análise crítica e proposição, esta seção propõe um conjunto de referenciais críticos e operativos, sem a pretensão de oferecer respostas definitivas. Eles devem ser compreendidos como uma contribuição para o debate acadêmico e institucional sobre a formação em sexualidade humana, cuja consolidação depende de processos cooperativos, de articulação e de atualização contínua diante das transformações sociais, culturais e científicas.

## 4.2 Bases Identificadas

As bases identificadas correspondem a elementos já evidenciados no material reunido neste manual, seja por meio da análise dos dados da plataforma e-MEC (Ministério da Educação), das observações críticas sistematizadas pela Comissão ou da escuta realizada junto a profissionais no XIX Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana (XIX CBSH). Elas representam consensos, expectativas consolidadas ou lacunas informacionais objetivamente constatadas, que se apresentam como piso comum de referência para a formulação de programas de pós-graduação em sexualidade humana.

Essas bases não pretendem oferecer respostas definitivas, mas sistematizar o que já se encontra presente como expectativa consolidada, lacuna visível ou tendência emergente. A partir delas, será possível avançar na formulação de bases sugeridas (no próximo item), de caráter mais propositivo e voltadas a ampliar padrões de qualidade.

### Corpo Docente e Coordenação

- **Centralidade reconhecida:** a docência e a coordenação foram identificadas como fatores críticos de qualidade. Contudo, há a não disponibilização de dados essenciais no e-MEC sobre qualificação, experiência e atuação de pessoas docentes e coordenadoras, impedindo a verificação pública desses critérios.
- **Consenso profissional:** no levantamento, 90,3% das pessoas participantes reforçaram a importância de docentes com currículo significativo e atuação ativa em ensino, pesquisa, extensão e supervisão.
- **Fragilidade de governança:** verificou-se que algumas coordenações concentram múltiplos cursos, inclusive em áreas distintas, sinalizando riscos de dispersão de foco e inconsistência acadêmica.

### Responsabilidade Social

- **Ética e direitos humanos:** apontados por 98,2% dos respondentes como núcleo fundamental de qualquer programa.
- **Diversidade e inclusão:** também com 98,2% de concordância, englobando gênero, corpos, orientações sexuais, identidades, raça, etnia e contextos culturais.
- **Educação intercultural:** valorizada por 95,6% das pessoas participantes.
- **Saúde mental e inclusão social:** 85,0% defenderam rotas de cuidado psicológico e 72,6% apoiaram políticas específicas de inclusão para grupos historicamente excluídos.

### Grade e Conteúdo Curricular

- **Interdisciplinaridade:** consenso de 98,2% pela integração entre áreas.
- **Metodologias ativas com supervisão:** 97,3% de concordância, indicando que teoria e prática devem se articular.
- **Atividades extracurriculares e *feedback* contínuo:** reconhecidos como essenciais por 94,7% e 92,9%, respectivamente.

- **Trabalhos de conclusão e acervos:** apoio majoritário à elaboração de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio), bem como ao depósito em acervos permanentes com DOI (Identificador de Objeto Digital), ISSN (International Standard Serial Number) e ISBN (International Standard Book Number).
- **Panorama da oferta:** identificaram-se 509 cursos cadastrados, 392 ativos, com predominância de EaD (Educação a Distância), média de 576,6 horas e concentração em Saúde e Educação.
- **Ausência de informações curriculares:** a plataforma não disponibiliza PPP (Projeto Político-Pedagógico), ementas, metodologias e objetivos, configurando uma lacuna informacional grave.
- **Defasagem conceitual:** persistência de termos desatualizados, como “*Doenças Sexualmente Transmissíveis*” em vez de “*Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)*”.

#### Suporte Formativo (Institucional e Infraestrutura)

- **Plataformas digitais:** 97,3% de concordância sobre suporte técnico e acessibilidade.
- **Bibliotecas e bases de dados:** 95,6% apoiaram acesso a bases científicas e letramento informacional.
- **Acervos institucionais:** 92,9% defenderam repositórios permanentes com identificadores.
- **Tutoria e mentoria:** 91,2% destacaram programas estruturados de acompanhamento.

As bases identificadas permitem compreender um campo em movimento, marcado tanto por ausências de informações essenciais quanto por expectativas da comunidade profissional. Reconhecer esses pontos é fundamental para consolidar uma linguagem comum e, a partir dela, propor caminhos que ampliem a consistência e a responsabilidade da formação. É nesse horizonte que se apresentam, a seguir, as bases sugeridas.

#### 4.3 Bases sugeridas

As bases sugeridas constituem diretrizes propositivas, derivadas das ausências e lacunas identificadas, mas que extrapolam os achados para propor avanços desejáveis. São apresentadas como referenciais adaptáveis, a serem aplicados de acordo com os contextos institucionais e regionais.

#### Corpo Docente e Coordenação

- **Critérios de elegibilidade:** titulação mínima em pós-graduação *lato sensu* na área, preferencialmente associada à formação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), além de experiência específica recente em ensino, serviços, pesquisa ou extensão.
- **Atuação pedagógica:** domínio de metodologias ativas, avaliação por competências e supervisão em contextos reais ou simulados.

- **Desenvolvimento contínuo:** revisão anual de ementas e bibliografias, registro público de alterações, participação em redes de atualização docente.
- **Governança:** coordenação colegiada, política de conflitos de interesse e relatórios anuais de melhoria disponíveis ao público.

### Responsabilidade Social

- **Ética aplicada:** transversalizada por situações-problema, protocolos de confidencialidade, cuidado informado e segurança psicológica.
- **Diversidade e inclusão:** conteúdos obrigatórios, representatividade docente e monitoramento público de indicadores de equidade, inclusão e diversidade (acesso, permanência, conclusão).
- **Saúde mental e apoio social:** rotas institucionais de cuidado psicológico, mentorias e materiais específicos para grupos vulnerabilizados e políticas de bolsas de inclusão.

### Grade e Conteúdo Curricular

- **Arquitetura Educacional em Sexualidade Humana em Camadas de Conhecimento** (ver anexo): estabelece um modelo de referência para os programas. A camada *Comum* garante um repertório transdisciplinar compartilhado; a camada *Caminhos* organiza trilhas de especialização coerentes com a formação de base; a camada *Contextos* conecta teoria e prática por meio de imersões, parcerias, extensão universitária e devolutivas sociais.
- **Prática supervisionada proporcional à trilha:** todo programa deve incluir prática supervisionada, ajustada à natureza da trilha escolhida. Essas práticas podem envolver atividades em serviços, projetos de intervenção, simulações ou devolutivas sociais, sempre acompanhadas por tutoria qualificada. O objetivo é assegurar que o conhecimento adquirido seja efetivamente aplicado, avaliado com transparência, permitindo reflexão crítica sobre a atuação profissional.
- **Transparência curricular:** é fundamental garantir a publicização de informações essenciais do curso: Projeto Político-Pedagógico (PPP), ementas, metodologias e critérios de avaliação em formato acessível. A transparência fortalece a credibilidade da formação e possibilita que pessoas discentes, docentes e sociedade acompanhem a coerência e a qualidade do programa.
- **Avaliação da aprendizagem:** a avaliação deve estar organizada por competências, utilizando instrumentos que favoreçam a reflexão crítica e a aplicação prática do conhecimento. Podem ser empregados portfólios, projetos aplicados e trabalhos finais como TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) ou TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio), devidamente depositados em acervos institucionais com identificadores DOI (Identificador de Objeto Digital), ISSN (International Standard Serial Number) e ISBN (International Standard Book Number). Esses mecanismos

asseguram a rastreabilidade do aprendizado e sua contribuição para a produção de conhecimento público.

### **Suporte Formativo (Institucional e Infraestrutura)**

- **Ambientes virtuais:** devem contar com plataformas estáveis, com Acordos de Nível de Serviço (SLA, do inglês Service Level Agreement) claros, suporte técnico contínuo e recursos de acessibilidade. Esses ambientes precisam oferecer condições adequadas para ensino, interação e avaliação, assegurando participação plena de todas as pessoas discentes.
- **Bibliotecas e bases de dados:** é essencial garantir acesso permanente a acervos digitais e bases de dados científicas relevantes, acompanhado de formação em letramento informacional. Assim, docentes e discentes desenvolvem competências críticas para localizar, selecionar e utilizar evidências científicas em suas práticas profissionais.
- **Laboratórios e recursos tecnológicos:** incluem tanto espaços presenciais quanto virtuais voltados para simulação, experimentação e prática. Essa infraestrutura permite que conteúdos e metodologias se traduzam em experiências aplicadas, fortalecendo a integração entre teoria e prática.
- **Acervos científicos institucionais:** os programas devem manter repositórios próprios para depósito de trabalhos finais e produtos acadêmicos, assegurando sua preservação e visibilidade. Esses acervos devem adotar identificadores como DOI (Identificador de Objeto Digital), ISSN (International Standard Serial Number) e ISBN (International Standard Book Number), além de políticas de integridade acadêmica e de acesso público.
- **Tutoria e mentoria:** programas formais de tutoria e mentoria devem acompanhar a trajetória acadêmica e profissional das pessoas discentes. Essas atividades precisam articular apoio técnico e pedagógico com a reflexão crítica sobre projetos, estágios e iniciativas de extensão, criando vínculos de aprendizagem e cuidado.

Além dos elementos apresentados, recomenda-se que os programas garantam padrões mínimos de transparência e integridade. Isso inclui a disponibilização pública do Projeto Político-Pedagógico, das ementas, dos critérios de avaliação e da qualificação docente. A clareza sobre tais informações fortalece a credibilidade da formação.

Outro aspecto essencial é a prática supervisionada. Ela deve seguir um fluxo estruturado, que contemple definição de objetivos, acompanhamento contínuo, registros reflexivos e devolutiva social às comunidades ou às instituições parceiras. Essa organização assegura que teoria e prática estejam integradas de maneira responsável, evitando abordagens fragmentadas ou extrativistas.

No campo da integridade acadêmica, recomenda-se a adoção de políticas explícitas de prevenção de conflitos de interesse, assegurando que a atuação de docentes e

coordenações não esteja vinculada a interesses comerciais ou institucionais incompatíveis com os objetivos do curso.

Por fim, é necessário estabelecer diretrizes que possam ser compreendidas por todas as pessoas para o uso de tecnologias digitais e ferramentas de inteligência artificial. Tais recursos devem ser empregados de forma crítica e transparente, com atenção à proteção de dados sensíveis, à prevenção de vieses discriminatórios e à garantia de acessibilidade. O uso pedagógico dessas ferramentas precisa ser acompanhado de reflexão ética e social, evitando aplicações que comprometam a confidencialidade ou a equidade no processo de formação.

#### 4.4 Desafios da aplicação dessas bases na formação

Aplicar as bases aqui propostas não é um exercício de encaixe, mas de negociação permanente entre tempos, pessoas envolvidas e contextos. O tempo institucional, com seus ciclos de orçamento, contratações e calendários, raramente coincide com o tempo social, marcado por urgências, conflitos e mudanças de linguagem. Nesse desencontro, a formação em sexualidade humana tende a se desequilibrar: ou se restringe ao cumprimento de exigências burocráticas, ou se dispersa em práticas pouco fundamentadas. A superação dessa tensão exige clareza de objetivos, governança pedagógica ativa e compromisso real com a qualidade e a relevância social.

Dessa forma, nasce o primeiro desafio: garantir **coerência curricular** sem cair no formalismo ou no modismo. Muitos cursos ainda se limitam ao cumprimento de exigências administrativas, enquanto outros se dispersam em abordagens superficiais que não se sustentam. É necessário assegurar consistência acadêmica, clareza de propósitos e compromisso ético, de modo que a formação seja sólida, construída de forma participativa e não colonialista, e que responda às demandas sociais de maneira responsável.

Nesse horizonte, a Arquitetura Educacional em Sexualidade Humana em Camadas de Conhecimento só opera quando há encadeamento real entre o que é comum, o que cada itinerário formativo exige e como isso se materializa em contextos. Sem governança pedagógica ativa, revisão contínua de ementas e pactos claros de avaliação, a camada *Comum* corre o risco de se tornar apenas um protocolo de boas intenções, os *Caminhos*, de virarem vitrines de especialidades ou ferramentas, para se colecionarem na caixa de ferramentas, e os *Contextos*, de se reduzirem a saídas de campo performáticas. Coerência, aqui, significa estabelecer mínimos não negociáveis e variáveis adaptativas, com critérios públicos que expliquem por que e como adaptar.

O segundo desafio é **trabalho e condições de docência**. Atualização científica, supervisão qualificada e mentoria demandam tempo, preparo, treinamento contínuo e reconhecimento. Em cenários de vínculos precários, múltiplos contratos e pouca proteção institucional, a promessa de metodologias ativas se transforma em sobrecarga invisível do corpo docente.

Outro problema recorrente é a existência de cursos com corpo docente excessivamente restrito ou, em alguns casos, sustentados quase integralmente por um único

profissional. Esse desenho reduz significativamente a diversidade de identidades e saberes, compromete a interdisciplinaridade e cria dependência de trajetórias individuais, fragilizando a legitimidade e a continuidade da formação. É preciso manter políticas que ampliem e diversifiquem o corpo docente, superando modelos personalistas e promovendo a pluralidade de perspectivas.

Também persistem currículos extensos que acumulam conteúdos sem a devida prática, exigências de produção acadêmica baseadas apenas em métricas quantitativas e ausência de critérios que avaliem se a docência gera resultados concretos na aprendizagem e na atuação profissional das pessoas discentes. O risco é formar programas que colecionam horas e publicações, mas não demonstram impacto social ou relevância formativa.

A falta de investimento em capacitação docente agrava o cenário. Treinamentos pedagógicos, desenvolvimento digital e preparação para práticas supervisionadas ainda são tratados como responsabilidade individual, sem financiamento, sem tempo reservado e sem reconhecimento em carga horária. Isso transforma a exigência por atualização em mais uma camada de precarização. Organizar o trabalho acadêmico de forma responsável implica assegurar metas factíveis, espaços de preparação, pactos institucionais claros e condições éticas de atuação. É essencial oferecer capacitação estruturada e financiada, garantindo acesso regular a processos de formação contínua que reconheçam a docência como trabalho e não como esforço voluntarista.

O terceiro desafio é a **transposição de conhecimentos para contextos reais**. Um dos maiores riscos na formação em sexualidade humana é o descompasso entre o que se produz em sala de aula, ou em textos acadêmicos, e o que de fato chega às pessoas, instituições e comunidades. A distância entre teoria e prática não se resolve com visitas pontuais a serviços ou com atividades simbólicas de campo. Transpor conhecimento exige pactos de reciprocidade, devolutiva compreensível e compromisso com o impacto social da formação.

Muitas iniciativas ainda tratam a extensão e a inserção comunitária como etapas ilustrativas (discente orientada), sem continuidade, ou como oportunidade de coleta de informações sem retorno. Esse modelo não apenas fragiliza a qualidade formativa, como também reproduz práticas extrativistas, em que territórios e populações são usados como cenário, mas não reconhecidos como sujeitos de saber e de direito. A transposição precisa ser pensada como processo sistemático: traduzir conceitos em práticas aplicáveis, ajustar linguagens, construir soluções junto às comunidades e sistematizar experiências para que gerem conhecimento público.

Outro ponto crítico é a forma como os resultados dessas vivências são registrados. Relatórios genéricos, quando existem, pouco dizem sobre aprendizagens reais ou sobre transformações produzidas. Falta adotar critérios que avaliem impacto em diferentes níveis: mudança na compreensão das pessoas discentes, efeitos percebidos pelas instituições parceiras e contribuições para a sociedade em geral. Sem isso, os contextos se reduzem a exercícios de apenas estar presente, sem produção de sentido.

O desafio da transposição está, portanto, em consolidar práticas pedagógicas que não sejam apenas informativas, mas transformadoras. É preciso garantir continuidade, estabelecer responsabilidades e articular diferentes áreas de conhecimento, de modo que a experiência em campo retroalimente o currículo e produza efeitos verificáveis. Isso significa entender que o valor da formação em sexualidade não está apenas no acúmulo de teoria, mas na capacidade de transformar teoria em prática ética, participativa e socialmente comprometida.

O quarto desafio é **modalidade e infraestrutura**. A expansão da Educação a Distância (EaD) ampliou o acesso à formação em sexualidade humana, mas também trouxe dilemas que ainda não foram equacionados. A modalidade, por si só, não é o problema. O que compromete a qualidade é a ausência de desenho didático adequado e de condições materiais consistentes. Plataformas instáveis, falhas de conectividade, falta de acessibilidade, materiais impróprios para certas velocidades de conexão e ausência de suporte técnico são barreiras concretas que afetam a aprendizagem e produzem desigualdades entre pessoas de diferentes regiões e contextos socioeconômicos.

No mesmo sentido, práticas que exigem experiência presencial não podem ser substituídas apenas por conteúdos digitais. Simulações e ferramentas virtuais são importantes, mas não conseguem sozinhas atender a situações que pedem interação direta, acompanhamento corporal e sensibilidade ao contexto. O desafio está em combinar modalidades de forma equilibrada, reconhecendo o que pode ser realizado a distância e o que precisa ser vivido de maneira presencial, com garantias de segurança e supervisão.

Outro ponto central é que a infraestrutura não se resume à tecnologia, aplicativos, plataformas virtuais. Laboratórios de prática, bibliotecas físicas/digitais, acesso a bases de dados, ferramentas e espaços institucionais de encontro também são parte da formação. Sem investimento nesses recursos, a modalidade se torna um argumento para cortar custos, e não para ampliar a qualidade. Infraestrutura é condição de equidade: garante que a formação não dependa da capacidade individual de cada pessoa em suprir o que a instituição não entrega. Portanto, a discussão sobre modalidade e infraestrutura não deve ser guiada apenas por conveniência ou economia, mas por critérios pedagógicos, de acessibilidade e de justiça social. A formação em sexualidade humana exige ambientes virtuais seguros, recursos tecnológicos atualizados, espaços presenciais adequados e suporte contínuo.

O quinto desafio é **responsabilidade social** e enfrentamento de pressões ideológicas. A formação em sexualidade humana se desenvolve em um campo atravessado por tensões políticas, disputas de linguagem e retrocessos sociais. Não se trata apenas de incluir temas de diversidade e direitos nos currículos, mas de sustentá-los em meio a contextos que frequentemente os contestam. O risco é cair em práticas simbólicas, em que a diversidade aparece como tópico obrigatório, mas não altera estruturas de poder, não se traduz em indicadores de equidade e não transforma a composição dos corpos docente e discente.

Há ainda a pressão de discursos conservadores, campanhas de desinformação e tentativas de censura que atingem cursos, instituições e profissionais. Essas ofensivas produzem retração de conteúdos, autocensura e, em casos mais graves, isolamento de docentes. A formação só ganha consistência quando enfrenta esse cenário com protocolos institucionais de proteção, estratégias de comunicação pública e alianças com redes científicas, educacionais e comunitárias que deem respaldo às práticas pedagógicas e conhecimento embasado.

O desafio está em manter o compromisso com ética, direitos humanos e justiça social sem recuar diante das tensões. Isso exige adotar políticas de inclusão que sejam mensuráveis, fortalecer práticas pedagógicas sensíveis e ampliar espaços de participação discente. Também requer preparar docentes e discentes para lidarem com contextos de resistência, construindo argumentação fundamentada, promovendo diálogo quando possível e denunciando ataques quando necessário. Responsabilidade social, nesse sentido, não é apenas um eixo do currículo, mas uma postura de toda a instituição formadora. É ela que assegura que a formação em sexualidade humana não seja capturada por interesses imediatos, nem se fragilize diante de pressões.

O sexto desafio é **avaliação da aprendizagem**. Avaliar a aprendizagem em programas de pós-graduação em sexualidade humana não pode se limitar a provas teóricas, relatórios genéricos ou trabalhos finais produzidos apenas para cumprir uma exigência administrativa. Quando isso acontece, a avaliação se torna um ritual burocrático que pouco informa sobre a qualidade do percurso formativo ou sobre as competências realmente desenvolvidas.

O risco é adotar modelos de avaliação tecnocráticos, baseados em rubricas rígidas ou métricas quantitativas que reduzem a complexidade da formação a notas e indicadores formais. Esse caminho produz a sensação de controle, mas não garante que as pessoas formadas estejam preparadas para lidar com a diversidade, a ética e a responsabilidade social que a atuação profissional em sexualidade exige. Por outro lado, também não basta acumular produtos ou exigir trabalhos sem clareza de finalidade. É necessário adotar critérios que combinem consistência acadêmica com relevância prática. Avaliar deve significar produzir sentido: evidências de aprendizagem precisam demonstrar domínio conceitual, capacidade de análise crítica, sensibilidade ética e habilidade para aplicar o conhecimento em situações reais.

Isso requer instrumentos variados e integrados. Portfólios reflexivos, projetos de intervenção, estudos de caso e trabalhos finais como TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio) só têm valor quando acompanhados de *feedback* estruturado e de parâmetros que permitam identificar o que foi alcançado, o que ainda precisa ser desenvolvido e como cada resultado se relaciona com a sociedade. O depósito em acervos institucionais com identificadores como DOI (Identificador de Objeto Digital), ISSN (International Standard Serial Number) e ISBN (International Standard Book Number) amplia a transparência e a rastreabilidade, mas não substitui a necessidade de devolutivas qualificadas no processo formativo.

O desafio está em construir uma cultura de avaliação que não seja punitiva nem superficial, mas formativa e socialmente orientada. Uma cultura em que avaliar é também cuidar, dar retorno, orientar percursos e reconhecer aprendizagens diversas. Retroalimentar todo esse sistema em ciclo, para que novas formações possam aprender de maneira renovada com a experiência das turmas anteriores.

O sétimo desafio é **respeitar limites profissionais e jurídicos**. A pós-graduação *latu sensu* em sexualidade humana não substitui a formação de base de cada profissão. Esse ponto precisa ser afirmado com clareza, porque parte das distorções atuais nasce da ideia de que um curso de especialização, por si só, habilita qualquer pessoa a atuar em áreas para as quais não possui preparo técnico ou respaldo legal. Esse equívoco não apenas compromete a credibilidade do campo, como coloca em risco a segurança das pessoas que buscam atendimento.

É necessário reconhecer que cada profissão tem seu escopo de prática definido por conselhos, códigos de ética, legislações e normas específicas. Psicologia, medicina, enfermagem, fisioterapia, pedagogia, direito, entre outras, têm fronteiras de atuação que não podem ser deslocadas por um curso de pós-graduação em sexualidade. Quando isso acontece, surgem expectativas irreais, promessas de atuação sem sustentação jurídica e disputas de território que fragilizam a legitimidade institucional.

Ao contrário, a formação em sexualidade humana deve contribuir para que cada profissional aprofunde suas competências dentro de seu campo de habilitação, ampliando repertórios e qualificando práticas, mas sem transpor limites legais. Isso implica também adotar, nos próprios programas, protocolos claros de informação: deixar explícito o que o curso oferece, quais competências desenvolve, o que está dentro e o que está fora do escopo de habilitação.

Outro aspecto é o cuidado com a linguagem de divulgação. Quando cursos são anunciados com promessas generalistas ou com títulos que sugerem atribuições que não correspondem ao ordenamento legal, alimentam-se a desinformação e a frustração de quem busca a formação. Transparência é parte da responsabilidade ética das instituições formadoras: a clareza sobre os limites não enfraquece o campo, pelo contrário, fortalece sua credibilidade.

Esse desafio exige uma postura madura: reconhecer os contornos jurídicos não como barreiras, mas como garantias de qualidade e de proteção social. Uma pós-graduação em sexualidade humana deve ser compreendida como um espaço de qualificação interdisciplinar, de ampliação de diálogo entre áreas e de fortalecimento de práticas baseadas em ciência e direitos humanos, sem prometer o que não cabe legalmente entregar.

O oitavo desafio é a **sustentabilidade institucional e financeira**. A consolidação de programas de pós-graduação em sexualidade humana não pode depender apenas de esforços individuais ou de arranjos improvisados a cada edição. Sem sustentabilidade institucional e financeira, a formação fica à mercê de circunstâncias imediatas, ora dependente de pessoas específicas, ora vulnerável a cortes súbitos ou a oscilações de

mercado. Essa fragilidade compromete a continuidade, desestimula planejamento de longo prazo e enfraquece a confiança da sociedade na solidez do campo.

Sustentabilidade significa garantir bases mínimas: planejamento plurianual, orçamento estruturado, apoio técnico-administrativo estável e políticas detalhadas de bolsas e de permanência para pessoas discentes. Significa também reconhecer que a qualidade da docência, da supervisão e da pesquisa aplicada não pode ser assegurada quando cada atividade é tratada como extra, voluntária ou sem remuneração adequada. A precarização não é neutra: produz desgaste humano, enfraquece a consistência pedagógica e limita a capacidade de inovar.

Outro ponto fundamental é a transparência. Programas que tornam públicos seus critérios de seleção, seus custos, suas políticas de inclusão e seus resultados de aprendizagem demonstram responsabilidade social e reforçam a legitimidade institucional. A sustentabilidade não se mede apenas pela capacidade de manter as portas abertas, mas pela clareza com que se prestam contas à comunidade acadêmica e à sociedade sobre o que foi feito com os recursos e quais transformações foram geradas.

Esse desafio exige abandonar a lógica da sobrevivência a cada semestre e assumir a perspectiva de construção coletiva e de longo prazo. Programas de sexualidade humana sustentáveis são aqueles capazes de garantir continuidade, formar novas gerações de docentes, investir em infraestrutura e manter compromisso com a inclusão. A viabilidade financeira, nesse sentido, não é apenas um requisito administrativo, mas uma condição de justiça social: só haverá equidade se a permanência e a qualidade estiverem asseguradas para todas as pessoas, e não apenas para quem pode arcar integralmente com os custos.

O enfrentamento desses desafios exige também a construção de sistemas de monitoramento contínuo. Recomenda-se a adoção de indicadores que permitam acompanhar a qualidade dos programas, como taxas de conclusão, participação em práticas supervisionadas, diversidade do corpo docente, satisfação discente, devolutivas sociais realizadas e inserção de egressos no campo profissional. A utilização de indicadores fortalece a gestão acadêmica, orienta melhorias e assegura que a formação mantenha coerência com as demandas sociais.

Os oito desafios apresentados não se somam como barreiras isoladas, mas como faces de uma mesma questão: como transformar a formação em sexualidade humana em um processo legítimo, consistente e socialmente comprometido. Em comum, eles revelam que a qualidade não depende apenas de currículos ou metodologias, mas da capacidade institucional de articular coerência, proteger a docência, sustentar infraestrutura, enfrentar retrocessos sociais, avaliar de forma formativa, respeitar limites profissionais e garantir continuidade.

Nessa parte de discussão sobre os desafios no manual, não foram discutidos de forma aprofundada os desafios sociais vinculados ao corpo discente, pois o enfoque esteve voltado à instituição e ao seu contexto de atuação. Essa escolha reflete o objetivo central do documento: oferecer parâmetros para a estruturação institucional da formação. Reconhecer esses pontos em conjunto permite deslocar o debate de ajustes pontuais para a construção

de um pacto formativo mais amplo, capaz de responder às demandas contemporâneas com maturidade e responsabilidade.

#### 4.5 Princípios Orientadores Fundamentais para o Ensino em Sexualidade

A consolidação de programas de pós-graduação em sexualidade humana não depende apenas de bases estruturais e de respostas aos desafios. Ela exige a afirmação de princípios que funcionem como horizonte ético, acadêmico e político para orientar escolhas, resolver dilemas e sustentar coerência quando pressões internas e externas se apresentam. Esses princípios não são manuais nem fórmulas prontas, mas pontos de ancoragem que asseguram consistência em um campo marcado por tensões históricas, desigualdades e mudanças culturais rápidas.

Antes de apresentar esses princípios, é importante destacar o **quadro de competências esperadas**, que sintetiza o perfil de atuação que deve orientar a formação em sexualidade humana.

##### **Quadro 1 Competências esperadas na atuação com sexualidade**

Comunicar com inclusão e abrangência  
Pensar criticamente  
Atuar com ética e de forma contextualizada  
Colaborar de forma interprofissional  
Produzir para transformar

O Modelo de Avaliação, que será apresentado no próximo item, articula-se diretamente com o Quadro 1 de competências esperadas, garantindo que cada competência formativa esteja vinculada a critérios objetivos de análise, níveis de medida e mecanismos de verificação.

O primeiro princípio é **interdisciplinaridade efetiva**. Não basta reunir diferentes profissionais em uma mesma sala, é preciso garantir diálogo real entre áreas, práticas compartilhadas e reconhecimento de saberes diversos, sem hierarquias disciplinares. A sexualidade não pode ser compreendida apenas por um prisma biomédico, psicológico ou social, mas pela articulação crítica entre esses referenciais.

O segundo princípio é **responsabilidade social**. Ensinar sexualidade implica compromisso com direitos humanos, diversidade e equidade. Programas que tratam esses elementos como conteúdos marginais, ou como disciplinas isoladas, falham em assumir a centralidade política e ética da formação. Responsabilidade social também significa preparar profissionais para atuar em contextos de vulnerabilidade, desigualdade e retrocesso, garantindo proteção e inclusão.

O terceiro princípio é **formação crítica e reflexiva**. A pós-graduação em sexualidade não pode reproduzir discursos normativos, nem apenas transferir conteúdos. É preciso

estimular o pensamento crítico, questionar naturalizações, reconhecer colonialidades e abrir espaço para narrativas que desafiam o senso comum. Reflexividade aqui significa também olhar para a própria prática, avaliando continuamente como se ensina, com que linguagem e a quem se destina.

O quarto princípio é **centralidade da ética e da segurança**. A formação em sexualidade lida com experiências íntimas, identidades e contextos vulneráveis. Isso exige protocolos de cuidado, confidencialidade, respeito às pessoas envolvidas e ambientes seguros de aprendizagem. Ética não é um módulo, mas uma lente que atravessa todas as práticas pedagógicas.

O quinto princípio é **transparência e integridade acadêmica**. Projetos pedagógicos, ementas, métodos e resultados devem ser públicos e verificáveis. Transparência não é apenas prestação de contas, mas também ferramenta de confiança social. Integridade envolve desde a adoção de ciência aberta até a responsabilidade na divulgação dos programas, evitando promessas irreais ou títulos enganosos.

O sexto princípio é **participação ativa de discentes**. A formação não se sustenta em modelos verticais, mas na construção coletiva do conhecimento. Escuta, diálogo e corresponsabilidade fortalecem o aprendizado e ampliam o alcance social do programa. Isso exige que discentes sejam tratados como sujeitos de saber, e não como receptores passivos.

Por fim, o sétimo princípio é **aprendizagem contínua e adaptabilidade**. A sexualidade é um campo em constante transformação, atravessado por mudanças científicas, sociais, culturais e políticas. Por isso, a formação em sexualidade humana precisa assumir como princípio a revisão e a atualização permanentes. Esse compromisso assegura que currículos, métodos e práticas pedagógicas não se cristalizem em modelos estáticos, mas sejam revisitados periodicamente à luz de novos contextos e descobertas. Aprender continuamente significa também reconhecer que a sexualidade acompanha toda a vida e se modifica com ela, exigindo profissionais e instituições preparados para lidar com um campo em movimento, com abertura e responsabilidade.

Esses princípios são o que mantém a formação viva quando regras se tornam insuficientes e quando contextos mudam. Eles funcionam como alicerces que permitem interpretar a realidade, tomar decisões coerentes e proteger a legitimidade da formação em sexualidade humana. Sem eles, as bases e os desafios se tornam listas inertes; com eles, a formação ganha densidade e capacidade de responder às demandas contemporâneas de maneira crítica, ética e inclusiva.

#### **4.6 Modelo de Avaliação do Programa de Pós-Graduação na utilização dessas Bases**

As quatro bases aqui apresentadas oferecem critérios claros para avaliar e sustentar programas de pós-graduação em sexualidade humana. Trata-se de um referencial aberto e que pode ser ampliado. Pode ser usado tanto por instituições que desejam aprimorar seus cursos quanto por discentes, docentes ou avaliadores que busquem parâmetros de qualidade. Sua aplicabilidade prática reforça a ideia de que a formação em sexualidade deve

ser transparente, acessível e comprometida com a sociedade. Com este quadro, a seção 4 se encerra, consolidando uma contribuição concreta para o desenvolvimento do campo.

#### 4.7 Corpo Docente e Coordenação

Docentes e coordenação devem ter qualificação acadêmica, experiência e atuação ativa na área, aliadas ao compromisso com práticas pedagógicas éticas, atualizadas, interdisciplinares e críticas — baseadas em sensibilidade cultural, cientificamente fundamentadas e abordagens despatologizantes e responsáveis.

Os itens desta base avaliam a atuação das pessoas docentes e da coordenação no cotidiano da formação. Trata-se do nível micro, em que se observa como a docência é exercida na prática: a criação de ambientes seguros, o estímulo ao pensamento crítico, a aplicação de protocolos éticos e a oferta de acompanhamento e mentoria. Aqui, a ênfase está na postura e na prática profissional de quem ensina, mais do que em documentos institucionais.

<p><b>Qualificação docente mínima</b></p> <p>A qualificação do corpo docente é um dos pilares da legitimidade e da qualidade de qualquer programa de pós-graduação em sexualidade humana. Não se trata apenas de acumular títulos acadêmicos, mas de garantir que as pessoas docentes tenham preparo científico e experiência prática suficientes para articular teoria, pesquisa, extensão e cuidado profissional. Espera-se que cada docente possua, no mínimo, pós-graduação <i>lato sensu</i> em área correlata ou formação <i>stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado), além de comprovar pelo menos dois anos de atuação direta em ensino, pesquisa, extensão ou prática profissional na área da sexualidade. Esse critério assegura que a formação seja conduzida por profissionais atualizados e comprometidos com os valores de ética, diversidade e responsabilidade social.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificação documental de currículos públicos e atualizados.</li> <li>● Declaração de experiência comprovada em sexualidade.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: menos de 60% do corpo docente atende simultaneamente titulação e experiência mínima.</li> <li>● Básico: entre 60% e 74%.</li> <li>● Adequado: entre 75% e 89%.</li> <li>● Avançado: 90% ou mais, com atualização formativa registrada nos últimos dois anos.</li> </ul>
<p><b>Inserção ativa na área</b></p> <p>Mais do que deter titulação formal, o corpo docente precisa estar inserido ativamente nos</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise de atividades acadêmicas e profissionais registradas nos últimos 12 meses.</li> </ul>

<p>debates e práticas da sexualidade. Inserção ativa significa participação continuada em atividades de ensino, pesquisa, extensão, produção técnica ou serviços voltados à sexualidade. Essa atuação garante que os conteúdos trabalhados estejam alinhados às necessidades sociais contemporâneas, permitindo que a formação acompanhe a transformação dos contextos culturais, políticos e científicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Evidências de participação em projetos, publicações ou serviços.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: até 49% com inserção ativa comprovada.</li> <li>● Básico: 50% a 69%.</li> <li>● Adequado: 70% a 84%.</li> <li>● Avançado: 85% ou mais, com diversidade de frentes (ensino, pesquisa, extensão).</li> </ul>
<p><b>Pluralidade e distribuição do corpo docente</b></p> <p>A pluralidade do corpo docente é condição necessária para a interdisciplinaridade. Cursos que concentram grande parte da carga horária em uma única pessoa docente comprometem a diversidade de perspectivas e a consistência da formação. Um programa de pós-graduação em sexualidade deve reunir pessoas de diferentes formações e áreas, garantindo equilíbrio na distribuição da carga horária, representatividade e diálogo entre disciplinas.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Levantamento da distribuição de disciplinas por docente.</li> <li>● Identificação de áreas de formação representadas.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: uma pessoa concentra 40% ou mais das disciplinas.</li> <li>● Básico: concentração entre 30% e 39%.</li> <li>● Adequado: até 29% e ao menos três áreas representadas.</li> <li>● Avançado: até 20% e quatro ou mais áreas representadas.</li> </ul>
<p><b>Desenvolvimento e capacitação docente</b></p> <p>Nenhum corpo docente se mantém atualizado sem investimento contínuo em capacitação. A instituição deve garantir oferta regular de treinamentos pedagógicos, de letramento digital e de atualização metodológica, com tempo reconhecido em carga horária e custeio adequado. Esse investimento evita que a responsabilidade recaia exclusivamente sobre as pessoas docentes, assegura condições de trabalho justas e fortalece a qualidade do ensino.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existência de calendário de capacitação anual.</li> <li>● Registro de participação e política de custeio.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: não há oferta ou é sem custeio/tempo reconhecido.</li> <li>● Básico: oferta eventual sem garantias.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Adequado: oferta semestral com custeio parcial e tempo reconhecido.</li> <li>● Avançado: oferta trimestral, custeada e com tempo reconhecido para 80% ou mais do quadro.</li> </ul>
<p><b>Sistema de melhorias contínuas</b></p> <p>A formação só evolui quando incorpora a perspectiva de quem participa dela. O curso deve dispor de um sistema de avaliação contínua, capaz de coletar opiniões de discentes e docentes, oferecer devolutivas detalhadas e registrar mudanças realizadas. Esse mecanismo garante transparência, corresponsabilidade e a possibilidade de corrigir rotas a cada edição, fortalecendo a legitimidade institucional.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificação de instrumentos de <i>feedback</i>.</li> <li>● Registros das mudanças implementadas por edição.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: não há sistema.</li> <li>● Básico: existe escuta sem devolutiva formal.</li> <li>● Adequado: escuta com devolutiva e pelo menos duas melhorias por edição.</li> <li>● Avançado: melhorias com indicadores de efeito publicados em relatório anual.</li> </ul>
<p><b>Governança acadêmica</b></p> <p>A coordenação não pode depender apenas da atuação individual de uma pessoa. A governança deve ser colegiada, com funções distribuídas, política transparente de prevenção de conflitos de interesse e relatórios anuais de atividades e resultados. Esse modelo assegura continuidade, reduz riscos de personalismo e promove maior transparência na gestão acadêmica.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Regimento do colegiado e atas de reuniões.</li> <li>● Relatórios anuais públicos.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: coordenação individual sem colegiado ativo.</li> <li>● Básico: colegiado formado sem funções estabelecidas.</li> <li>● Adequado: colegiado com funções definidas e relatório anual.</li> <li>● Avançado: colegiado ativo, relatório com indicadores de resultados e plano de melhorias.</li> </ul>

<p><b>Modelo profissional e acadêmico</b></p> <p>Docentes não apenas transmitem conteúdos, mas também modelam posturas profissionais. Devem atuar como referências éticas e sociais, transmitindo valores de respeito, inclusão e compromisso com os direitos humanos. Valores de ética e direitos humanos aparecem operacionalizados em objetivos, atividades e critérios de avaliação, e não apenas como declaração. Esse papel se expressa na maneira como conduzem disciplinas, supervisionam práticas e se posicionam frente a dilemas éticos. A qualidade do ensino depende também da capacidade docente de formar profissionais críticos, responsáveis e preparados para atuar em diferentes contextos da sexualidade humana.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planos de ensino com objetivos éticos explícitos.</li> <li>● Exemplos de práticas ou estudos de caso com aplicação de protocolos de confidencialidade e direitos.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: valores éticos apenas mencionados genericamente.</li> <li>● Básico: valores éticos citados, mas sem práticas aplicadas.</li> <li>● Adequado: práticas pedagógicas que aplicam protocolos de ética em atividades específicas.</li> <li>● Avançado: integração transversal dos valores éticos em várias disciplinas, revisadas anualmente.</li> </ul>
<p><b>Estímulo ao pensamento crítico</b></p> <p>A docência deve desenvolver a autonomia intelectual e a capacidade crítica das pessoas discentes. Isso significa promover atividades que estimulem a análise, a problematização e a reflexão, indo além da memorização de conteúdos. Docentes devem fomentar a curiosidade científica e criar espaço para que discentes questionem, comparem perspectivas e formulem soluções inovadoras para os desafios da sexualidade humana. Considerar os seguintes pontos, não se limitando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Parcela da nota atribuída a tarefas de análise, problematização e argumentação, e não apenas a provas de memorização.</li> <li>○ Rubricas de avaliação incluem critérios de análise crítica, uso de evidências, contrapontos, contextualização e reflexividade.</li> </ul>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Distribuição das notas em tarefas analíticas.</li> <li>● Plano de avaliação por disciplina, distribuição de pesos por tipo de tarefa.</li> <li>● Rubricas anexadas às tarefas, exemplos de retornos que referenciam esses critérios.</li> <li>● Exemplos em retornos que incentivam a autonomia intelectual.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: menos de 30% da nota em tarefas analíticas.</li> <li>● Básico: 30% a 49%.</li> <li>● Adequado: 50% a 69%, com rubricas aplicadas.</li> <li>● Avançado: 70% ou mais, com rubricas calibradas e retorno estruturado.</li> </ul>

<p><b>Ambiente seguro e inclusivo</b></p> <p>Cabe às pessoas docentes criar e sustentar ambientes de aprendizagem seguros, onde a diversidade seja respeitada e valorizada. Isso exige protocolos de confidencialidade, uso de nome social, prevenção de microagressões e abertura para ajustes pedagógicos que promovam acessibilidade. Um ambiente seguro é condição para que a sexualidade seja discutida de forma ética, científica e livre de preconceitos, preparando profissionais capazes de atuar com empatia e responsabilidade. Considerar os seguintes pontos, não se limitando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Cada disciplina explicita e aplica protocolos de confidencialidade, uso de terminologias e manejo de conteúdos sensíveis.</li> <li>○ Existem dispositivos rotineiros de escuta e resposta a situações de desconforto, microagressões ou barreiras de participação.</li> <li>○ Materiais e atividades contemplam recursos de acessibilidade e ajustes pedagógicos quando solicitados.</li> </ul>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planos de ensino com protocolos explícitos, termos de consentimento quando cabível, exemplos de aplicação.</li> <li>● Espaços de conversas documentados, canal de contato indicado em plano de ensino, registros de ajustes realizados.</li> <li>● Evidências de aplicação (ajustes pedagógicos, registros de escuta, devolutivas).</li> <li>● Materiais com legendas, leitores de tela compatíveis, alternativas avaliativas previstas, registro de ajustes realizados.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de protocolos e informações.</li> <li>● Básico: protocolos genéricos, pouco aplicados.</li> <li>● Adequado: protocolos aplicados em atividades sensíveis.</li> <li>● Avançado: protocolos aplicados, avaliados por discentes e revisados a cada edição.</li> </ul>
<p><b>Mentoria ativa e acompanhamento</b></p> <p>A docência em sexualidade humana vai além da transmissão de conteúdos em sala de aula. É também papel das pessoas docentes oferecer acompanhamento personalizado às trajetórias acadêmicas e profissionais das pessoas discentes, funcionando como referência ética e intelectual. A mentoria ativa cria espaços de escuta e orientação que permitem identificar dificuldades, potencializar talentos e apoiar decisões de percurso. Esse acompanhamento contribui para</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existência de plano ou agenda de mentoria por disciplina ou por turma.</li> <li>● Calendário de encontros formais previstos.</li> <li>● Registros documentados de encontros e devolutivas (sintetizados ou agregados).</li> <li>● Evidências de acompanhamento de trajetórias acadêmicas e profissionais.</li> </ul>

<p>reduzir evasão, ampliar engajamento e fortalecer vínculos institucionais, assegurando que a formação se converta em desenvolvimento real de competências e inserção no campo da sexualidade.</p>	<p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: não há mentoria registrada.</li> <li>● Básico: encontros eventuais sem plano definido nem registros.</li> <li>● Adequado: plano de mentoria com ao menos dois encontros por semestre e registros de devolutiva.</li> <li>● Avançado: mentoria estruturada, com metas definidas, registros sistemáticos e avaliação de satisfação agregada das pessoas discentes.</li> </ul>
<p><b>Integração teoria-prática com devolutiva social</b></p> <p>A docência em sexualidade deve garantir que os conteúdos não se mantenham restritos ao espaço acadêmico, mas sejam aplicados em contextos reais de forma crítica e responsável. Essa integração se concretiza quando docentes articulam teoria e prática em atividades supervisionadas, projetos ou parcerias externas. Além disso, o compromisso ético exige que haja devolutiva às comunidades e instituições envolvidas, evitando práticas extrativistas. Esse item avalia a capacidade docente de promover experiências transformadoras, que produzem impacto social e retornam em forma de conhecimento útil e acessível a quem participou do processo.</p>	<p><u>Como avaliar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Projetos vinculados a disciplinas com termos de parceria estabelecidos.</li> <li>● Evidências de devolutiva social: relatórios, materiais entregues, reuniões documentadas.</li> <li>● Portfólios ou estudos de casos aplicados disponibilizados em acervos institucionais.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: não há atividades aplicadas em contextos reais.</li> <li>● Básico: atividade pontual aplicada, sem devolutiva documentada.</li> <li>● Adequado: ao menos um projeto por disciplina com devolutiva registrada para parceiros.</li> <li>● Avançado: conjunto de projetos integrados com devolutivas documentadas e apreciação positiva das instituições ou comunidades parceiras sobre sua utilidade.</li> </ul>

#### 4.8 Responsabilidade Social

A ética, a inclusão, a diversidade e o cuidado com a saúde mental são aspectos fundamentais para que docentes e discentes estejam sensibilizados e comprometidos com o impacto social de suas práticas. Ao promover uma postura responsável, busca-se fortalecer a justiça social, a equidade e o respeito aos direitos humanos.

Os itens desta base avaliam compromissos e políticas institucionais, não a prática individual de docentes. Trata-se do nível macro, em que se examina a coerência ética e social do programa como um todo. Aqui se situam a transversalidade da ética e da diversidade, as políticas de inclusão e permanência, a garantia de saúde mental e a devolutiva social. São elementos que exigem planejamento institucional e responsabilidade coletiva.

<p><b>Ética aplicada à formação</b></p> <p>A ética é um eixo inegociável na formação em sexualidade humana. Mais do que um conteúdo pontual em disciplinas, deve aparecer transversalizada em todo o programa, orientando escolhas pedagógicas, metodológicas e institucionais. Isso significa estabelecer limites claros de atuação profissional, adotar protocolos de confidencialidade e segurança psicológica, desenvolver sensibilidade para dilemas éticos e garantir que a sexualidade seja abordada sempre em diálogo com os direitos humanos. A ética, quando incorporada de forma prática, assegura que os programas não formem apenas técnicos, mas profissionais conscientes da responsabilidade social que carregam.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Presença de objetivos éticos explícitos no PPP (Projeto Político-Pedagógico) e nas ementas.</li> <li>● Protocolos de confidencialidade e cuidado informado.</li> <li>● Evidências de aplicação prática (ex.: estudos de caso com decisões éticas, registros de incidentes e sua resolução).</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: a ética aparece apenas como menção genérica.</li> <li>● Básico: conteúdos éticos declarados em disciplinas específicas, mas sem aplicação prática.</li> <li>● Adequado: ética transversalizada em várias disciplinas, com protocolos aplicados.</li> <li>● Avançado: ética integrada ao currículo, revisada anualmente com base em situações reais e indicadores de aplicação.</li> </ul>
<p><b>Diversidade no currículo</b></p>	<p><u>Como avaliar:</u></p>

<p>A diversidade é o princípio estruturante de qualquer programa em sexualidade humana. O currículo deve incluir de forma explícita conteúdos sobre gênero, corpos, orientações sexuais, identidades de gênero, raça, etnia, classe social, deficiência, religiosidade, territorialidade e outros contextos culturais. Não se trata de acrescentar tópicos isolados, mas de garantir transversalidade e aprofundamento, evitando abordagens superficiais ou estigmatizantes. O compromisso com a diversidade curricular assegura que os profissionais formados compreendam a complexidade das vivências e sejam preparados para atuar em diferentes cenários com respeito e sensibilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Matriz curricular com indicação detalhada dos temas de diversidade.</li> <li>● Planos de ensino mostrando transversalização dos conteúdos.</li> <li>● Exemplos de bibliografias e referências atualizadas sobre diversidade.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: diversidade ausente ou tratada como conteúdo opcional.</li> <li>● Básico: diversidade presente em duas ou três disciplinas isoladas.</li> <li>● Adequado: diversidade transversalizada em várias unidades curriculares.</li> <li>● Avançado: diversidade incorporada de forma transversal e avaliada por rubricas específicas de aprendizagem.</li> </ul>
<p><b>Representatividade docente</b></p> <p>A composição do corpo docente deve refletir a diversidade que se pretende ensinar. É necessário garantir representatividade de gênero, raça, orientação sexual, identidades de corpo e de trajetórias profissionais, assegurando espaço de fala para diferentes perspectivas. A ausência de representatividade fragiliza o discurso institucional e limita a formação crítica das pessoas discentes. Representatividade docente não é apenas presença simbólica, mas participação ativa em disciplinas, coordenações e atividades acadêmicas.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Perfil público do corpo docente (currículos, autodeclarações, apresentações institucionais).</li> <li>● Presença de diversidade em cargos de docência e de coordenação.</li> <li>● Registro de participação em eventos acadêmicos do programa.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: quadro homogêneo, sem diversidade reconhecida.</li> <li>● Básico: ações pontuais de convite a pessoas diversas como conferencistas.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Adequado: diversidade representada em parte significativa do corpo docente.</li> <li>● Avançado: política explícita de representatividade, acompanhada por metas e indicadores anuais.</li> </ul>
<p><b>Políticas de inclusão e suporte social</b></p> <p>Um programa socialmente responsável deve adotar políticas concretas para inclusão e permanência de pessoas historicamente excluídas. Isso inclui bolsas de estudo, mentorias específicas, grupos de apoio e estratégias institucionais de acolhimento. Não basta garantir o acesso: é preciso sustentar condições de permanência equitativas, reconhecendo barreiras estruturais que impactam estudantes LGBTQIAPN+, negros, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos. A inclusão deve ser compreendida como compromisso ético e político da instituição, e não como benefício eventual.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Editais de bolsas e regulamentos de inclusão.</li> <li>● Registros de mentorias e grupos de apoio ativos.</li> <li>● Relatórios sobre permanência e participação desses grupos.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de políticas formais.</li> <li>● Básico: ações casuísticas e não sistematizadas.</li> <li>● Adequado: políticas ativas com indicadores de acesso e permanência.</li> <li>● Avançado: políticas avaliadas anualmente, com indicadores de impacto e ajustes contínuos.</li> </ul>
<p><b>Recursos de saúde mental</b></p> <p>O bem-estar mental de docentes e discentes é condição para uma formação saudável e sustentável. Programas em sexualidade humana devem garantir acesso a recursos de saúde mental, incluindo atendimento psicológico, plantões de escuta, oficinas de autocuidado e encaminhamentos. O cuidado integral fortalece o aprendizado, previne evasão e reduz sofrimento. Ignorar esse aspecto compromete não só a formação individual, mas a credibilidade institucional.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Divulgação de serviços de apoio psicológico e fluxos de acesso.</li> <li>● Estatísticas de uso, agrupadas e sem dados pessoais e resultados.</li> <li>● Evidências de ações preventivas (oficinas, rodas de conversa, campanhas).</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de oferta.</li> <li>● Básico: serviços disponíveis apenas de forma difusa e pouco divulgada.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Adequado: serviços estruturados, com fluxos claros e divulgação regular.</li> <li>● Avançado: serviços monitorados, com dados agregados de uso e ações preventivas contínuas.</li> </ul>
<p><b>Devolutiva social</b></p> <p>Toda prática acadêmica deve retornar à sociedade. Programas em sexualidade precisam estabelecer mecanismos claros de devolutiva para comunidades e instituições parceiras envolvidas em projetos, estágios ou pesquisas. Essa devolutiva pode ocorrer por meio de relatórios acessíveis, materiais educativos, reuniões de <i>feedback</i> ou coautoria em publicações. A ausência de devolutiva reforça práticas extrativistas e fragiliza a legitimidade social da formação. O compromisso ético exige reciprocidade e responsabilidade com quem compartilha saberes e experiências.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios de extensão ou de projetos aplicados com registro de devolutiva.</li> <li>● Materiais produzidos e entregues a comunidades e instituições parceiras.</li> <li>● Evidências de reuniões ou devolutivas presenciais/virtuais registradas.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de devolutivas.</li> <li>● Básico: devolutivas pontuais, sem registro formal.</li> <li>● Adequado: devolutivas previstas e realizadas por projeto.</li> <li>● Avançado: devolutivas coconstruídas, avaliadas positivamente por comunidades e instituições parceiras.</li> </ul>
<p><b>Ciência aberta e integridade</b></p> <p>O programa deve adotar práticas de ciência aberta, políticas de integridade e de reprodutibilidade. Isso inclui diretrizes para uso e citação de dados, preservação de materiais e registro de versões, além da disponibilização pública de produtos aplicados sempre que possível. Esses mecanismos ampliam a transparência, fortalecem a legitimidade social e</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificação de políticas institucionais sobre ciência aberta.</li> <li>● Evidências de disponibilização pública de trabalhos ou materiais aplicados.</li> <li>● Registros de preservação de dados e versões.</li> </ul>

<p>garantem que o conhecimento produzido seja acessível e verificável.</p>	<p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de políticas ou práticas documentadas.</li> <li>● Básico: menções genéricas à ciência aberta, sem aplicação prática.</li> <li>● Adequado: políticas detalhadas com evidências de aplicação.</li> <li>● Avançado: políticas ativas, revisadas periodicamente, com disponibilização pública de produtos e indicadores de reprodutibilidade.</li> </ul>
<p><b>Uso Ético de Inteligência Artificial</b></p> <p>O uso de ferramentas de Inteligência Artificial na formação em sexualidade humana precisa ser esclarecido em diretrizes e orientações institucionais. Isso envolve proteção de dados sensíveis, transparência sobre o uso de algoritmos, prevenção de vieses discriminatórios e compromisso com a equidade. O programa deve garantir que nenhum recurso de IA seja aplicado de forma a comprometer a confidencialidade das pessoas discentes, docentes ou da comunidade atendida. Além disso, deve oferecer condições para que o uso da IA seja sempre acompanhado de reflexão crítica sobre impactos sociais e culturais. Este eixo se conecta à dimensão curricular, em que a formação crítica sobre IA é detalhada na base de Grade e Conteúdo Curricular, assegurando que princípios institucionais se traduzam em competências formativas.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existência de política ou diretriz institucional sobre uso de IA.</li> <li>● Evidências de medidas de proteção de dados e de prevenção de vieses.</li> <li>● Registros de discussão ética sobre IA em colegiados ou relatórios institucionais.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de política ou reflexão sobre IA.</li> <li>● Básico: menções genéricas a IA sem medidas práticas.</li> <li>● Adequado: política institucional detalhada, aplicada em documentos e protocolos.</li> <li>● Avançado: política institucional detalhada, aplicada, revisada anualmente e acompanhada de ações formativas sobre ética da IA.</li> </ul>
<p><b>Comunicação e divulgação responsável</b></p>	<p><u>Como avaliar:</u></p>

<p>A comunicação institucional deve apresentar de forma detalhada os objetivos do curso, os pré-requisitos de ingresso, os limites de escopo profissional e os resultados de aprendizagem esperados. É vedada a divulgação com promessas de atuação que não se sustentem em marcos legais e éticos. Todo material publicitário deve ser submetido à revisão por colegiado acadêmico, de modo a assegurar alinhamento científico, ético e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise de materiais publicitários e comunicados institucionais.</li> <li>● Existência de protocolo de revisão colegiada antes da divulgação.</li> <li>● Evidências de correção ou revisão de materiais inadequados.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: comunicação sem revisão acadêmica, com risco de promessas indevidas.</li> <li>● Básico: comunicação com revisão eventual, sem critérios claros.</li> <li>● Adequado: comunicação revisada com protocolo definido e aplicada na maioria das divulgações.</li> <li>● Avançado: comunicação sistematicamente revisada, com transparência pública de protocolos e registro de ajustes.</li> </ul>
--	--

#### 4.9 Grade e Conteúdo Curricular

A estrutura e os componentes curriculares dos cursos devem garantir o acesso a conhecimentos teóricos e práticos consistentes, promovendo uma compreensão da sexualidade que seja positiva, integral, abrangente, plural e inclusiva, em consonância com os objetivos formativos.

Os itens desta base dizem respeito à arquitetura formal e acadêmica do curso: matriz curricular, carga horária, metodologias, prática supervisionada e avaliação por competências. É o nível estrutural, que organiza como os princípios e compromissos assumidos se traduzem em disciplinas, atividades, produtos finais e coerência pedagógica.

<p><b>Ementa e Projeto Político-Pedagógico (PPP)</b></p> <p>A clareza curricular começa pela disponibilização do Projeto Político-Pedagógico e das ementas das disciplinas. Esses documentos devem detalhar objetivos, conteúdos, metodologias e critérios de avaliação, garantindo</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificação da publicação pública do PPP e das ementas.</li> <li>● Data da última atualização e forma de acesso.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p>
---	---

<p>transparência para discentes, docentes e sociedade. A ausência de acesso público a essas informações gera insegurança e compromete a credibilidade da formação. Um PPP consistente demonstra o compromisso institucional com a qualidade, a coerência pedagógica e a responsabilidade social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: PPP e ementas ausentes ou inacessíveis.</li> <li>● Básico: documentos disponíveis parcialmente.</li> <li>● Adequado: PPP e ementas completas e atualizadas.</li> <li>● Avançado: PPP e ementas completas, revisadas periodicamente e com histórico de versões públicas.</li> </ul>
<p><b>Matriz Curricular</b></p> <p>A matriz curricular organiza a formação e deve contemplar uma visão integrada da sexualidade em seus aspectos biopsicossociais, evitando lacunas e redundâncias. Uma matriz coerente articula fundamentos, conteúdos aplicados e possibilidades de especialização, garantindo amplitude sem perder a consistência. Essa integração permite que discentes desenvolvam compreensão crítica, plural e inclusiva da sexualidade, conectada às realidades profissionais e acadêmicas.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise da matriz curricular publicada.</li> <li>● Verificação de coerência entre fundamentos, conteúdos aplicados e disciplinas específicas.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: matriz ausente ou incoerente.</li> <li>● Básico: matriz publicada, mas fragmentada.</li> <li>● Adequado: matriz ampla, integrada e atualizada.</li> <li>● Avançado: matriz integrada, revisada periodicamente com indicadores de coerência.</li> </ul>
<p><b>Carga Horária</b></p> <p>A carga horária é indicador básico de consistência. Programas devem respeitar o mínimo de 360 horas definido pelo MEC. Em cursos com foco em práticas profissionais aplicadas (clínicas, educacionais, etc.), é essencial estipular carga adicional para atividades práticas supervisionadas. A insuficiência de carga compromete a consolidação de competências e reduz a legitimidade do título.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Declaração oficial da carga horária total.</li> <li>● Registros da carga prática adicional.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: menos de 360 horas.</li> <li>● Básico: 360 a 449 horas.</li> <li>● Adequado: 450 a 599 horas, com práticas adicionais previstas.</li> <li>● Avançado: 600 horas ou mais, com práticas proporcionais ao objetivo do curso.</li> </ul>

<p><b>Metodologias Ativas</b></p> <p>A aprendizagem em sexualidade deve ser dinâmica e participativa. Metodologias ativas (como estudos de caso, projetos, simulações, aprendizagem baseada em problemas, entre outras) conectam teoria e prática, favorecem o pensamento crítico e estimulam a autonomia. Não basta declará-las: é necessário estruturá-las com supervisão, garantindo que tenham valor formativo.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planos de ensino descrevendo metodologias ativas.</li> <li>● Evidências de supervisão em atividades aplicadas.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ensino expositivo apenas.</li> <li>● Básico: metodologias ativas pontuais, sem supervisão.</li> <li>● Adequado: metodologias ativas aplicadas regularmente, com supervisão.</li> <li>● Avançado: metodologias ativas estruturadas de forma longitudinal, supervisionadas e avaliadas.</li> </ul>
<p><b>Interdisciplinaridade</b></p> <p>A sexualidade não pode ser reduzida a uma única área do saber. O currículo deve promover interdisciplinaridade real, seja por meio de disciplinas conjuntas, codocência, projetos integradores ou atividades que exijam diálogo entre ciências sociais, educação, enfermagem, fisioterapia, medicina, psicologia e outras disciplinas. A ausência de interdisciplinaridade gera formações limitadas e descoladas da complexidade do tema.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Identificação de disciplinas interdisciplinares na matriz.</li> <li>● Evidências de codocência ou projetos interprofissionais.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: currículo compartimentalizado.</li> <li>● Básico: atividades interdisciplinares pontuais.</li> <li>● Adequado: disciplinas ou projetos interdisciplinares regulares.</li> <li>● Avançado: interdisciplinaridade estruturada e avaliada por rubricas específicas.</li> </ul>
<p><b>Atividades Extracurriculares</b></p> <p>A formação não se limita ao espaço formal da sala de aula. Atividades extracurriculares (grupos de estudo, eventos internos, extensão, entre outras) fortalecem o aprendizado, ampliam redes e incentivam o</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Regulamento prevendo carga mínima extracurricular.</li> <li>● Registros de participação em atividades complementares.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p>

<p>protagonismo discente. Estabelecer carga mínima para atividades extracurriculares garante que essa dimensão seja valorizada como parte essencial da formação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de previsão.</li> <li>● Básico: incentivo informal, sem carga mínima.</li> <li>● Adequado: carga mínima definida e registrada.</li> <li>● Avançado: atividades mínimas realizadas, acompanhadas de relatórios ou materiais divulgados publicamente dessas atividades.</li> </ul>
<p><b>Trabalhos de Conclusão</b></p> <p>O Trabalho de Conclusão (TCC/TCE) é momento de síntese e demonstração de competências. Deve ser exigido em cursos <i>lato sensu</i>, depositado em repositórios institucionais de acesso público e, sempre que possível, com identificadores (DOI, ISSN, ISBN). O depósito assegura rastreabilidade, evita invisibilidade da produção e dá valor social ao conhecimento gerado.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Regulamento prevendo obrigatoriedade de TCC/TCE.</li> <li>● Evidência de depósito em repositórios institucionais.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: TCC/TCE não exigido.</li> <li>● Básico: exigido, mas sem depósito público.</li> <li>● Adequado: exigido, com depósito institucional.</li> <li>● Avançado: exigido, depositado em repositório público com identificadores.</li> </ul>
<p><b>Estágio Prático Supervisionado</b></p> <p>A prática supervisionada é essencial para cursos voltados à aplicação profissional. Deve ser estruturada, com objetivos claros, acompanhamento contínuo, diários reflexivos e devolutivas formais. A ausência de supervisão fragiliza a formação e coloca em risco a segurança de discentes e usuários.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planos de supervisão documentados.</li> <li>● Termos de parceria, registros de acompanhamento e relatórios.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: estágio não previsto.</li> <li>● Básico: previsto, mas sem estrutura de acompanhamento.</li> <li>● Adequado: estruturado, com supervisão e registros.</li> <li>● Avançado: estruturado, com supervisão, rubricas e relatórios de devolutiva formal.</li> </ul>

<p><b>Acesso a Outras Práticas (Extensão e Pesquisa)</b></p> <p>O programa deve garantir oportunidades adicionais de aprendizado por meio de projetos de extensão e/ou participação em pesquisas em nível <i>stricto sensu</i>. Essas experiências ampliam repertórios, aproximam discentes de comunidades e fortalecem a integração entre ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Registros de projetos de extensão vinculados.</li> <li>● Evidências de participação discente em pesquisas e relatórios.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de oportunidades.</li> <li>● Básico: oportunidades pontuais, sem registro.</li> <li>● Adequado: oportunidades regulares, registradas.</li> <li>● Avançado: oportunidades sistemáticas, com produtos públicos de extensão ou pesquisa.</li> </ul>
<p><b>Eventos Científicos</b></p> <p>Participar de eventos científicos é essencial para inserir discentes em redes de produção de conhecimento. Congressos, seminários e intercâmbios expõem estudantes a diferentes perspectivas e culturas, evitando visões restritas ou etnocêntricas. Cabe ao programa estimular, registrar e valorizar a participação discente nesses espaços.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Regulamento de incentivo à participação em eventos.</li> <li>● Registro de participação discente em eventos.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de incentivo ou registro.</li> <li>● Básico: incentivo informal, sem registros.</li> <li>● Adequado: incentivo formal, com registros de participação.</li> <li>● Avançado: incentivo com carga prevista, registros e relatórios públicos.</li> </ul>
<p><b>Avaliação da Aprendizagem por Competências</b></p> <p>A avaliação por competências vai além da aplicação de provas teóricas e busca</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Usar critérios claros (rubricas) e exemplos de <i>feedback</i>, mostrando pontos fortes e aspectos a melhorar.</li> </ul>

<p>identificar se a pessoa realmente desenvolveu habilidades que poderá usar em sua prática profissional e acadêmica. O objetivo é verificar se, ao longo da formação, houve avanço em aspectos como a análise crítica, a capacidade de aplicar conhecimentos em situações reais, a postura ética e a produção de novos saberes. Para isso, são utilizados critérios claros de avaliação (rubricas) e devolutivas estruturadas (<i>feedbacks</i>), que permitem orientar e dar transparência ao processo. Os principais instrumentos para essa verificação são portfólios, projetos e trabalhos de conclusão (TCC/TCE), nos quais ficam registradas evidências concretas do percurso formativo. A disponibilização pública ou acessível desses produtos assegura rastreabilidade e transparência, permitindo comprovar, de forma objetiva, o desenvolvimento das competências propostas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Considerar evidências práticas do aprendizado, como portfólios, projetos ou outros produtos desenvolvidos.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: a avaliação se limita a provas, sem explicar os critérios nem mostrar o que de fato foi aprendido.</li> <li>● Básico: mistura provas e atividades práticas, mas sem critérios bem definidos; os resultados ficam pouco confiáveis.</li> <li>● Adequado: usa avaliação por competências, com rubricas aplicadas, permitindo verificar de forma objetiva o desenvolvimento.</li> <li>● Avançado: além das rubricas bem estruturadas, oferece <i>feedback</i> formal e registra publicamente os produtos (portfólios, projetos, TCCs), garantindo transparência e rastreabilidade.</li> </ul>
<p><b>Atualização Conceitual e Linguagem</b></p> <p>A terminologia adotada em um currículo expressa, de forma direta, o compromisso científico, ético e social do programa. Por isso, é essencial que se utilizem conceitos e termos atualizados, que dialoguem com a produção contemporânea de conhecimento e com práticas de respeito aos direitos humanos e à diversidade. O uso de terminologias ultrapassadas, capacitistas, medicalizantes, patologizantes, discriminatórias e excludentes compromete não apenas a credibilidade acadêmica do curso mas também sua função social. Palavras importam: ao reforçar visões reducionistas ou que perpetuam preconceito, exclusão, inferiorização ou marginalização, um programa pode</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificar se as ementas utilizam terminologias corretas, atualizadas e inclusivas.</li> <li>● Analisar se a bibliografia principal está atualizada, plural e coerente com o campo científico mais recente.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: uso de terminologias ultrapassadas, preconceituosas ou excludentes, acompanhado de bibliografia antiga ou limitada.</li> <li>● Básico: algumas atualizações de termos e referências, mas ainda com falhas importantes ou manutenção de expressões inadequadas.</li> </ul>

<p>reproduzir desigualdades históricas ligadas a gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência, saúde mental ou outras dimensões da existência humana.</p> <p>Nesse sentido, cabe às instituições assegurar que bibliografias sejam recentes, plurais e representativas de diferentes perspectivas críticas, evitando dependência exclusiva de referências hegemônicas ou desatualizadas. É igualmente necessário revisar materiais, práticas e conteúdos à luz de princípios inclusivos, garantindo que a linguagem reflita reconhecimento, respeito e equidade.</p> <p>A adoção de técnicas e abordagens deve observar critérios explícitos de evidência científica, consenso profissional e alinhamento ético. Conteúdos com evidência limitada podem ser incluídos apenas como temas de debate crítico, com indicação detalhada do nível de evidência disponível e das controvérsias do campo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Adequado: terminologias corretas e inclusivas, com bibliografia atualizada e representativa do campo.</li> <li>● Avançado: processo contínuo de revisão programada das terminologias e da bibliografia a cada edição do curso, assegurando alinhamento ético, científico e plural.</li> </ul>
<p><b>Formação Crítica no Uso de Inteligência Artificial</b></p> <p>O currículo deve preparar discentes e docentes para compreender, avaliar e utilizar criticamente ferramentas de Inteligência Artificial em contextos educacionais, clínicos, sociais e de pesquisa. Isso significa ensinar não apenas a operar recursos de IA, mas a refletir sobre suas potencialidades, limites e riscos. A formação deve incluir debates sobre vieses algorítmicos, implicações culturais, uso em pesquisa científica e impactos no cuidado em saúde e em educação sexual. O objetivo é garantir que profissionais não reproduzam acriticamente tecnologias, mas sejam capazes de usá-las como instrumentos qualificados e responsáveis. Este conteúdo curricular complementa a política institucional de uso ético de IA, descrita na</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inclusão de conteúdos sobre IA em ementas ou disciplinas do programa.</li> <li>● Evidência de atividades que problematizam o uso de IA (estudos de caso, debates, projetos).</li> <li>● Registros de produtos ou trabalhos acadêmicos que incorporam análise crítica sobre IA.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: currículo não aborda IA, tão pouco orienta o uso.</li> <li>● Básico: menções superficiais a IA, sem atividades práticas ou reflexivas.</li> <li>● Adequado: conteúdos sobre IA incluídos no currículo, com atividades críticas documentadas.</li> </ul>

<p>base de Responsabilidade Social, garantindo coerência entre diretrizes e práticas formativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avançado: conteúdos sobre IA incluídos no currículo, com atividades críticas estruturadas, revisadas periodicamente e produtos aplicados públicos.</li> </ul>
--	--

#### 4.10 Suporte Formativo (Institucional e Infraestrutura)

Oferecer suporte formativo requer infraestrutura física e digital que apoie o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento acadêmico: plataformas digitais, suporte técnico, laboratórios, bibliotecas, bases científicas, acervos permanentes, tutoria e acompanhamento pedagógico, entre outros.

Os itens desta base avaliam as condições materiais e técnicas que sustentam a formação. Trata-se do nível operacional, que envolve plataformas digitais, bibliotecas, laboratórios, repositórios institucionais e programas de tutoria e mentoria. Sem esse suporte, mesmo um currículo bem desenhado e uma docência qualificada não conseguem se realizar plenamente.

<p><b>Infraestrutura Digital com Suporte</b></p> <p>Ambientes virtuais de aprendizagem são centrais na formação contemporânea, especialmente quando programas utilizam modalidades híbridas ou a distância. A plataforma deve ser estável, com Acordo de Nível de Serviço (SLA) definido, suporte técnico ativo e recursos de acessibilidade que garantam participação de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A ausência de suporte adequado amplia desigualdades e compromete o processo formativo.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Documentação da plataforma utilizada.</li> <li>● Contratos ou indicadores de SLA.</li> <li>● Registros de suporte técnico e canais de atendimento.</li> <li>● Evidências de recursos de acessibilidade.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de plataforma dedicada ou instável, sem suporte.</li> <li>● Básico: plataforma estável, mas sem SLA ou recursos consistentes de acessibilidade.</li> <li>● Adequado: plataforma estável, com SLA, suporte regular e recursos básicos de acessibilidade.</li> <li>● Avançado: plataforma estável, SLA público, suporte técnico contínuo e acessibilidade auditada regularmente.</li> </ul>
<p><b>Bibliotecas e Bases de Dados</b></p> <p>O acesso à bibliografia atualizada e diversificada é indispensável para uma formação sólida em sexualidade humana. Os</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Listagem de bases de dados disponíveis.</li> </ul>

<p>programas devem disponibilizar bibliotecas físicas ou virtuais e acesso a bases de dados de periódicos científicos relevantes, nacionais e internacionais. Além disso, precisam capacitar discentes e docentes em letramento informacional, ou seja, ensinar a localizar, selecionar e avaliar criticamente fontes científicas. Sem esse recurso, a formação corre risco de se apoiar em materiais desatualizados ou superficiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Catálogo de bibliotecas virtuais ou físicas.</li> <li>● Registros de oficinas de letramento informacional.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: sem acesso formal a bibliotecas ou bases científicas.</li> <li>● Básico: acesso limitado a bibliotecas internas ou bases restritas.</li> <li>● Adequado: acesso regular a bases relevantes, com oficinas de letramento informacional.</li> <li>● Avançado: acesso amplo e contínuo a bases internacionais, com capacitação periódica em letramento informacional.</li> </ul>
<p><b>Laboratórios e Recursos Tecnológicos</b></p> <p>A formação em sexualidade humana pode exigir recursos específicos para apoiar a prática, a experimentação e a inovação em diferentes áreas. Isso pode envolver laboratórios de anatomia, equipamentos voltados à fisioterapia pélvica ou salas de simulação clínica, mas também espaços de ensino e produção de conhecimento que extrapolam o contexto da saúde, como estúdios multimídia, bibliotecas digitais, <i>softwares</i> especializados, plataformas virtuais de aprendizagem e ambientes interativos de pesquisa ou extensão. O acesso a esses recursos, sejam eles presenciais ou virtuais, deve ser garantido para que as pessoas em formação possam experimentar metodologias, desenvolver materiais e praticar estratégias em condições seguras e orientadas, antes de aplicá-las em contextos profissionais, educacionais ou comunitários.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inventário de recursos e equipamentos disponíveis.</li> <li>● Registros de uso pelos discentes.</li> <li>● Evidências de atividades práticas realizadas nos espaços.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de laboratórios ou recursos tecnológicos relevantes.</li> <li>● Básico: recursos disponíveis, mas de acesso restrito e sem suporte técnico.</li> <li>● Adequado: recursos adequados com agenda de uso e suporte técnico regular.</li> <li>● Avançado: recursos diversificados, com suporte contínuo e avaliação periódica de uso pedagógico.</li> </ul>
<p><b>Acervo Científico Institucional</b></p>	<p><u>Como avaliar:</u></p>

<p>Produções de discentes, como TCC, TCE, relatórios e artigos aplicados, devem ser registradas e disponibilizadas em repositórios institucionais de acesso público. Isso garante a preservação da memória acadêmica, amplia a visibilidade do conhecimento produzido e fortalece a responsabilidade social do programa. O uso de identificadores, como DOI, ISSN ou ISBN, aumenta a rastreabilidade e a legitimidade dessas produções.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <i>Link</i> do repositório institucional.</li> <li>● Políticas de integridade acadêmica.</li> <li>● Amostras de registros com identificadores.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de repositório ou depósito.</li> <li>● Básico: repositório sem política detalhada de integridade.</li> <li>● Adequado: repositório ativo com política definida e registros disponíveis.</li> <li>● Avançado: repositório ativo, com identificadores atribuídos e curadoria de produções.</li> </ul>
<p><b>Tutoria e Mentoria Institucional</b></p> <p>Além do acompanhamento realizado pelas pessoas docentes em sala, os programas devem oferecer tutoria e mentoria institucionais, focadas na trajetória acadêmica e profissional das pessoas discentes. Isso inclui plantões de dúvidas, orientação para pesquisa, apoio à prática profissional e planejamento de carreira. Esses programas devem ser formais, estruturados e acessíveis a todas as turmas, evitando que o apoio dependa apenas da iniciativa individual de docentes.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Planos e calendário de tutoria/mentoria.</li> <li>● Registros de encontros realizados.</li> <li>● Avaliação de satisfação discente agregada.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de programas de tutoria ou mentoria institucionais.</li> <li>● Básico: oferta pontual ou não sistematizada.</li> <li>● Adequado: programas formais estruturados e registrados.</li> <li>● Avançado: programas formais estruturados, avaliados e ajustados anualmente.</li> </ul>
<p><b>Acessibilidade e Inclusão Física</b></p> <p>A infraestrutura física do programa deve assegurar acessibilidade plena a todas as pessoas. Isso envolve muito mais do que rampas e elevadores: é necessário garantir salas de aula, laboratórios, auditórios e</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios de vistoria ou inventário de acessibilidade física.</li> <li>● Registros fotográficos ou documentais das adaptações.</li> </ul>

<p>bibliotecas adaptados, com sinalização adequada, mobiliário acessível, sanitários adaptados e recursos de apoio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A ausência de condições físicas acessíveis compromete a equidade e impede que a diversidade se reflita de fato na participação acadêmica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Evidências de uso por pessoas com deficiência com ajustes razoáveis realizados.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: ausência de acessibilidade em espaços físicos.</li> <li>● Básico: adaptações parciais e pontuais, sem plano de manutenção.</li> <li>● Adequado: acessibilidade garantida nos principais espaços de uso, com manutenção regular.</li> <li>● Avançado: acessibilidade plena em todos os espaços, auditada periodicamente, com protocolos de ajustes pedagógicos complementares.</li> </ul>
<p><b>Apoio Administrativo e Secretarias Acadêmicas</b></p> <p>A estrutura administrativa é parte do suporte que sustenta a qualidade da formação. Programas de pós-graduação em sexualidade humana devem contar com secretarias acadêmicas ou serviços equivalentes que ofereçam canais de atendimento ágeis, informações detalhadas sobre prazos, matrículas, certificados e processos acadêmicos. A ausência desse suporte gera insegurança, desorganização e compromete a permanência discente. Apoio administrativo sólido também reflete a maturidade institucional e a capacidade de gestão de um programa.</p>	<p><u>Como avaliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existência formal de secretaria acadêmica ou serviço equivalente operado por pessoas.</li> <li>● Canais oficiais de comunicação (e-mail, telefone, sistema online).</li> <li>● Registros de tempo de resposta e resolutividade.</li> </ul> <p><u>Níveis de medida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Insuficiente: inexistência de estrutura administrativa dedicada.</li> <li>● Básico: estrutura mínima, mas com falhas recorrentes na comunicação.</li> <li>● Adequado: secretaria estruturada, com canais formais e respostas regulares.</li> <li>● Avançado: secretaria estruturada, com protocolos claros, tempo de resposta monitorado e relatórios anuais de atendimento.</li> </ul>

## 5 CONCLUSÕES E FUTUROS DIRECIONAMENTOS

Este manual é fruto de um esforço coletivo conduzido pela SBRASH para organizar parâmetros fundamentais da formação em sexualidade humana, reconhecendo a complexidade do tema e sua relevância no cenário acadêmico e social brasileiro. Seu desenvolvimento baseou-se em um processo próprio de sistematização que reuniu dados públicos, consultas à comunidade de profissionais da área e a experiência acumulada da comissão especialmente constituída para essa tarefa.

Não foi aplicado um método científico específico, mas, sim, uma opção metodológica própria, deliberada e situada, que combinou coleta de informações, análise crítica e integração de conteúdos com o objetivo de produzir referências úteis e aplicáveis. Este percurso apresenta limitações, uma vez que a base de dados consultada é incompleta, o processo de coleta e o instrumento utilizado não seguem padrões estabelecidos e o campo é marcado pela heterogeneidade das pessoas que integram e orbitam a SBRASH. Por isso, o manual deve ser compreendido como um documento aberto, revisável e em constante atualização.

O que este manual promove é a democratização do acesso ao conhecimento sobre as necessidades específicas do campo: abre espaço ao diálogo sobre o estado da arte da formação em nível de pós-graduação e oferece referências acessíveis para que discentes, docentes, avaliadores e instituições possam comparar percursos, identificar boas práticas e reivindicar qualidade acadêmica, inclusão e responsabilidade social. Ao sistematizar bases, diretrizes e critérios de avaliação, constitui-se em um instrumento de leitura crítica de apoio à negociação e de estímulo à melhoria contínua. E não se apresenta como material classificatório na produção de certificações (selos) e *rankings*.

É igualmente importante destacar que este manual não tem a pretensão de substituir nem de se sobrepor ao trabalho especializado de profissionais da pedagogia e de pessoas responsáveis pela coordenação educacional na elaboração curricular de cursos e propostas voltadas às demandas sociais e da área. Seu papel é complementar, oferecendo elementos técnicos e referenciais específicos da sexualidade humana que dialoguem com especialistas pedagógicos e contribuam para fortalecer a coerência de programas de pós-graduação *lato sensu*. Ressalta-se ainda que este manual não possui caráter regulatório

nem cria novas autorizações de exercício profissional, uma vez que elas são definidas e delimitadas pelos respectivos conselhos de classe dentro de legislações específicas.

A formação em sexualidade não pode restringir-se à transmissão de conteúdos técnicos. Requer uma abordagem ética, crítica, inclusiva e interdisciplinar, conectada às diferentes realidades regionais e aos desafios contemporâneos e sociais. Para isso, a qualificação docente é central, mas deve caminhar junto ao reconhecimento das necessidades do corpo docente, assegurando políticas de inclusão, acessibilidade física e digital, suporte psicossocial estruturado e condições adequadas de aprendizagem e de trabalho.

Os quatro eixos estruturantes, que abrangem corpo docente e coordenação, responsabilidade social, grade curricular e suporte formativo, sintetizam tanto consensos quanto lacunas identificadas. Eles estabelecem parâmetros de titulação, governança colegiada, revisão contínua, prática supervisionada, avaliação por competências e políticas de integridade, além de assegurar o acesso a bibliotecas, laboratórios, repositórios e tecnologias digitais. A avaliação em *checklist* organiza esses critérios em níveis graduais de aferição sugeridos, reforçando a aplicabilidade prática do manual.

Para sustentar a legitimidade da formação, foram destacados sete princípios orientadores: interdisciplinaridade efetiva, responsabilidade social, formação crítica e reflexiva, centralidade da ética e da segurança, transparência e integridade acadêmica, participação ativa de discentes e aprendizagem contínua e adaptabilidade. Esses princípios complementam os eixos estruturantes e funcionam como referência orientadora, atuando como uma bússola para que os currículos permaneçam vivos, inclusivos e socialmente relevantes, mesmo diante das transformações sociais e científicas.

Os desafios foram expostos ao longo deste manual, e cabe agora pensar em futuros direcionamentos. Os cursos precisam refletir sobre como articular esses pontos de maneira integrada, de modo a consolidar um campo mais consciente sobre o que se ensina em sexualidade. Entre os caminhos possíveis, destacam-se o fortalecimento de redes de cooperação acadêmica e institucional, a ampliação da oferta de cursos de qualidade com acesso garantido a quem mais precisa, a adoção de plataformas digitais seguras, acessíveis e transparentes, a definição de diretrizes regulatórias que assegurem atuação ética e limites profissionais, bem como a incorporação de temas emergentes, como o uso ético da inteligência artificial e o enfrentamento das violências em sexualidade, organizados em trilhas ou módulos específicos.

Adicionalmente, é igualmente fundamental garantir a integração entre teoria, ciência e prática, a proteção contra pressões ideológicas, retrocessos e a superação de preconceitos que ainda persistem na área. Também se faz necessário consolidar práticas pedagógicas éticas, críticas, atualizadas, interdisciplinares e despatologizantes. É preciso enfrentar o histórico de medicalização e de outras práticas normativas e reducionistas que, sob diferentes formas de controle, limitaram a sexualidade. Em lugar delas, devem ser afirmados processos formativos abertos, reflexivos e socialmente comprometidos, capazes

de reconhecer a diversidade das experiências e resistir a reducionismos de qualquer natureza.

Por fim, é importante registrar que o trabalho desta comissão não se encerra aqui. Iniciou-se um movimento cuja continuidade depende do interesse e do engajamento do campo em acolher e tensionar o conhecimento aqui sistematizado. A aplicação do manual e a avaliação dos parâmetros propostos configuram um exercício de validação e aprimoramento. O que virá dependerá da corresponsabilidade coletiva em avançar.

## REFERÊNCIAS

BACCARIM, Roberta Gobbi; BONATO, Fernanda Rafaela Cabral; MUSSI, Adriane; FERRARINI, Norma da Luz. **De que maneira os cursos de Psicologia abordam a temática de gêneros e sexualidade?** *Revista PsicoFAE – Pluralidades em Saúde Mental*, 2023. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/429>. Acesso em: 19 set. 2025.

BERALDI, Mariana Lectícia; PARANHOS, Will; GARCIA, Olga Regina Zigelli; HORTA, Ana Lúcia de Moraes. **O ensino da sexualidade em cursos de Graduação em Enfermagem: revisão sistemática da literatura.** *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, e230310, 2024. DOI: 10.1590/interface.230310.

BERALDI, Mariana Lectícia; PRATES, Lisie Alende; WILHELM, Laís Antunes; DIAS, Hellen Machado Silva; SEHNEM, Gabriela Denardin; FERNANDES, Viviane Maria de Borba; GARCIA, Olga Regina Zigelli; HORTA, Ana Lúcia de Moraes. **A oferta da sexualidade em cursos de graduação em Enfermagem de universidades públicas brasileiras.** *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 36, e1237, 2025. DOI: 10.35919/rbsh.v36.1237.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 8–11.

ENDLER, Margit; AL-HAIDARI, Taghreed; BENEDETTO, Chiara; *et al.* **Are sexual and reproductive health and rights taught in medical school?** Results from a global survey. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, v. 159, n. 3, p. 735-742, 2022. DOI: 10.1002/ijgo.14339.

HENNING, Ana Clara Correa; COLLARES, Lara Veiras; BOEIRA, Eponina Vitola. **Gênero, currículo e educação jurídica: olhares empíricos.** *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, e88051, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n388051.

KLEIN, Vanessa Cristina Grolli; MARQUES, Fabricio Salazar Fiorio; DUDEK, Gabriela Mazzioni; GRASEL, Cláudia Elisa; BONAMIGO, Elcio Luiz. **Ensino-aprendizagem da sexualidade na formação médica em duas universidades do oeste catarinense.** *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 36, e1231, 2025. DOI: 10.35919/rbsh.v36.1231.

MALAGI, Aline; SLONGO, Iône Inês Pinsson. **Sexualidade e educação sexual nos cursos de licenciatura em Pedagogia: um eixo formativo desafiador.** *Cadernos de Pesquisa (UFMA)*, v. 31, n. 1, p. 1-30, 2024. DOI: 10.18764/2178-2229v31n1.2024.4.

OBEDIN-MALIVER, Juno; GOLDSMITH, Elizabeth S.; STEWART, Louise; *et al.* **Lesbian, gay, bisexual, and transgender–related content in undergraduate medical education.** *JAMA*, v. 306, n. 9, p. 971-977, 2011. DOI: 10.1001/jama.2011.1255.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Sexual health, human rights and the law.** Genebra: World Health Organization, 2015.

OZAN, Sema; TIMBIL, Sevgi; ARAS, Sahbal; *et al.* **Sexual attitudes, behaviour changes and opinions of interns in Izmir, Turkey.** *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, v. 15, n. 5, p. 367-375, 2010. DOI: 10.3109/13625187.2010.509522.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; ABREU, Yasmin Rodrigues; BORGES, Isabela Magalhães; SILVA, Gabriel Breno de Medeiros; HATTORI, Walter Takashi; PAULINO, Danilo Borges. **Gênero e sexualidade nas escolas médicas federais do Brasil: uma análise de projetos pedagógicos curriculares.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, n. 2, e045, 2020. DOI: 10.1590/1981-5271v44.2-20190050.

RIZZA, Juliana Lapa. **A sexualidade no cenário do ensino superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras.** 2015. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) — Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata. **Disciplinas que discutem sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual.** *Revista Linhas*, v. 17, n. 34, p. 197-224, 2016. DOI: 10.5965/1984723817342016197.

RUFINO, Andrea Cronemberger; MADEIRO, Alberto; GIRÃO, Manoel J. B. C. **Sexuality education in Brazilian medical schools.** *The Journal of Sexual Medicine*, v. 11, n. 5, p. 1110-1117, 2014. DOI: 10.1111/jsm.12476.

SILVA, G. G. M.; MARANI, V. H. **Gênero, sexualidade e Educação Física: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras.** *Revista Espaço do Currículo*, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2022v15n3.62402.

SILVA, Jéssica Maiza Nogueira; PAULINO, Danilo Borges; RAIMONDI, Gustavo Antonio. **Gênero e sexualidade na graduação em Saúde Coletiva do Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2335-2346, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.25822018.

STREED Jr., Carl G.; MICHALS, A.; QUINN, E.; *et al.* **Sexual and gender minority content in undergraduate medical education in the United States and Canada: current state and**

**changes since 2011.** *BMC Medical Education*, v. 24, 482, 2024. DOI: 10.1186/s12909-024-05469-0.

WARNER, Christina; CARLSON, Samantha; CRICLOW, Renée; ROSS, Michael W. **Sexual Health Knowledge of U.S. Medical Students: A National Survey.** *The Journal of Sexual Medicine*, v. 15, n. 8, p. 1093-1102, 2018. DOI: 10.1016/j.jsxm.2018.05.019.

**GLOSSÁRIO**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
Acervo Institucional	Conjunto de trabalhos, pesquisas e produções acadêmicas de uma instituição, armazenados e disponibilizados para consulta pública ou interna.
Advocacy	Conjunto de ações estratégicas voltadas à defesa de uma causa ou direito, influenciando políticas públicas, decisões institucionais e a opinião pública. No campo da sexualidade, refere-se a iniciativas para promover direitos sexuais, diversidade, equidade e inclusão.
Arquitetura Educacional em Camadas	Modelo de organização curricular que prevê uma base comum de conteúdos, trilhas de especialização e aplicação prática em contextos reais.
Autoavaliação Institucional	Processo em que uma instituição analisa a si mesma, identificando pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria.
Avaliação por Competências	Processo de avaliação que mede habilidades práticas, conhecimentos aplicados e atitudes éticas, em vez de apenas conteúdos teóricos.
Banalização da Sexualidade	Redução do tema a aspectos superficiais ou comerciais, sem base científica, ética ou social.
Catálogo e-MEC	Sistema oficial do MEC que reúne informações sobre cursos e instituições de ensino superior no Brasil.
Competências	Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem atuação profissional qualificada.
Credenciamento	Reconhecimento oficial dado pelo MEC para que uma instituição ou curso possa funcionar legalmente.
Currículo	Estrutura de conteúdos, disciplinas, atividades e metodologias que organizam a formação em um curso.
Devolutiva Social	Retorno de projetos, pesquisas e práticas acadêmicas às comunidades envolvidas, em forma de informação, apoio ou resultados aplicados.
Diretrizes Curriculares	Normas nacionais que orientam a estrutura e a qualidade dos cursos de ensino superior.
Educação Continuada	Atualização permanente de profissionais após a graduação, por meio de cursos, treinamentos e especializações.
Extensão Universitária	Ações que conectam a universidade à sociedade, como projetos comunitários, oficinas e parcerias sociais, garantindo troca de saberes.

Fragmentação Curricular	Situação em que conteúdos de um curso aparecem de forma dispersa ou desconexa, sem integração entre disciplinas.
Governança Pedagógica	Estrutura de gestão acadêmica que garante coerência, qualidade e transparência no funcionamento dos cursos.
Inclusão e Acessibilidade	Conjunto de práticas que asseguram a participação plena de pessoas em situação de vulnerabilidade ou com deficiência.
Indicadores	Dados usados para medir e acompanhar a qualidade de cursos, como carga horária, número de egressos ou práticas supervisionadas.
Interdisciplinaridade	Integração de saberes de diferentes áreas (saúde, educação, psicologia, direito, ciências sociais etc.) para lidar com a complexidade da sexualidade.
Inventário Avaliativo	Conjunto de critérios e indicadores que permite analisar a qualidade de cursos ou programas de formação.
Lacunas Formativas	Aspectos ou conteúdos importantes que estão ausentes ou insuficientemente tratados em um curso.
Lato sensu	Modalidade de pós-graduação voltada à especialização profissional, como cursos de especialização e MBAs, geralmente com carga mínima de 360 horas.
Legitimidade Profissional	Reconhecimento social e científico de que um curso ou profissional está qualificado para atuar de forma ética e competente.
Mercantilização do Ensino	Oferta de cursos voltada mais ao lucro do que à qualidade acadêmica, ética ou social.
Metodologias Ativas	Estratégias de ensino que estimulam participação prática e reflexiva do estudante (ex.: estudos de caso, simulações, projetos).
Padronização Conceitual	Uso consistente de terminologias atualizadas e reconhecidas pela comunidade científica (ex.: IST em vez de DST).
Plano de Ensino	Documento que detalha os objetivos, conteúdos, metodologia e critérios de avaliação de uma disciplina.
Projeto Político-Pedagógico (PPP)	Documento que orienta a identidade, os objetivos, os métodos e a avaliação de um curso.
Rigor Acadêmico	Compromisso com a qualidade científica, metodológica e ética em pesquisas e práticas de ensino.
Stricto sensu	Modalidade de pós-graduação acadêmica, que inclui mestrado e doutorado, com foco em pesquisa científica e produção de conhecimento.

---

Supervisão de Práticas	Acompanhamento direto de atividades aplicadas por profissionais qualificados, garantindo ética, segurança e aprendizado efetivo.
Titulação	Nível de formação acadêmica ou profissional obtido (ex.: graduação, especialização, mestrado ou doutorado).
Trilhas de Especialização	Percursos formativos específicos dentro de um curso de pós-graduação, ajustados à formação de base de cada profissional.

---

## ANEXOS

### Anexo A

#### ARQUITETURA EDUCACIONAL EM SEXUALIDADE HUMANA EM CAMADAS DE CONHECIMENTO

A proposta de arquitetura em camadas (Comum, Caminhos e Contextos) estabelece um modelo de referência para programas de pós-graduação em sexualidade humana. A camada Comum assegura o compartilhamento de fundamentos transdisciplinares, criando um repertório mínimo de princípios, referenciais e aprendizagens que qualquer profissional precisa dominar, independentemente de sua área de atuação. A camada Caminhos organiza trilhas de especialização ajustadas às diferentes formações de base, garantindo coerência entre a trajetória acadêmica e as competências a serem desenvolvidas. Já a camada Contextos conecta teoria e prática, permitindo a transposição de conhecimentos para a vida social, por meio de imersões, parcerias, extensão universitária, produção de tecnologias sociais e devolutivas às comunidades.

Tomadas em conjunto, essas três camadas delineiam uma formação que é ao mesmo tempo plural e integrada: plural, porque respeita as diferenças de itinerários e áreas de atuação; integrada, porque mantém um núcleo comum de valores, saberes e compromissos, próximo à realidade social. Trata-se, portanto, de uma proposta que reforça a legitimidade científica, a responsabilidade social e a pertinência prática da formação em sexualidade humana, consolidando um marco de referência que pode ser apropriado, adaptado e ampliado pelas instituições formadoras.

#### **Comum: fundamentos e processos formativos de base**

A **camada Comum** reúne os conteúdos e processos transversais que devem ser partilhados em qualquer programa de pós-graduação em sexualidade humana. Ela estabelece um piso formativo transdisciplinar, que ultrapassa fronteiras disciplinares e garante que todas as pessoas participantes tenham um repertório comum de princípios, referenciais e aprendizagens, independentemente do itinerário formativo escolhido:

1. Fundamentos da sexualidade humana: integração das dimensões históricas, sociais, culturais, biológicas, psicológicas e filosóficas da sexualidade, sempre em perspectiva crítica e plural.
2. Ética e direitos humanos: princípios universais, dilemas profissionais, cuidado informado, segurança psicológica, autonomia e responsabilidade social.
3. Diversidade e interseccionalidades: gênero, corpos, orientações sexuais, identidades de gênero, raça, etnia, classe, deficiência, religiosidade, territorialidades e contextos culturais.
4. Comunicação inclusiva e não discriminatória: práticas discursivas e interações profissionais que promovam inclusão e evitem estigmas.

5. Pesquisa, ciência aberta e integridade acadêmica: fundamentos metodológicos, reprodutibilidade, acesso aberto, uso crítico de dados e compromisso ético com a produção científica.
6. Políticas públicas e sistemas sociais: análise de políticas de saúde, educação e direitos sexuais e reprodutivos; Sistema Único de Saúde (SUS), sistemas educacionais e marcos normativos nacionais e internacionais.
7. Tecnologias e cultura digital: impactos das mídias digitais, biotecnologias, inteligência artificial e plataformas virtuais nos modos de viver, representar e aprender sexualidade.
8. Autonomia e cuidado de si: ética do cuidado, autocuidado, reflexividade profissional e desenvolvimento pessoal como parte do percurso formativo.
9. Processos educativos da sexualidade ao longo da vida: compreensão de como valores, normas e práticas sobre sexualidade são apreendidos em diferentes contextos (presenciais ou virtuais, como família, pares, religiosidades, mídias, escola e experiências sociais) moldando percepções, condutas e direitos.

### **Caminhos: trilhas de especialização**

Cada programa deve oferecer pelo menos uma trilha, construída sobre a camada Comum. As trilhas organizam conteúdos, práticas e competências específicas, assegurando trajetórias coerentes com diferentes áreas de atuação profissional. Todas são fundamentadas em ciência e na integração de múltiplos referenciais, evitando reducionismos e reconhecendo a complexidade da sexualidade humana.

É importante destacar que a escolha da trilha precisa respeitar as capacidades formativas e profissionais adquiridas na formação de base. Isso significa que uma pessoa graduada em História, por exemplo, pode encontrar caminhos legítimos em Educação e Políticas ou Gestão e Advocacy, mas não teria competência técnica para seguir a trilha Clínica e Terapia Sexual, que exige saberes biomédicos e clínicos específicos. Assim, cada trilha deve manter coerência com a graduação de origem e garantir que a especialização complemente, e não substitua, formações fundamentais prévias.

1. **Clínica e Terapia Sexual:** abrange avaliação, manejo e intervenção clínica em sexualidade, integrando medicina sexual, enfermagem, psicologia, fisioterapia pélvica, e outras áreas afins. Articula recursos biomédicos (diagnóstico, terapêuticas farmacológicas e procedimentos clínicos) com abordagens psicológicas, sociais e educativas. Contempla também a Terapia Sexual em diferentes referenciais teóricos, o acompanhamento de casais e indivíduos, o manejo das disfunções sexuais e a integração com diferentes abordagens e técnicas, sempre em perspectiva ética, inclusiva e de cuidado informado e integral.
2. **Educação e Políticas em Sexualidade:** focaliza a elaboração, implementação e avaliação de currículos, projetos pedagógicos e políticas públicas. Valoriza

pedagogias críticas e inclusivas, a produção de materiais educativos, o diálogo com movimentos sociais e a promoção de direitos sexuais e reprodutivos. Destina-se a profissionais que atuam em instituições educacionais, órgãos públicos, organizações sociais ou iniciativas comunitárias, ampliando a incidência social e política da formação.

3. **Gênero, Saúde e Inclusão Social:** integra o estudo crítico das relações de gênero em perspectiva interseccional, a prevenção e o enfrentamento de violências, e a análise de políticas de equidade. Inclui a saúde de gênero, com atenção a processos de apoio e transição de gênero, acompanhamento clínico, psicológico e social, e garantia de suporte integral em contextos institucionais e comunitários. Combina referenciais das ciências sociais, jurídicas, biomédicas, da psicologia e da educação, articulando justiça social, promoção de direitos e cuidado em saúde de gênero.
4. **Atenção Primária à Saúde (APS) e Saúde Coletiva:** direcionada às práticas em sexualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde coletiva. Envolve promoção, prevenção e cuidado integral em equipes multiprofissionais, além da articulação intersetorial com políticas sociais. Integra determinantes sociais da saúde, vigilância em saúde sexual e práticas comunitárias, priorizando impacto coletivo e territorial.
5. **Fisioterapia Pélvica e Saúde Funcional:** especializada em uroginecologia, coloproctologia, reabilitação da saúde pélvica e sexualidade funcional. Combina ciência biomédica e fisioterapêutica com abordagens psicossociais, garantindo atenção integral à saúde sexual em diferentes fases da vida. Essa trilha valoriza práticas interdisciplinares, protocolos baseados em ciência e integração com contextos clínicos e sociais.
6. **Violências e Sexualidade:** esta trilha focaliza o estudo, a prevenção e o enfrentamento das múltiplas formas de violência relacionadas à sexualidade, incluindo violência sexual, de gênero, institucional, doméstica, comunitária e abordagens para trauma. Envolve o desenvolvimento de práticas de acolhimento e intervenção, a construção de protocolos intersetoriais, a atuação em projetos comunitários e institucionais e a articulação com políticas públicas de saúde, educação, justiça e direitos humanos. Destina-se a profissionais que atuam em serviços de atenção a vítimas, em escolas, organizações sociais, conselhos tutelares, delegacias especializadas e em projetos de prevenção. Combina referenciais da saúde, psicologia, serviço social, direito, educação e segurança pública, formando especialistas capazes de responder, de forma ética, crítica e integrada, ao fenômeno das violências.
7. **Gestão, Advocacy e Direitos:** forma profissionais para liderança, articulação institucional e defesa de direitos. Desenvolve competências em gestão de projetos, *advocacy* político e social, comunicação estratégica e monitoramento de políticas

públicas. Integra referenciais da ciência política, direito, sociologia e saúde coletiva, orientando-se pela promoção da equidade e pela responsabilidade social.

### **Contextos: aplicação em realidades diversas**

A camada Contextos garante que a formação em sexualidade humana não se limite ao estudo teórico ou às trilhas especializadas, mas se realize em diálogo permanente com a vida social. É nessa dimensão em que ocorre a transposição dos conhecimentos, quando referenciais acadêmicos e científicos são convertidos em práticas ajustadas a diferentes realidades, produzindo impacto efetivo na sociedade. Assim, os contextos funcionam como espaços de imersão, experimentação e devolutiva social, assegurando que a formação seja ética, inclusiva e comprometida com a transformação coletiva.

1. **Imersões territoriais:** vivências em comunidades urbanas, rurais, periféricas ou tradicionais, permitindo identificar necessidades locais e desenvolver intervenções em sexualidade que sejam culturalmente situadas e socialmente relevantes.
2. **Experiências interinstitucionais:** parcerias com escolas, serviços de saúde, organizações sociais, coletivos e movimentos sociais, que possibilitam a construção de projetos colaborativos e interprofissionais em sexualidade.
3. **Dimensão intercultural e internacional:** contato com outros referenciais culturais, acadêmicos e políticos por meio de intercâmbios, congressos e redes de cooperação, evitando perspectivas etnocêntricas e ampliando a compreensão global da sexualidade.
4. **Pesquisa aplicada em contexto:** elaboração de diagnósticos locais, sistematização de experiências e estudos de caso que transformem práticas em conhecimento público, contribuindo para acervos institucionais e fortalecendo a retroalimentação entre campo e academia.
5. **Extensão universitária:** projetos que conectam universidade, comunidades e serviços, favorecendo a troca de saberes e a coconstrução de soluções em sexualidade, com devolutiva detalhada para as populações envolvidas.
6. **Trabalho interdisciplinar em campo:** atividades práticas que exijam o diálogo entre diferentes áreas de formação (ex.: saúde, educação, ciências sociais, direito), para lidar com situações reais de forma integrada e crítica.
7. **Produção de materiais e tecnologias sociais:** desenvolvimento de cartilhas, guias, protocolos, recursos digitais, *podcasts* ou outros produtos aplicados que possam ser incorporados em serviços, escolas ou comunidades.
8. **Avaliação e devolutiva social:** mecanismos que assegurem o retorno dos resultados de pesquisas, práticas e projetos às comunidades e instituições envolvidas, incluindo indicadores de impacto social, transformações de práticas e mudanças de percepção.

**Anexo B****FORMULÁRIO SOBRE PONTOS RELEVANTES A SEREM CONSIDERADOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM SEXUALIDADE HUMANA.**

Olá!

Este formulário foi desenvolvido pela Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH), com o objetivo de identificar parâmetros e aspectos fundamentais na formação e educação de profissionais que atuam, de forma direta ou indireta, com questões da sexualidade humana. As perguntas foram elaboradas com base nos apontamentos feitos pela Comissão, sendo esta uma das etapas para explorar parâmetros educativos e diretrizes curriculares na formação profissional. Gostaríamos de contar com a sua opinião sobre os itens apresentados e pedimos que compartilhe suas ideias e sugestões.

**O tempo estimado para responder ao questionário é de 8 minutos. Este formulário é destinado para profissionais que de forma direta ou indireta, trabalham com questões da sexualidade humana. O formulário estará disponível até 8 de setembro de 2024.**

Ao clicar em "*Próxima*", você poderá responder ao questionário, compreendendo que:

- Os dados submetidos no formulário estão protegidos institucionalmente pela SBRASH, e o formulário foi configurado para não capturar nenhuma informação pessoal identificável, portanto somente responda uma vez;
- Esse questionário foi registrado e mantém direitos reservados à SBRASH. Sua reprodução é estritamente proibida sem autorização prévia e por escrito da entidade. Qualquer uso não autorizado pode resultar em medidas legais;
- As informações obtidas neste mapeamento são de uso exclusivo da SBRASH para fins de análise e desenvolvimento de iniciativas na área da sexualidade;
- A sua participação é voluntária e você pode optar por interromper o formulário ao fechar a janela ou aba da sua navegação, se em algum momento não se sinta confortável em responder;
- Não haverá nenhum benefício para sua participação, compreendendo que os benefícios serão indiretos em ações posteriores para o aprimoramento da área;
- Ao finalizar o questionário, você concorda em permitir que a SBRASH utilize os dados de forma agregada e anônima para iniciativas voltadas para o aprimoramento da área;
- Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações sobre o levantamento, entre em contato com a SBRASH diretamente com a Presidência da entidade em [presidente@sbrash.org.br](mailto:presidente@sbrash.org.br)

Agradecemos imensamente a sua colaboração! Suas contribuições serão valiosas para o desenvolvimento de ações voltadas à construção de bases curriculares democráticas, inclusivas, atualizadas e realistas, que atendam às necessidades da sociedade e de profissionais que lidam com questões da sexualidade.

Comissão da Iniciativa Curricular e Parâmetros de Formação e Educação em Sexualidade Humana da SBRASH

**Qual é o nível mais alto de escolaridade que você completou?**

- Nenhuma escolaridade concluída
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Formação técnica ou Ensino técnico ou profissionalizante
- Alguns créditos universitários, sem formação no Ensino Superior concluída
- Graduação no Ensino Superior ou Diploma Universitário
- Tecnólogo ou curso superior de curta duração
- Pós-graduação *lato sensu* ou Programas de Especialização
- Bacharelado
- Mestrado
- Doutorado
- Outro:

**Você atua na área da sexualidade?**

- Sim, responda abaixo sua área de atuação.
- Não, responda abaixo no que gostaria de atuar.

**No que você atua na área da sexualidade? Caso tenha respondido NÃO à pergunta anterior, ou seja, você não atua, no que você gostaria de atuar?**

Sua resposta

**Você considera necessária uma formação em nível superior de pós-graduação, seja ela *lato sensu* ou *stricto sensu*, para capacitar a atuação específica de profissionais que desejam trabalhar na área da sexualidade?**

- Sim
- Não
- Talvez

**Se desejar discorrer a sua opinião sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Considerando as diferentes formações em ensino superior, você concorda que devem existir áreas de atuação específicas para profissionais que atuam com a sexualidade e uma conscientização do papel de cada profissional no campo?**

Sim

Não

Talvez

**Se desejar discorrer a sua opinião ou dar sugestões sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Você concorda que, em termos de estrutura física e virtual, certos requisitos devem ser exigidos e disponibilizados pelos cursos de pós-graduação em questões de sexualidade?**

**Incluindo:**

Sim	Não	Talvez	Itens
			Oferecer uma biblioteca virtual e acesso a bases de dados de periódicos científicos de relevância. Capacitar docentes e discentes para que possam realizar pesquisas eficazes nessas bases de dados.
			Disponibilizar um acervo permanente com DOI, ISSN e/ou ISBN para as monografias, dissertações e teses publicadas como resultado da formação acadêmica, técnica e/ou científica dos discentes.
			Ter metodologias ativas que associem o aprendizado teórico à resolução de problemas sociais, saúde, educação e político cotidiano, com supervisões presenciais ou em salas virtuais.
			Proporcionar acesso a projetos de extensão, oportunidades de pesquisa em nível <i>stricto sensu</i> e estágios práticos.
			Incentivar a participação em eventos científicos e outras atividades de aprendizagem em questões da sexualidade, estabelecendo uma carga horária mínima de participação destas atividades extracurriculares.
			Exigir a elaboração de trabalhos de conclusão, como TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio) para cursos <i>lato sensu</i> , e dissertações e teses para cursos <i>stricto sensu</i> .
			Disponibilizar, além das disciplinas, o conteúdo programático, o projeto político-pedagógico e as ementas para consulta, especialmente para discentes, facilitando a compreensão dos objetivos, metodologias e atividades a serem desenvolvidas.
			Oferecer suporte técnico e infraestrutura digital adequados para garantir que as plataformas virtuais utilizadas para o ensino e pesquisa tenham suporte técnico eficiente e estejam atualizadas para atender às necessidades de docentes e discentes, incluindo acessibilidade para pessoas com deficiência.

		Implementar um sistema de <i>feedback</i> contínuo para estabelecer mecanismos regulares para que discentes e docentes possam fornecer <i>feedback</i> sobre as disciplinas, metodologias e recursos, promovendo a melhoria contínua do curso.
		Garantir a disponibilidade de tutorias e mentorias ao disponibilizar programas de tutoria e mentoria para apoiar discentes, especialmente em relação à orientação acadêmica e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa.
		Facilitar o acesso a laboratórios e recursos tecnológicos ao disponibilizar laboratórios virtuais ou presenciais equipados com recursos tecnológicos avançados para a realização de pesquisas e práticas relacionadas à sexualidade.
		Promover a integração interdisciplinar para incentivar a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que discentes explorem a sexualidade em conexão com outras disciplinas como psicologia, sociologia, medicina, educação, entre outras.
		Oferecer oportunidades de internacionalização para facilitar o acesso a intercâmbios, cursos, e eventos internacionais que promovam o contato com outras culturas e abordagens sobre a sexualidade.
		Assegurar a diversidade e inclusão no currículo ao incluir conteúdos que abordem a sexualidade de forma inclusiva e diversa, considerando aspectos de gênero, corpos, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia e diferentes contextos culturais.
		Promover a ética e a responsabilidade social ao incluir disciplinas e atividades que reforcem a importância da ética profissional e da responsabilidade social no campo da sexualidade.
		Fornecer acesso a recursos de saúde mental ao disponibilizar apoio psicológico e recursos de saúde mental para docentes e discentes, reconhecendo a importância do bem-estar emocional durante o curso de pós-graduação.
		Garantir políticas de inclusão e suporte social para minorias ao desenvolver e implementar políticas que promovam a inclusão e o suporte para estudantes de grupos como pessoas LGBTQIAPN+, pretas, indígenas, pessoas com deficiência e outras comunidades em situação de vulnerabilidade e historicamente excluídas, incluindo a oferta de bolsas de estudo, grupos de apoio, mentorias específicas.
		Promover a educação intercultural e a conscientização sobre diversidade ao incluir no currículo e nas atividades extracurriculares, conteúdos e discussões que abordem a diversidade cultural, religiosa,

		étnica, identitária e de orientação sexual, promovendo o respeito às diferenças e o desenvolvimento de competências individuais.
		Seguir parâmetros e estruturas específicas, como uma carga horária igual ou superior à estipulada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (mínimo de 360 horas-aula), com a possibilidade de compartilhar um núcleo comum de conteúdos, direcionando para áreas específicas de atuação e/ou questões relacionadas à sexualidade, como educação sexual, terapia sexual, diversidade/gênero, entre outras, inclusive estágios práticos supervisionados.
		Ser coordenado e ministrado por um corpo docente com um currículo significativo na área da sexualidade, que esteja atuando ativamente na área e/ou envolvido em projetos de ensino, pesquisa, extensão, estágios e/ou grupos complementares de estudo na área da sexualidade. Essas pessoas devem possuir, no mínimo, pós-graduação <i>lato sensu</i> ou formação <i>stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado), além de comprovar experiência de atuação específica na área da sexualidade por pelo menos dois (2) anos.

**Se desejar discorrer a sua opinião ou dar sugestões sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Você concorda que, no contexto da educação continuada e do suporte necessário para enfrentar os desafios específicos da atuação em questões da sexualidade humana, é fundamental que uma pessoa que atue profissionalmente se mantenha em constante estudo e atualização? Isso inclui a participação em supervisões clínicas, cursos de formação, imersão e extensão, eventos como simpósios, congressos e jornadas, bem como a promoção e participação em grupos de estudo, além de se credenciar em associações ou sociedades de referência no Brasil e/ou no mundo que representem aspectos importantes da sexualidade.**

Sim

Não

Talvez

**Se desejar discorrer a sua opinião ou dar sugestões sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Você acredita ser importante estabelecer um sistema de credenciamento e selos de referência para garantir que as instituições cumpram as diretrizes curriculares e os**

**parâmetros de formação, assegurando a adequação dos processos educativos às necessidades fundamentais, ao mesmo tempo em que permitem flexibilidade na formação e adaptação às realidades de diferentes populações e regiões?**

Sim

Não

Talvez

**Se desejar discorrer a sua opinião ou dar sugestões sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Você acredita que a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH) pode desempenhar um papel importante na aproximação de instituições e organizações governamentais e não governamentais, promovendo parâmetros e consensos curriculares no Brasil, além de fortalecer a conexão entre as demandas da sociedade e profissionais que atuam com questões da sexualidade?**

Sim

Não

Talvez

**Se desejar discorrer a sua opinião ou dar sugestões sobre a pergunta anterior, fique à vontade para descrevê-la aqui:**

Sua resposta

**Quais sugestões adicionais você teria para melhorar a formação de profissionais que atuam com as questões da sexualidade humana?**

Sua resposta